PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025

Protocolo 2383/2025

Objeto: Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

Tramitação de Processo

PIEN

Processo: **2383/2025** Data: **17/02/2025 10:09** Situação: **Aguardando**

Requerente: **Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários** Documento:

Contato: **Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários - Tel: 4136321949 - rodoviario@pien.pr.gov.br**

Assunto: **Protocolo Geral**

Equiplano

Descrição: Processo licitatório de pedras.

Ocorrência: 1 Data: 17/02/2025 10:09:56 Previsão: 22/02/2025

De: Daniel Dierschnabel Kellermann Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Fase/Etapa: Geral/Abertura Confirmação: não

Descrição: Abertura do processo

ANEXOS/ASSINATURAS

Anexo	Descrição	Assinatura	Assinado em
Processo Pedras.pdf	Processo licitatório de pedras.		

Autenticidade: 2Q4XXS73J4XTHQOEP - Validação pelo link: http://pienprscp.equiplano.com.br:5355/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/355 - Impresso por Paulo Adriano Prussak em 18/02/2025 11:29:23

Órgão requisitante:	SECRETARIAS MUNICIPAIS
Nº requerimento:	04/2025
Data:	13/02/2025

Descrição do objeto a ser comprado/contratado:
Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência Anexo I.

Justificativa:
Os saibros e as pedras graduadas são utilizados para realizar a manutenção das estradas e vias públicas do município, tendo em vista que os munícipes de Piên se utilizam destas estradas e vias para escoar sua produção, bem como para se deslocar entre as regiões. Assim sendo é de extrema relevância que seja feita a manutenção constante das estradas, pois é através delas que a produção rural é transportada, bem como as pessoas de deslocam entre as diversas regiões, dirigindo-se a sede do Município ou até mesmo para outros Municípios. Ademais, o Município de Piên faz divisas com outros estados e, consequentemente, a manutenção destas vias de uma forma geral a toda população do Município. Os saibros e pedras são utilizados em estradas de lavoura, vicinais, melhorias urbanas, calçamentos, rede pluvial, ou seja, a sua utilização é extensa e necessária, assim, a aquisição atende as necessidades do Município em diversos setores, uma vez que não possuímos local próprio para extrair tal minério.

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Os itens deverão ser entregues nas Sedes das Secretarias Municipais, conforme endereços descritos na nota de empenho.

Rua Reinaldo de Oliveira Mendes nº 542, centro, Piên/PR

Horários:
Das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira.

Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:
Em até 07 (sete) dias úteis a contar do encaminhamento da Nota de Empenho.
12 meses da vigência do endosso.

Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

Responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Daison Rodrigues Morcelli
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Guilherme Cruz

Há licitação em curso para o objeto pretendido? **() Sim (X) Não**

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

Daison Rodrigues Morcelli
Assessor de Área II – Programa Pro-Rural
Matrícula 4765658

Aldecir Cavalheiro
Assessor de Área III – Serviços Rodoviários
Matrícula 4765884

Guilherme Cruz
Assessor de Área II – Obras e Edificações
Matrícula 4765246

Cleiton das Neves
Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765885

Claudemir José de Andrade
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo
Matrícula 4765917

Afonso Taschеck
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Matrícula 4766059

Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR. CEP 83.860-000. Fone: (41) 3632-1136

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN/PR
Parte interessada: Secretarias Municipais
Objeto: Registro de preço para aquisição de Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais, a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Planejamento, Obras e Urbanismo; Viação e Serviços Rodoviários; e Agricultura e Meio Ambiente.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Os saibros e as pedras graduadas são utilizados para realizar a manutenção das estradas e vias públicas do município, tendo em vista que os munícipes de Piên se utilizam destas estradas e vias para escoar sua produção, bem como para se deslocar entre as regiões. Assim sendo é de extrema relevância que seja feita a manutenção constante das estradas, pois é através delas que a produção rural é transportada, bem como as pessoas de deslocam entre as diversas regiões, dirigindo-se a sede do Município ou até mesmo para outros Municípios. Ademais, o Município de Piên faz divisas com outros estados e, consequentemente, a manutenção destas vias de uma forma geral a toda população do Município. Os saibros e pedras são utilizados em estradas de lavoura, vicinais, melhorias urbanas, calçamentos, rede pluvial, ou seja, a sua utilização é extensa e necessária, assim, a aquisição atende as necessidades do Município em diversos setores, uma vez que não possuímos local próprio para extrair tal minério.

1.2. Visando o bem comum, de interesse social e com o objetivo maior de atender os programas de governo e a população, torna-se indispensável a aquisição do objeto pretendido para suprir as demandas das ações promovidas pelas Secretarias supracitadas e atender as requisições da população quanto a manutenção e prestação de serviços quanto manutenção das vias públicas, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

1.3. Optou-se pelo registro de preço em virtude da imprevisibilidade das demandas ao longo do ano o que inviabiliza qualquer pretensão de definição de quantitativos fixos para a aquisição.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A entrega e saibro e pedras graduadas, para atender necessidades das Secretarias Municipais de Planejamento, Obras e Urbanismo; Viação e Serviços Rodoviários; e Agricultura e Meio Ambiente, deverão ser executadas conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento e estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Para fornecimento dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021:

2.3. No momento da entrega dos itens, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos.

2.4. O fornecedor deverá disponibilizar Romaneio de Entrega, para assinatura mediante conferência dos itens, onde deverá constar item, descrição, quantidade, identificação do fornecedor em três vias sendo uma para recebedor (Instituição), uma para o fornecedor e uma deverá acompanhar a Nota Fiscal (quando enviada para pagamento).

2.5. A entrega deverá ser realizada conforme locais e prazos descritos no Termo de Referência.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1 Conforme pesquisa de valores praticados no mercado, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresas próximas da cidade de Piên tendo em vista a necessidade de buscar o material para utilização, não sendo possível a locomoção de grandes distâncias devido ao horário comercial

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Por se tratar de itens comuns a solução mais viável para a contratação é a aquisição dos itens por meio de fornecedores habilitados mediante Processo Licitatório obedecendo ao Registro de Preços, sistema que será mais vantajoso por não vincular ao Município o total licitado e sim comprar conforme a necessidade.
4.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6°, inciso XLI, 17, § 2°, e 34, todos da Lei Federal n° 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações, com o mesmo objeto, realizadas por esta Administração por meio dos processos licitatórios.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Estimativa do valor da contratação o e de R$ 2.026.583,33 (Dois milhões vinte e seis mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) conforme previsto no Plano de Contratação Anual 2025.

6.2. É importante ressaltar que, se tratando de um Registro de Preços, o valor total da contratação não gera custos imediatos e pode variar de acordo com a quantidade necessária desses materiais por parte da Administração Municipal

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

7.1 - Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1°do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados responsabilidade técnica, o

custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação, uma vez que o registro de preços além de não gerar um custo alto pois não vincula despesa antes da aquisição dos itens nas quantidades necessárias ainda se beneficia uma vez que a Prefeitura Municipal não possui espaço físico para o armazenamento de todos os itens em sua totalidade.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

8.1. Não há nenhuma contratação vigente com este mesmo objeto.

9. ALINHAMENTO COM PAC

9.1 O item objeto deste, bem como o seu valor, estão previstos no Plano Anual de Contratações 2025 para todas as Secretarias Municipais.

10. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município, garantindo assim preços justos e materiais de qualidade para atender a demanda da Administração Pública Municipal.
10.2 - Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa Competição.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, todas as obrigações da Contratante e da Contratada estarão na minuta da Ata de Registro de Preços do Edital.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A solicitação de compras de saibro e pedras graduadas não possui potencialidade de risco ambiental.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1 Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Daison Rodrigues Morcelli
Assessor de Área II – Programa Pro-Rural
Matrícula 4765658

Aldecir Cavalheiro
Assessor de Área III – Serviços Rodoviários
Matrícula 4765884

Guilherme Cruz
Assessor de Área II – Obras e Edificações
Matrícula 4765246

Cleiton das Neves
Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765885

Claudemir José de Andrade
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo
Matrícula 4765917

Afonso Tascheck
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Matrícula 4766059

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Estimativa do Valor da Contratação**
4. **Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**
5. **Justificativa**
6. **Fonte Orçamentária**
7. **Exigências de Habilitação**
8. **Local e Prazo de Entrega e Forma de Fornecimento**
9. **Recebimento e Critério de Aceitação do Objeto**
10. **Modelo de Gestão do Contrato**
11. **Obrigações da contratada**
12. **Obrigações da Contratante**
13. **Legislação Aplicada**
14. **Vigência do Contrato**
15. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
1	Rachãozinho	TN	20.000	R$ 48,14	R$ 962.866,67
2	Saibro Britado	TN	20.000	R$ 39,07	R$ 781.466,67
3	Pedrisco	TN	5.000	R$ 56,45	R$ 282.250,00
VALOR TOTAL R$ 2.026.583,33 (Dois milhões vinte e seis mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).					

2.2. DA PROPOSTA: deve conter o valor unitário e total dos itens, marca do produto e o prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias), com telefone e e-mail para contato do fornecedor.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.5. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do termo de referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 2.026.583,33 (Dois milhões vinte e seis mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima e anexos.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, POR ITEM.

4.2. Optou-se pelo registro de preço em virtude da imprevisibilidade das demandas ao longo do ano o que inviabiliza qualquer pretensão de definição de quantitativos fixos para a aquisição.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. O Município de Piên, necessita adquirir saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais. Realizando assim a manutenção delas a fim de garantir a segurança dos usuários das referidas estradas.

5.2. Visando o bem comum, de interesse social e com o objetivo maior de atender os programas de governo e a população, torna-se indispensável a aquisição do objeto pretendido para suprir as demandas das ações promovidas por todas as Secretarias e atender as requisições de todos os setores que compõem sua organicidade estrutural administrativa, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

6. FONTE ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fornecimento dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. A entrega será realizada conforme necessidade da secretaria onde a mesma enviará até a licitante um veículo próprio para carregar o produto.

8.2. O fornecedor deverá disponibilizar Romaneio de Entrega, para assinatura mediante conferência dos itens, onde deverá constar item, descrição, quantidade, identificação do fornecedor em três vias sendo uma para recebedor (Instituição), uma para o fornecedor e uma deverá acompanhar a Nota Fiscal (quando enviada para pagamento).

8.3. Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

9.	RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os materiais entregues pela licitante, deverão estar em conformidade com as especificações e composições descritas no respectivo item, os quais serão verificados no momento da entrega, bem como, devem atender a legislação vigente. Não será aceito na entrega, objeto com descrição diferente daquela constante neste edital e da proposta vencedora.
9.2. Quando da entrega dos materiais, o Município receberá provisoriamente, para efeito de posterior verificação plena de sua conformidade com a especificação do edital.
9.3. Verificada a desconformidade dos materiais entregues, ora licitados, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
9.4. A licitante entregará os materiais, ora licitados, acondicionados em suas embalagens originais, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, responsabilizando-se pela descarga destes em local indicado por servidor designado pela Administração, comprometendo-se integralmente com eventuais danos causados.
9.5. Após a verificação plena quanto ao atendimento de todas as condições legais e contratuais, e consequente aprovação, será dado o recebimento definitivo. Após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais a consequente aceitação.
9.6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues pela licitante, ora licitados, conforme o caso observará o que dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores
9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato ou ata de registro deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou ata de registro, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou ata de registro, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato ou ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato ou ata de registro anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou ata de registro ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2.O fiscal do contrato ou ata de registro informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4.O fiscal do contrato ou ata de registro comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato ou ata de registro coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.10. O gestor do contrato ou ata de registro acompanhará os registros realizados pelos fiscais deles, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato ou ata de registro acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato ou ata de registro emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato ou ata de registro tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato ou ata de registro deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.15. O gestor do contrato ou ata de registro deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

11.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;

11.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

11.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;

11.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11.1.8. Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;

11.1.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades

cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.

11.1.10. Todos os materiais devem ser entregues embalados e em perfeitas condições para uso

11.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.5. Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;

21.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.1.7. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços

13.	LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14.	VIGÊNCIA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O prazo de validade é de 12 (doze) meses contando de sua publicação no diário oficial.

15.	FONTES DE PESQUISA

15.1. Orçamentos atuais.

Elaborado em 13 de fevereiro de 2025.

Daison Rodrigues Morcelli
Assessor de Área II – Programa Pro-Rural
Matrícula 4765658

Aldecir Cavalheiro
Assessor de Área III – Serviços Rodoviários
Matrícula 4765884

Guilherme Cruz
Assessor de Área II – Obras e Edificações
Matrícula 4765246

Cleiton das Neves
Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765885

Claudemir José de Andrade
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo
Matrícula 4765917

Afonso Tascheck
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Matrícula 4766059

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Rodovia Municipal 100, nº 3983
Corredeiras
Campo Alegre - SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001

MAVAHS
Concreto - Asfalto - Areia - Brita

ORÇAMENTO

Prezados Senhores,
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Segue abaixo proposta para fornecimento de material:

Item	Material	Unid	Quant em Ton	Valor Unitário	Valor Total
01	Rachãozinho	Ton	20.000	R$ 54,00	R$ 1.080.000,00
02	Saibro Britado	Ton	20.000	R$ 48,00	R$ 960.000,00
03	Pedrisco	Ton	5.000	R$ 69,00	R$ 345.000,00
				Total	R$ 2.385.000,00

Obs.Valores para retirar em nosso Britador, na Rodovia Municipal 100, nº 3983 – bairro Corredeiras – Campo Alegre-SC

Validadade : 90 dias
Campo Alegre - SC, 12 de Fevereiro de 2025.

Atenciosamente
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.

Fabiane V. M. Cuyoki
79.390.530/0001-43
I.E.: 251.353.362
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Rodovia Municipal 100, nº 3983, Corredeiras
CEP: 89.294-000 - Campo Alegre - SC
Fone: (47) 3635-1348 / (47) 3635-1001

. .efeitura Municipal de Piên - 202.

Saldo da licitação

Pregão 10/2024 - Eletrônico

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Lote: 1 Nome: Lote 001		15.000,00	523.500,00	0,00	8.252,88	0,00	9.310,64			324.941,44
Item: 1	34,90	15.000,00	523.500,00	0,00	8.252,88	0,00	9.310,64			324.941,44

Produto: 27046 RACHÃOZINHO (AMPLA CONCORRÊNCIA) — Unidade de medida: TN

Solicitante: 14923 CLEITON DAS NEVES

Local:	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
203 SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIARIOS		15.000,00	523.500,00	0,00	8.252,88	0,00	9.310,64			324.941,44

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Lote: 2 Nome: Lote 002		15.000,00	537.000,00	0,00	16.346,06	0,00	0,00			0,00
Item: 1	35,80	15.000,00	537.000,00	0,00	16.346,06	0,00				0,00

Produto: 27047 SAIBRO BRITADO (AMPLA CONCORRÊNCIA) — Unidade de medida: TN

Solicitante: 14923 CLEITON DAS NEVES

Local:	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
203 SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIARIOS		15.000,00	537.000,00	0,00	16.346,06	0,00	0,00			0,00

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Lote: 3 Nome: Lote 003		3.750,00	156.750,00	0,00	1.534,69	0,00	2.215,31			92.600,00
Item: 1	41,80	3.750,00	156.750,00	0,00	1.534,69	0,00	2.215,31			92.600,00

Produto: 27048 PEDRISCO (AMPLA CONCORRÊNCIA) — Unidade de medida: TN

Solicitante: 14923 CLEITON DAS NEVES

Local:	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
203 SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIARIOS		3.750,00	156.750,00	0,00	1.534,69	0,00	2.215,31			92.600,00

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Lote: 4 Nome: Lote 004		5.000,00	217.500,00	0,00	4.565,00	0,00	735,00			31.972,50
Item: 1	43,50	5.000,00	217.500,00	0,00	4.565,00	0,00	735,00			31.972,50

Produto: 26179 RACHÃOZINHO (COTA DO ITEM 01, EXCLUSIVO ME) — Unidade de medida: TN

Solicitante: 14923 CLEITON DAS NEVES

Local:	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
203 SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIARIOS		5.000,00	217.500,00	0,00	4.565,00	0,00	735,00			31.972,50

* estorno de req.compra sem estorno de empenho ou cancelamento de RP ou processo não finalizado (saldo não estornado)

Prefeitura Municipal de Piên - 2025

Saldo da licitação

Pregão 10/2024 - Eletrônico

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Lote: 5 Nome: Lote 005		5.000,00	179.000,00	0,00	5.018,95	0,00	0,00			0,00
Item: 1	35,80	5.000,00	179.000,00	0,00	5.018,95	0,00				0,00

Produto: 27049 SAIBRO BRITADO (COTA DO ITEM 02, EXCLUSIVO ME) Unidade de medida: TN

Solicitante: 14923 CLEITON DAS NEVES

Local:	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
203 SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIARIOS		5.000,00	179.000,00	0,00	5.018,95	0,00	0,00			0,00

	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
Lote: 6 Nome: Lote 006		1.250,00	52.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00			52.250,00
Item: 1	41,80	1.250,00	52.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00			52.250,00

Produto: 27050 PEDRISCO (COTA DO ITEM 03, EXCLUSIVO ME) Unidade de medida: TN

Solicitante: 14923 CLEITON DAS NEVES

Local:	Preço unitário atual	Quantidade atual	Valor atual	Qtde/Valor remanejado	Qtde requisitada com contrato	Qtde requisitada sem contrato	Quantidade a requisitar	Valor requisitado com contrato	Valor requisitado sem contrato	Saldo a requisitar
203 SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIARIOS		1.250,00	52.250,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00			52.250,00

TOTAL DA LICITAÇÃO:			**1.666.000,00**							**501.763,95**

Critério de Seleção:

- Ordenar por solicitante

* estorno de req.compra sem estorno de empenho ou cancelamento de RP ou processo não finalizado (saldo não estornado)

PIÊN
PREFEITURA

Favor preencher todas as informações

Empresa: SIMOES COMERCIO E TRANSPORTE DE PEDRAS LTDA	**CNPJ: 09.382.935/0001-54**
E-mail: SIMOESTRANSPORTE@HOTMAIL.COM	**Contato:**
Fone: (41) 99623-3616 – JOSÉ ODILIO SIMÕES	**Data: 13/02/2025**

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	TONELADA	20.000	Rachãozinho	R$ 70,00	R$ 1.400.000,00
2	TONELADA	20.000	Saibro Britado	R$ 65,00	R$ 1.300.000,00
3	TONELADA	5.000	Pedrisco	R$ 65,00	R$ 325.000,00

SIMOES COMERCIO E TRANSPORTE DE PEDRAS LTDA:09382935000154

Assinado de forma digital por SIMOES COMERCIO E TRANSPORTE DE PEDRAS LTDA:09382935000154
Dados: 2025.02.13 15:02:46 -03'00'

OBS: A cotação deverá conter o carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento.
Validade do orçamento: 90 dias
Telefone:(41) 3632-1949 (41) 99672 9220 - Email: cleiton.neves@pien.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ
Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BENS – FORNECIMENTO PARCELADO

Pregão Eletrônico n.º 037/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: **Aquisição de Pedra Brita 01, Pedra Brita 02, Pedra Rachãozinho, Pedrisco, Pó de Pedra, Pedra Rachão e Pedra Brita Graduada, para atendimento das necessidades do Município de Maripá/PR.**, conforme condições específicas, quantidades e valores constantes abaixo:

1. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS, ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES, VALORES MÁXIMOS E DEMAIS INFORMAÇÕES:

ITENS de AMPLA CONCORRÊNCIA

Item	Qtde	U. M.	Produto - Descrição Mínima	Valor Máx Unit (R$)	Valor Máx Total (R$)
1	4.490	Ton.	Pedra Brita Nº01 (Diâmetro entre 9,5mm a 19mm)	**56,05**	**251.664,50**
2	8.010	Ton.	Pedra Brita Nº02 (Diâmetro entre 19mm a 25mm)	**56,00**	**448.560,00**
3	2.000	Ton.	Pedra Rachãozinho (Diâmetro entre 25 a 50mm)	**55,53**	**111.060,00**
4	1.260	Ton.	Pedrisco (Diâmetro entre 5mm a 9,5mm)	**58,55**	**73.773,00**
5	640	Ton.	Pó De Pedra (Diâmetro até 5mm)	**62,31**	**39.878,40**
6	200	Ton.	Pedra Rachão (Diâmetro entre 75mm a 120mm)	**56,58**	**11.316,00**
7	6.000	Ton.	Pedra Brita Graduada-Faixa II do DER. (Composição de 30% de Pedra Brita nº02, 20% de Pedra Brita nº01, 15%de Pedrisco e 35% de Pó de Pedra.)	**57,90**	**347.400,00**
Valor Máximo Total (R$)					**1.283.651,90**

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

a) A quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada é a descrita na tabela acima;
b) Não será admitida ao licitante cotar unidade de bens/ou serviços, inferior a quantidade máxima prevista na tabela acima;

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento licitatório tem por objetivo o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de saibro em atendimento da Secretaria de Infraestrutura do município de Ermo/SC, para utilização na manutenção e conservação das ruas e estradas vicinais do Município de Ermo e demais serviços necessários, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no presente edital e seus anexos, conforme tabela a seguir:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor unitário máximo permitido	Valor total máximo permitido
01	20.000	M³	Fornecimento de saibro, incluindo a escavação e carregamento na jazida indicada pelo fornecedor.	R$ 33,42	R$ 668.333,33

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3. A disputa ocorrerá pelo valor unitário, **critério de julgamento de menor preço por item.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição e fornecimento de Saibro Médio, justifica-se pelo atendimento e manutenção e consertos de ruas, avenidas e estradas vicinais, bem como na área urbana e no interior do município de Ermo. O serviço contratado será utilizado manutenção de estradas vicinais para escoamento de águas pluviais, contenção de erosão, e demais serviços que fizeram necessários em locais pré-definidos, indicados pela Prefeitura Municipal de Ermo.

2.2. Primeiramente, as condições precárias das estradas municipais representam uma preocupação significativa. A deterioração das vias compromete não apenas o conforto dos munícipes, mas também coloca em risco a segurança pública. A contratação desses serviços torna-se essencial para realizar reparos emergenciais, restaurando a transitabilidade e mitigando os perigos associados ao estado atual das estradas.

2.3. Além disso, a manutenção preventiva se revela como uma medida imperativa. Investir em trabalhos regulares de conservação por meio destes serviços não apenas evita danos mais extensos no futuro, mas também contribui para a sustentabilidade e prolongamento da vida útil das estradas. Essa abordagem se alinha com uma visão de gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.

2.4. Diante acima exposto justificamos a opção pela realização de PREGÃO ELETRÔNICO.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta é o registro de preços para eventual e futura aquisição e fornecimento de Saibro, justifica-se pelo atendimento e manutenção e consertos de ruas, avenidas e estradas vicinais.

3.2. Considerando o levantamento do mercado, se torna mais viável ao Ente Público a realização de licitação para a contratação deste objeto, conforme pesquisa realizada e levando-se em conta a importância da execução dessa licitação para a Municipalidade.

3.3. Justifica-se o cunho geográfico como caráter indispensável a participação deste certame em atendimento aos princípios economicidade, da proporcionalidade, razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, em virtude da necessidade de deslocamento dos veículos da municipalidade para o transporte do material adquirido, sendo, portanto, antieconômico, desproporcional e desvantajoso para a municipalidade.

3.4. Os quantitativos dos materiais foram estimados pelas secretarias solicitantes de acordo com a demanda verificada nos últimos meses.

MAPA SAIBROS E PEDRAS GRADUADAS 2025										
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTDE	MAAHS EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	PNCP MUNICÍPIO DE MARIPÁ/PR	PNCP MUNICÍPIO DE ERMO/SC	PREFEITURA DE PIÊN PREGÃO 10/2024	Média dos preços		Valor Total
1	Rachãozinho (Ampla concorrência)	Tonelada	15.000	R$ 54,00	R$ 55,53		R$ 34,90	R$	48,14	R$ 722.100,00
2	Saibro Britado (Ampla concorrência)	Tonelada	15.000	R$ 48,00		R$ 33,42	R$ 35,80	R$	39,07	R$ 586.050,00
3	Pedrisco (Ampla concorrência)	Tonelada	3.750	R$ 69,00	R$ 58,55		R$ 41,80	R$	56,45	R$ 211.687,50
1	Rachãozinho (Cota do item 01, exclusivo ME)	Tonelada	5.000	R$ 54,00	R$ 55,53		R$ 34,90	R$	48,14	R$ 240.700,00
2	Saibro Britado (Cota do item 02, exclusivo ME)	Tonelada	5.000	R$ 48,00		R$ 33,42	R$ 35,80	R$	39,07	R$ 195.350,00
3	Pedrisco (Cota do item 03, exclusivo ME)	Tonelada	1.250	R$ 69,00	R$ 58,55		R$ 41,80	R$	56,45	R$ 70.562,50
										R$ 2.026.450,00

PIÊN
PREFEITURA

Departamento de Licitações e Compras

PROTOCOLO Nº 2383/2025
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1) OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

2) MODALIDADE: Pregão eletrônico.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 2.344.400,00 (Dois milhões trezentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

6) RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
( ) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
(X) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
19 / 02 / 25

7) RECURSOS FINANCEIROS:
( ) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade.
( ) Não há previsão recursos financeiros.
8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.
(X) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
21 / 02 / 25

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2025
PROCESSO N° 2383/2025
TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS / SRP

1.1. O Município de Piên, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, Piên, Paraná, CEP: 83.860-000, por intermédio do Setor de Licitação e Compras, torna público que realizar-se-á licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, através da plataforma eletrônica "www.bll.org.br", objetivando o **Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais,** conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência desse edital.

1.2. Rege a presente licitação, a Lei Federal n° 14.133/21, a Lei Complementar 123/2006 observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

1.3. REPARTIÇÃO INTERESSADA: **Secretarias Municipais.**

1.4. O PREGÃO será realizado conforme datas abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Até às 09:29 do dia 21 de março de 2025.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 09:30 horas do dia 21 de março de 2025.**

1.5. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: www.bll.org.br "Acesso Identificado no *link* - licitações".

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1.7. Para participação na licitação, os interessados deverão providenciar o seu cadastramento, sua certificação e seu credenciamento no portal de licitações, sistema portal de licitações bolsa de licitações e leilões do Brasil - BLL, de acordo com a Licença de Uso de Software celebrado com o Município de Piên.

1.8. A proponente licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no **item 1.4** deste Edital.

1.9. O edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico https://www.pien.pr.gov.br/licitacoes e www.bll.org.br.

1.10. O PREGÃO será conduzido pelo pregoeiro, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, designados pelo Decreto nº 047/2025.

2. OBJETO DO PREGÃO:

2.1. Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais, conforme itens descritos no ANEXO I Termo de Referência desse edital.

3. TIPO DO PREGÃO:

3.1. Este PREGÃO ELETRÔNICO é do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas provenientes da presente contratação serão pagas através da dotação abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

5. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da ***INTERNET,*** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.**

5.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Piên, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

6.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa previsto no item **1.4.**

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1. 7.1. LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014) E ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA.

7.1.2. Os itens 01, 02 e 03 estão abertos para ampla concorrência.

7.1.3. Os itens 04, 05 e 06 são exclusivos para ME/EPP.

7.2. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.

7.2.1. Conforme o inciso I do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **microempresa**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

7.2.2. Conforme o inciso II do § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 considera-se **empresa de pequeno porte**, aquela que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.3. O Microempreendedor Individual (MEI) é equiparado à microempresa, possui natureza jurídica de empresário individual e é optante pelo Simples Nacional, considera-se MEI aquele que aufira receita bruta anual de até R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

7.4. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

7.5. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:

a) de servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên;

b) de empresas estrangeiras que não funcionem no País;

c) de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

d) de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;

e) de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado (quando for o caso);

f) também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e ainda,

aqueles declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, a ser verificado no momento do credenciamento dos interessados;

7.6. Para fins de verificação de atendimento à alínea "f" do item 7.5, após o credenciamento dos interessados será realizada consulta:

a) Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ;

d) Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

e) Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal.

7.6.1. A verificação do item 7.6 alíneas "a" a "e" será realizada após o licitante ser declarado vencedor, momento que será possível a identificação do mesmo.

7.7. No caso de constar Certidão Positiva em relação aos débitos e se tratando o licitante de Micro ou Pequena Empresa, enquadradas no disposto no **item 5.2.** Sagrando-se vencedor do certame, está fará jus ao prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em atendimento ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, podendo ser prorrogado por igual período mediante autorização do agente de contratação e equipe.

7.8. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.8.1. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões.

c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização

dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.

7.8.2. As MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL deverão declarar no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS, na oportunidade de credenciamento, a sua condição de ME ou EPP, para que possam ter o direito de participar, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

8.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8.2 CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

8.2.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **7.8.1. "a"**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

8.2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.2.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões.**

8.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.2.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.2.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

8.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.3.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

8.3.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até as **09:29 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário;

Valor total;

10.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/serviços.

10.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.4. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

10.5. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional deverão apresentar a proposta de preços com a carga tributária completa.

10.6. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, especialmente no tocante ao preço máximo fixado.

10.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.9. A proposta deverá ser anexada na plataforma da BLL sempre antes da sessão, não podendo ser anexada após o certame.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão,** horário de Brasília/DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.bll.org.br, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas passando o pregoeiro a avaliar a devida aceitabilidade.

11.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de plano, aqueles que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos neste Edital.

11.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. Também será desclassificada a proposta que não conste a marca dos produtos, se este for o caso.

11.5. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

12. DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

12.1. A partir das **09:30 horas do dia do pregão**, horário de Brasília/DF, será aberta a sessão pública de disputa de preços na internet, no sítio eletrônico www.bll.org.br, por comando do pregoeiro.

12.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

12.5. O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

12.6 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 0,10 (dez centavo).**

12.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.15. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.16. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.bll.org.br.

12.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.18. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempates previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

12.18.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 12.18, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

12.19. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.22. Os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o processo, poderão registrar questionamentos ao pregoeiro via Sistema, acessando a sequência "Relatório de Disputa" / "Chat de Mensagens" / "Enviar Mensagens", para cada lote disputado. Esta opção estará disponível até o momento da declaração de vencedor no Sistema.

12.23. O pregoeiro/equipe de apoio responderá os questionamentos formulados pelos licitantes, via Sistema, ficando registradas no Relatório da Disputa as mensagens tanto dos licitantes quanto as respostas do pregoeiro.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final **superior** ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos

dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

13.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

13.7.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.9. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

14.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta aos cadastros descritos nos **subitens 7.6.** a fim de comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

14.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Após as consultas delineadas no item 14.1, o pregoeiro examinará os documentos de habilitação exigidos abaixo que devem ser anexados antes da sessão, com tudo se não forem o pregoeiro pode convocar via chat concedendo um prazo, conforme determina o inciso II do artigo 63 da Lei 14.133.

a) Em hipótese alguma será aceito documento emitido após o prazo concedido.
b) A proposta deve sempre ser anexada antes da sessão sob pena de desclassificação.
c) Os demais casos não previstos nesse edital serão resolvidos via sistema, no chat, pelo pregoeiro, sempre respeitando as leis vigentes.

14.3.1 Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (Caso esse documento já tenha sido entregue no credenciamento fica dispensada sua entrega novamente);

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação), com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de abertura da licitação;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;

14.3.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Recuperação judicial e Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a (90) noventa dias da abertura do certame.

14.3.4 Qualificação Técnica:

a) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por órgãos públicos ou privados, comprovando aptidão para características técnicas similares às do objeto, quantidades e prazos;

a.1) O Atestado fornecido por órgão privado deve ser preferencialmente assinado de forma digital, caso seja assinado manualmente o pregoeiro poderá solicitar o reconhecimento de firma se achar necessária a comprovação da autenticidade do documento.

a.2) O(s) Atestado(s) poderão ter sua autenticidade comprovada.

14.3.5 Documentação Complementar

a) Declaração, nos moldes do **ANEXO III** deste edital, sob as penas da Lei, que:

b) não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

c) nenhum dos sócios da proponente é servidor ou dirigente de órgão do Município de Piên;

d) não está suspensa temporariamente de participar em licitação ou impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

e) não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

f) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

g) Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo ANEXO VII

h) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (quando for o caso) conforme modelo do ANEXO VIII acompanhada de comprovante.

14.3.6. Documentação Específica:

a) A unidade produtora deverá apresentar o Certificado de Registro e Regularidade, vigente, junto à entidade profissional competente, incluindo a apresentação de seu (s) responsável (is) técnico (s).

b) Cadastro Técnico Federal – Certificado de Regularidade emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (da unidade produtora), conforme estabelece a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e Lei Federal 6.938/1981.

c) Comprovação através de nota fiscal de que o fornecedor dos agregados possui balança rodoviária com capacidade compatível a pesagem de agregados minerais, devendo o equipamento de pesagem possuir Certificado de verificação vigente, realizado e emitido por Órgão Delegados do INMETRO, em atendimento a portaria INMETRO nº. 163/2005.

c.1) A balança deve estar localizada no pátio do fornecedor.

d) Licença de Operação para Extração Mineral, original ou cópia autenticada, emitida por órgão ambiental competente, dentro da validade, com informações de registros junto ao DNPM (Departamento de Produção Mineral). A licença deverá estar em nome da empresa participante, no caso de empresa não mineradora e não produtora de matérias pétreas é obrigatório a apresentação dos documentos da empresa que fará a extração do material.

d.1) Caso a empresa licitante não seja mineradora deverá apresentar Contrato de Compromisso de entrega do material com empresa mineradora legalmente autorizada, podendo ser substituído mediante a apresentação de novo contrato nos mesmos moldes do anterior; compromisso este acompanhado dos documentos da alínea "a" anterior, relativos à fornecedora

e) No caso de o fornecedor estar em processo de revalidação da verificação metrológica deverá ser apresentado o Certificado de Verificação anterior e a cópia do requerimento junto ao IPEM-PR.

14.4. A participação nas condições previstas no item **14.3**, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

14.4.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 14.4.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

14.5. Todas as certidões exigidas deverão ser expedidas pela sede do domicílio da licitante.

14.6. Havendo licitante que possua matriz e filiais, toda documentação deverá ser apresentada para empresa que estiver apresentando a proposta, ou seja, se a proposta for da matriz, toda documentação deverá referir-se à matriz e se for a filial, toda documentação deverá referir-se à filial.

14.7. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões ou de quaisquer outros documentos em substituição daqueles exigidos no presente Edital e seus Anexos.

14.8. A falta ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados acarretará a inabilitação do concorrente.

14.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

14.9.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

14.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

a) apresentar o número do processo licitatório – PREGÃO;

b) apresentar a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

c) especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;

d) apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;

e) apresentar preço unitário final após o percentual de desconto, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, **com duas casas decimais (Ex.: R$ 1,12)** e irreajustável apurado à data da apresentação da proposta, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária; em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

f) incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO, envolvendo, frete e entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, encargos sociais e comerciais etc.

g) No caso de Micro ou Pequena Empresa ou Microempreendedor Individual conter declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

h) Indicar e-mail para envio da Nota de Empenho e demais informações pertinentes ao processo, além de conter declaração que se responsabiliza pela comunicação feita pelo e-mail indicado. (A ausência desta declaração não gera desclassificação da proposta).

15.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO – POR ITEM.**

15.3. Serão **desclassificadas** as propostas que:

a) Contenham **mais de três casas decimais;**

b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente incompatíveis com o mercado, por decisão do pregoeiro;

c) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

d) Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado.

16. DA GARANTIA:

16.1. Não será exigida a prestação de garantia, para a contratação decorrente deste PREGÃO.

17. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

17.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

17.1.1. A pretensão referida no **subitem 17.1** pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço eletrônico BLL. Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br ou através do telefone (41) 3632-1136, este ultimo apenas informal.

17.1.2. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

18. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

18.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **03 (Três) dias úteis anteriores** à data fixada para recebimento das propostas.

18.1.1. As medidas referidas no **subitem 18.1** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço eletrônico BLL.

Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio do *e-mail* licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br.

18.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO. Além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

18.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

19. RECURSO ADMINISTRATIVO E REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

19.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

19.2. Havendo quem se manifeste, caberá o pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

19.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

19.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no site da prefeitura municipal.

19.5. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.5.2. Quando houver erro na aceitação melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.5.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.5.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Todas as sanções aplicáveis que cingem este processo estão referidas na minuta da ata constantes no **ANEXO II** desse edital.

21. ADJUDICAÇÃO:

21.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo o pregoeiro adjudicar o objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo, a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

22. HOMOLOGAÇÃO:

22.1. Cabe à Autoridade Competente homologar o PREGÃO.

22.2. A partir do ato de homologação será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

23. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO:

23.1. O resultado final do PREGÃO será comunicado às proponentes e publicado no site www.diariomunicipal.com.br/amp também no site oficial do Município de Piên, endereço

24. CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1. A Ata Registro de Preços é documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados os preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento Adjudicatório e nas respectivas propostas apresentadas. (XLVI art 6º lei 14133/2021)

24.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

24.3. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, e convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata-Registro de Preços, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

24.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

24.5. Será facultado ao contratante, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24.6. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

24.7. Os preços registrados poderão ser reajustados, para mais ou para menos, com base na variação anual do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.

24.8. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos

imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.

II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;

24.9. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

24.10. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

24.11. Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

24.12. Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definida novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art130 e 134 lei 14133)

24.13. A Ata Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial, podendo ser renovada por igual período a critério da administração.

25. LOCAL E ENTREGA DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

25.1. Conforme consta no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

26. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

26.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

27. PAGAMENTO:

27.1. O pagamento será feito por crédito em conta bancária da licitante vencedora ou via boleto bancário no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/fatura, estando condicionado à aceitação e atesto da Secretaria solicitante.

27.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

27.2. O Município de Piên reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para pagamento se os bens/serviços fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

27.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Piên, CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, indicando o número de conta corrente para pagamento, o nome do Banco e a respectiva Agência, e, ainda, os materiais/serviços fornecidos.

27.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura junto as secretarias, o valor da nota fiscal poderão ser atualizado monetariamente INPC, entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e efetivo pagamento.

27.5. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

27.6. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

27.7. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e ao art. 34, § 1º, III da Lei Complementar Municipal nº 1/2015 (Regulamentada pelo Decreto Municipal nº 176/2016), estabelecendo-se, para o presente certame a licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

28.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

28.2.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

28.2.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do pregoeiro em sentido contrário.

28.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação

de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

28.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

28.5. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

28.6. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

28.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

28.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

28.9. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada contrato ou outro instrumento hábil derivado do Contrato salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

28.10. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo pregoeiro, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.

28.11. Será competente o foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO

29. RELAÇÃO DE ANEXOS

29.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta da Ata de Registro
ANEXO III	Modelo de Declarações
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Procuração Nomeando Representante Legal
ANEXO VI	Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico De Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões Do Brasil - BLL
ANEXO VII	Modelo de Declaração que cumpre os requisitos de habilitação
ANEXO VIII	Modelo de Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

Piên/PR, 27 de fevereiro de 2025.

Afonso Tascheck
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Matrícula 4766059

Cleiton das Neves
Secretário Municipal de Viação e Serviços Rodoviários
Matrícula 4765885

Claudemir José de Andrade
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo
Matrícula 4765917

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações abaixo:

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quant. estimada	Valor unitário	Valor total
1	**RACHÃOZINHO** (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Tonelada	15.000	R$ 48,14	R$ 722.100,00
2	**SAIBRO BRITADO** (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Tonelada	15.000	R$ 39,07	R$ 586.050,00
3	**PEDRISCO** (AMPLA CONCORRÊNCIA)	Tonelada	3.750	R$ 56,45	R$ 211.687,50
4	**RACHÃOZINHO** (COTA DO ITEM 01, EXCLUSIVO ME, EPP)	Tonelada	5.000	R$ 48,14	R$ 240.700,00
5	**SAIBRO BRITADO** (COTA DO ITEM 02, EXCLUSIVO ME, EPP)	Tonelada	5.000	R$ 39,07	R$ 195.350,00
6	**PEDRISCO** (COTA DO ITEM 03, EXCLUSIVO ME, EPP)	Tonelada	1.250	R$ 56,45	R$ 70.562,50

2.2. DA PROPOSTA: deve conter o valor unitário e total dos itens, marca do produto e o prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias), com telefone e e-mail para contato do fornecedor.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2.5. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do termo de referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 2.026.450,00 (Dois milhões vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima e anexos.

3.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

3.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

3.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

3.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

3.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO/REGISTRO DE PREÇO sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO/POR ITEM.

4.2. Optou-se pelo registro de preço em virtude da imprevisibilidade das demandas ao longo do ano o que inviabiliza qualquer pretensão de definição de quantitativos fixos para a aquisição.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

O Município de Piên, necessita adquirir saibro e pedras graduadas para manutenção das vias públicas municipais. Realizando assim a manutenção delas a fim de garantir a segurança dos usuários das referidas estradas.

Visando o bem comum, de interesse social e com o objetivo maior de atender os programas de governo e a população, torna-se indispensável a aquisição do objeto pretendido para suprir as demandas das ações promovidas por todas as Secretarias e atender as requisições de todos os setores que compõem sua organicidade estrutural administrativa, destinadas a dar continuidade a realização de ações que constituem área de sua competência legal.

6. FONTE ORÇAMENTARIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

6.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,	04.001.04.121.0004.2007-3390300000

OBRAS E URBANISMO	
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

6.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fornecimento dos materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. A entrega será realizada conforme necessidade da secretaria onde a mesma enviará até a licitante um veículo próprio para carregar o produto.

8.2. O fornecedor deverá disponibilizar Romaneio de Entrega, para assinatura mediante conferência dos itens, onde deverá constar item, descrição, quantidade, identificação do fornecedor em três vias sendo uma para recebedor (Instituição), uma para o fornecedor e uma deverá acompanhar a Nota Fiscal (quando enviada para pagamento).

8.3. Não poderá o Detentor da Ata recusar-se a entregar os itens solicitados na Nota de Empenho no Município de Piên, mesmo que em pequena quantidade.

8.4. O fornecimento do objeto será de forma parcelada, conforme necessidade da secretaria solicitante.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os materiais entregues pela licitante, deverão estar em conformidade com as especificações e composições descritas no respectivo item, os quais serão verificados no momento da entrega, bem como, devem atender a legislação vigente. Não será aceito na entrega, objeto com descrição diferente daquela constante neste edital e da proposta vencedora.

9.2. Quando da entrega dos materiais, o Município receberá provisoriamente, para efeito de posterior verificação plena de sua conformidade com a especificação do edital.

9.3. Verificada a desconformidade dos materiais entregues, ora licitados, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

9.4. A licitante entregará os materiais, ora licitados, acondicionados em suas embalagens originais, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, responsabilizando-se pela descarga destes em local indicado por servidor designado pela Administração, comprometendo-se integralmente com eventuais danos causados.

9.5. Após a verificação plena quanto ao atendimento de todas as condições legais e contratuais, e consequente aprovação, será dado o recebimento definitivo. Após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais a consequente aceitação.

9.6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues pela licitante, ora licitados, conforme o caso observará o que dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores

9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato ou ata de registro deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou ata de registro, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou ata de registro, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato ou ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.7. O fiscal do contrato ou ata de registro anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou ata de registro ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.2. O fiscal do contrato ou ata de registro informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.4. O fiscal do contrato ou ata de registro comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal do contrato ou ata de registro verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato ou ata de registro coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.10. O gestor do contrato ou ata de registro acompanhará os registros realizados pelos fiscais deles, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato ou ata de registro acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato ou ata de registro emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato ou ata de registro tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato ou ata de registro deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.15. O gestor do contrato ou ata de registro deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

11.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;

11.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

11.1.4. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;

11.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11.1.8. Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;

11.1.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.

11.1.10. Todos os materiais devem ser entregues em perfeitas condições para uso.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.3. Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.5. Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;

12.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

12.1.7. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

13. LEGISLAÇÃO APLICADA

13.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei Nº 14.133/2021.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

15. FONTES DE PESQUISA

15.1.
Extração de Areia Fundão LTDA CNPJ: 79.390.530/0001-43
PNCP - Municípios de Maripá/PR e Ermo/SC.
Pregão 10/2024 Piên/PR.

Elaborado em 13 de fevereiro de 2025.

ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025
PREGÃO ELETRÔNICO XX/2025
PROTOCOLO XX/2025

No .... do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e quatro, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO XX/2025,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.278.589-17, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR e em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrito no CPF sob nº 034.826.049-08e o DETENTOR DA ATA ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº ....., com endereço na ....., ..., CEP ....., fone: .. .., e-mail .....; neste ato representado por ....., inscrito(a) no CPF sob nº .....

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO:

2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025.**

2.2. A entrega será realizada conforme necessidade da secretaria onde a mesma enviará até a licitante um veículo próprio para carregar o produto.

2.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

2.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.0 DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
i) Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;
j) Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades

cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.
K) Todos os materiais devem ser entregues em perfeitas condições para uso.

3.2. A Contratante obriga-se a:

a) Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;
d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
e) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
g) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Daison Rodrigues Morcelli
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Guilherme Cruz

4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

4.3 O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como
pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados;
6.3 A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação
inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
6.4 Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

6.5 Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
6.6 Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)
6.7. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

I – **Moratória:**

a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória:**

a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) da Ata de Registro de Preços.

b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025.**

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico xx/2025.**

Piên/PR, xx de xxxxxxxxx de 2025.

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

xxxxxxxxxx
Detentor da Ata de Registro de Preços

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

OAB/PR 111206 Decreto nº 229/2023

Testemunhas:

1. Nome: Solange de Fátima Senn Assinatura: _____
2. Nome: Eduardo Duarte Scheivaraski Assinatura: _____

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº xxx/2025.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2025.

_____
(Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).
(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

ANEXO IV
PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

Ao Município de Piên
Sr. Pregoeiro,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2025.

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sa nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é .....

Item	Unid	Qtde	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total

O prazo de validade da proposta de preços é de ***(inserir o prazo de validade)*** (***(inserir o prazo de validade por extenso)***) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006. **[somente na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP.)]**

Local, __ de ___ de 2025.

(nome legível, RG nº e assinatura do responsável legal)

ANEXO V
PROCURAÇÃO NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES
Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)
Nome: (Razão Social)
Nome Resumido:
Endereço:
Complemento: Bairro:
Cidade: UF:
CEP:
CNPJ/CPF:
Inscrição estadual: RG:
Telefone comercial:
Celular:
E-mail:
Representante legal:
Cargo:
Telefone:
Ramo de Atividade:

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:
a) tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
b) observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
c) observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
d) designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e
e) pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no **ANEXO VI** do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no **ANEXO VI** do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

5. (Cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse

realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

a) declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
b) apresentar lance de preço;
c) apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
d) solicitar informações via sistema eletrônico;
e) interpor recursos contra atos do pregoeiro;
f) apresentar e retirar documentos;
g) solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
h) assinar documentos relativos às propostas;
i) emitir e firmar o fechamento da operação; e
j) praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:
Endereço:
CNPJ:
O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.
Local e data
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO VI

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – (DIRETAMENTE PELO LICITANTE).

Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:

CNPJ/CPF:

Operadores

1 Nome:

CPF: Função:

Telefone: Celular:

E-mail:

2 Nome:

CPF: Função:

Telefone: Celular:

E-mail:

3 Nome:

CPF: Função:

Telefone: Celular:

E-mail:

O Licitante reconhece que:

a) A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

b) O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

c) A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;

d) O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e

e) O não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2025

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa .....(indicação da razão social)..... cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 0XX/2025, cujo objeto é ... .

.....

(Local e data)

.....

Nome e Assinatura do Representante Legal

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de ..... **nº ...../.....**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

3. **( ) MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(Local e data)

.....

(Nome, RG e Assinatura do Representante Legal)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

Rua Amazonas, nº 373 – Centro. Piên/PR. CEP 83.860-000.
CNPJ: 76.002.666/0001-40 E-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br - Fone (41) 3632-1136

Piên/PR, 04 de fevereiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:8D247AC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 155, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025

PORTARIA Nº 155, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

NOMEIA KATIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO FRAGOSO COMO GESTORA MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a senhora Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso, portadora da cédula de identidade civil RG nº 2.011.383-8/SC, inscrita no CPF nº 003.911.769-35, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social e Defesa Civil, como gestora municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 04 de fevereiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:ED1B4720

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 47, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

DECRETO Nº 47, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia-se o servidor Eduardo Duarte Scheivaraski para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO do Município de Piên/PR, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame é designada pregoeiro.

Art. 2º Nomeia-se os servidores abaixo para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:
a) Bernadete Maguerovski, com matrícula de nº 105401;
b) Solange de Fatima Senn, com matrícula de nº 4765826;
c) Sandrieli Aparecida Ludvinski, com matrícula de nº 4765920.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, o disposto no Decreto Municipal nº 309/2023, para a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º O agente deste decreto passa a responder por todos processos licitatórios em andamento, mesmo que iniciados antes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 04 de Fevereiro de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:16645E4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de 2 (duas) grades niveladoras, a fim de promover a substituição das grades desgastados e/ou danificados. **Edital disponível no site:** www.pien.pr.gov.br a partir do dia 05/02/2025. **Entrega das propostas:** a partir 05/02/2025 no site no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas:** 19/02/2025 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 04 de fevereiro de 2025.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:98DEFAEF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 25/2025

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 871/2022 LEI MUNICIPAL Nº 1.034/2025 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Sergio da Silva Matrícula: 637-1
Órgão de Lotação: Gabinete do Prefeito Cargo ou função: Vice-prefeito Municipal
ACOMPANHANTES

PIÊN PREFEITURA
PROCURADORIA JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2383/2025
Assunto: "registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção de vias públicas municipais".
Requerente: Secretarias Municipais

Parecer Jurídico

I. Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para análise do Processo Licitatório na modalidade de **pregão na forma eletrônica,** cuja ordem sequencial será providenciada pelo setor de Licitações após a emissão do presente parecer, **tipo menor preço por item**, que tem por objeto "registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção de vias públicas municipais".

O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal justificando a necessidade da contratação, do estudo técnico preliminar, do termo de referência, cotações, pesquisa de mercado, mapa comparativo de preços, minuta do edital e anexos, informações orçamentárias e financeiras.

II. Passamos a análise jurídica.

As aquisições e contratações da Administração Pública somente podem ocorrer de acordo com os princípios e regras basilares dispostos no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Na mesma toada, deve respeitar a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitação e Contratos Administrativos, prevendo em seu art. 28 as modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas.

Sendo que uma das modalidades prevista é o pregão, o qual é cabível quando o objeto do contrato for aquisição de bens ou serviços classificados como "comuns".

E, no caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos produtos a serem adquiridos, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

O tipo menor preço por item, também se mostra adequado ao objeto da contratação, em razão da natureza dos itens e suas especificidades, possibilitando mais vantagens e benefícios para a Municipalidade.

Ainda, importante destacar que o artigo 78, IV da Lei 14.133/2021 traz como procedimento auxiliar das licitações e contratações públicas o sistema de registro de preços. Sendo que a adoção do sistema de registro de preços se mostra adequada no presente caso, uma vez que, permite a Administração realizar compras futuras e fracionadas, conforme as requisições de demandas das secretarias municipais.

Nesse sentido, Edgar Guimarães e Joel de Menezes Niebuhr (2008, p,25), assinalam as vantagens do sistema de registro de preços, senão vejamos:

> A principal vantagem do registro de preços ocorre em relação aos objetos cujos quantitativos sejam de difícil previsibilidade, como ocorre com pneus, peças, combustíveis, material de expediente, medicamentos, insumos de informática, gêneros alimentícios etc.

Ainda, oportuno destacar que a presente licitação possui alguns itens destinados exclusivamente para Micro e Pequenas empresas, nos moldes do disposto na Lei Complementar nº 123/06.

O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência consistem em um dos atos essenciais do procedimento licitatório e devem conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos e o cronograma físico-financeiro da execução. Em atendimento à exigência legal, foi juntado nos autos o documento intitulado Estudo Técnico Preliminar e o documento intitulado Termo de Referência, devidamente aprovado e assinado pela autoridade competente, os quais vislumbramos estar satisfatório.

Ademais, vislumbramos, que o edital para o registro de preços atende os requisitos previstos no artigo 82 da Lei 14.133/2021.

Para além disso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo

a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor da contabilidade, atendendo, especialmente, o disposto no artigo 18 da Lei de Licitações.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, ressalta-se, estar presente a autorização expressa do responsável pela Secretaria de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Ainda, analisando os autos, verifica-se que a Minuta do Edital segue todas as cautelas recomendadas pela Lei nº. 14.133/2021, que em seu art. 25 elenca os pressupostos que deverão constar do Edital de Licitação, possuindo indicação de número de ordem em série anual, órgão da Administração Pública interessado, modalidade de licitação e regime de execução.

Percebe-se, ainda, que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da Lei de Licitações, com a designação do local, dia e hora para o recebimento das propostas, entre outros requisitos previstos na legislação vigente, cumprindo destacar que, após a emissão do presente parecer, deverá o pregoeiro observar os prazos mínimos previstos entre a disponibilização do edital e a abertura do certame, nos moldes do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Por fim, a minuta do contrato está em consonância com a legislação que orienta a matéria, trazendo em seu bojo as cláusulas exigidas pela legislação, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, justifica-se a utilização do Pregão na forma eletrônica do tipo menor preço por item, para o referido procedimento licitatório, considerando a natureza do objeto a ser contratado, a estimativa da despesa e a fonte dos recursos que arcarão com a contratação.

PIÊN
PREFEITURA
PROCURADORIA JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

III. Conclusão

Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que o Procedimento Licitatório, cujo objeto é o "registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção de vias públicas municipais", atende aos princípios norteadores do processo de licitação e se encontra devidamente respaldado na Lei nº 14.133/2021, sendo adequada a modalidade e o tipo adotado, bem como, aprovado o edital de convocação.

Recomendo a área de contratos da secretaria de administração, para que se atente à vinculação da redação do contrato para com as especificações do edital de convocação, bem como ao termo de referência, em estrito cumprimento ao que prescreve os artigos 5º; 11; e 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Anoto que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no Edital, bem como, as justificativas da secretaria requerente com seus anexos e que, não se incluem no âmbito de análise desta Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária.

O presente parecer possui caráter meramente opinativo, destinado a dar subsídios a decisão da autoridade a que se destina e cinge-se, exclusivamente, de estudo dos contornos jurídicos, da legislação e jurisprudência em torno do assunto em comento.

É o parecer. S.M.J.

Piên, 27 de fevereiro de 2025.

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023, considerando ainda o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Douglas Henrique Golox, e ratificado pelo (a) Dr(a) Giovani Mattiola,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 11 de fevereiro a 26 de fevereiro de 2025, a servidora pública **Ruti Elaine Wedekind Tascheck,** portadora da cédula de identidade civil com RG 7.236.128.8/PR e matrícula funcional 23301, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Públicos II.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 25 de fevereiro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:DFD89E5E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 266, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 266, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023, considerando ainda o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e o atestado médico expedido (a) Dr(a) Stéfan Corniani Aran, e ratificado pelo (a) Dr(a) Giovani Mattiola,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 07 de dezembro a 16 de dezembro de 2024, a servidora pública **Vanessa Raut Ferreira Muller Costa,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 7.*******/PR matrícula funcional 472951, ocupante do cargo público de **Enfermeira.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos à data do atestado apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 25 de fevereiro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:FD269D46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 267, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 267, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede licença para tratamento de saúde.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 229/2023, considerando ainda o disposto no Art. 97 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos e no Art. 54 da Lei Municipal 1.110/2011

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença, no período de 17 de dezembro de 2024 a 20 de fevereiro de 2025, a servidora pública **Vanessa Raut Ferreira Muller Costa,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 7.*******/PR matrícula funcional 472951, ocupante do cargo público de **Enfermeira.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado médico apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 25 de fevereiro de 2025.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:41E6C911

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais. **Entrega das propostas:** a partir 28/02/2025 no site no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas:** 21/03/2025 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 27 de fevereiro de 2025.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:81AB84A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de um veículo CAMINHONETE PICK-UP via Convênio nº305/2024 – DEAGRO. **Entrega das propostas:** a partir 28/02/2025 no site no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas:** 24/03/2025 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 27 de fevereiro de 2025.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:802E4493

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2024

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 011/2024
1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Claudemir José de Andrade, inscrito no CPF sob nº 633.xxx.329-xx doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 18.115.589/0001-39, estabelecida na Av. Nossa Senhora Aparecida, nº 490, Bairro: Santa Terezinha em Fazenda Rio Grande/PR, telefone: (41) 3060-3177, (41) 99802-0323, e-mail: mamterraplanagem@outlook.com; neste ato representado pela, Sra. Micheli de Araujo Martha, inscrita no CPF sob nº. 000.xxx.831-xx, doravante denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 060/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 2280/2025 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica suprimido do contrato o valor de 3.769,75 (três mil e setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e setenta e cinco centavos)

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 27 de fevereiro de 2025

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F48218F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2023

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023

2º ADITIVO AO CONTRATO DE PUBLICAÇÃO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA EDITORA DE JORNAL O REGIONAL LTDA.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo Prefeito Sr. MAICON GROSSKOPF, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, inscrita no CPF sob nº 034.826.049-08, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a empresa **EDITORA DE JORNAL O REGIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 01.276.217/0001-91, estabelecida na Rua Manaus, nº 308, bairro Centro, cidade Piên/PR, CEP 83860-000, Fone (41) 3632-1256, e-mail redacao@oregionalpr.com.br; neste ato representado pelo, Sr.(a) Waldinei Gravi Gonçalves, inscrito no CPF sob nº. 036.460.519-73 doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem celebrar o presente aditivo ao contrato nº 017/2023 nos termos Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação.

Cláusula Primeira: O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a partir de 16/03/2025.

Cláusula Segunda: Fica reajustado o valor do item para R$ 5,68 conforme índice INPC acumulado dos últimos 12 meses de 5,93%.

Cláusula Terceira: Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Piên/PR, 27 de Fevereiro de 2025

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:3FCA60DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 94/2025

DECRETO N.º 94/2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2025 no total de R$ 6.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1558 de 02 de dezembro de 2024 e 1559 de 16 de dezembro de 2024 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2025, na importância de R$ 6.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.12.231	PROGRAMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3632	00824 - Repasse Federal - Programa Primeira Infância no SUAS	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.12.231	PROGRAMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3533	00824 - Repasse Federal - Programa Primeira Infância no SUAS	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
	TOTAL	6.000,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....6.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
824	Repasse Federal - Programa Primeira Infância no SUAS	6.000,00
	TOTAL	6.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....6.000,00

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1446/2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1558/2024 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 28 de fevereiro de 2025.

AO MUNICÍPIO DE PIÊN

Processo Licitatório nº 14/2025

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA., com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 42200817706 em 05/06/1986 e alterações posteriores, inscrita no CNPJ nº 79.390.530/0001-43, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeira, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.294-000, por seu advogado que esta subscreve, vem a presença de Vossa Excelência apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** referente ao Processo de Licitação n.º 14/2025, pelos motivos de fato e fundamento a seguir expostos:

I. DOS FATOS E DO DIREITO:

01. O certame licitatório em questão tem por objeto a aquisição de saibro e pedra graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Piên/PR.

02. Após análise minuciosa do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2025, constatamos a existência de disposições que aparentam ser contraditórias e que necessitam de esclarecimento para garantir a devida isonomia e transparência do certame.

03. No item 7.4 do edital, há uma vedação expressa quanto à participação de empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas. No entanto, o item 14.3.6, alínea "d.1", estabelece que, caso a empresa licitante não seja mineradora, deverá apresentar um Contrato de Compromisso de entrega do material firmado com empresa

mineradora legalmente autorizada, acompanhado dos documentos exigidos para a fornecedora.

04. Essa exigência, ao permitir que uma empresa licitante utilize a estrutura de outra para viabilizar sua participação, se configura, na prática, como uma forma de consórcio informal, o que gera um evidente conflito normativo dentro do próprio edital.

05. Assim, solicitamos esclarecimento sobre como a Administração interpreta essa exigência e de que maneira concilia essa previsão com a vedação expressa à participação em consórcios ou grupos de empresas.

06. Caso a Administração entenda que essa exigência não caracteriza um consórcio, solicitamos que sejam apresentados os fundamentos jurídicos que sustentam essa interpretação, a fim de evitar questionamentos futuros e garantir a segurança jurídica do processo.

07. Além disso, considerando certames anteriores promovidos por este Município, é notório que algumas empresas vencedoras apresentaram documentos que, somados, resultavam em um conjunto de informações provenientes de diferentes empresas. Há casos em que a mesma proposta contou com documentação financeira de uma empresa, licenciamento de outra, atestados técnicos de uma terceira, configurando um arranjo que, na prática, se assemelha a um consórcio, mesmo que formalmente não tenha sido assim denominado.

08. Nesse contexto, solicitamos esclarecimentos sobre quais critérios objetivos a Administração adotará para evitar que tal prática se repita neste certame, garantindo que todos os concorrentes estejam submetidos às mesmas condições e evitando que determinadas empresas obtenham vantagem competitiva indevida.

09. Considerando que a publicidade e a segurança jurídica são princípios fundamentais da Administração Pública, solicitamos ainda que a Comissão de Licitação informe se há possibilidade de retificação do edital para corrigir essa contradição, garantindo a lisura do procedimento e evitando futuras impugnações ou judicializações.

II. DOS PEDIDOS:

DIANTE DO EXPOSTO, requer resposta aos esclarecimentos solicitados, certos de que a Administração zelará pela transparência e igualdade de condições entre os licitantes, por ser medida de direito e salutar justiça!

Termos em que
Pede e espera deferimento.

São Bento do Sul/SC, 17 de março de 2025.

ARÃO DOS SANTOS – adv.
OAB/SC 9.760

FERNANDA BAVIA – adv.
OAB/PR 87.279

Eduardo Duarte Scheivaraski

De: Licitações Administração
Enviado em: quarta-feira, 19 de março de 2025 15:45
Para: 'fernanda.bavia@araoadvogados.com.br'
Assunto: RES: Pedido de Esclarecimento - Edital n° 014/2025

Boa tarde,

Se entende por consorcio de empresas quando empresas se unem para um objetivo de negocio que vai trazer rendimentos a ambos, o que é totalmente diferente de quando alguém aluga/arrenda um local.

Exemplo: Se a empresa loca uma sala e abre um negocio o dono do imóvel é socio ou algo assim da empresa ? não.

Já tivemos esse mesmo caso com a Extração de areia fundão ano passado e o recurso da licitação foi negado, não vejo necessário batermos na mesma tecla novamente.

Porem como o Esclarecimento é de direito, vamos manter o edital desta mesma maneira visando a competitividade do certame.

Em vários momentos (inclusive antes de homologar) o certame passa pelo jurídico com todos os fatos desde seu inicio e neste momento o jurídico pode realizar seus apontamentos.

Podemos citar ainda a necessidade do município em adquirir pedras, e postergar o certame pode trazer um enorme prejuízo aos usuários principalmente das estradas rurais.

Por entender que não há irregularidades, vou manter a data da licitação. Tendo em vista que esse assunto já foi tratado na licitação do ano anterior, não vou me prolongar.

Estou a disposição.

Att.

Eduardo Duarte Scheivaraski

Licitações e Compras

PIÊN/PR

41-3632-1136

Prefeitura de PIÊN

Rua: Amazonas, 373 , Centro.

De: fernanda.bavia@araoadvogados.com.br <fernanda.bavia@araoadvogados.com.br>
Enviada em: segunda-feira, 17 de março de 2025 17:44
Para: Licitações Administração <licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br>
Assunto: Pedido de Esclarecimento - Edital n° 014/2025

Prezados, boa tarde.

83

Na qualidade de procuradores da empresa Extração de Areia Fundão LTDA., apresentamos em anexo pedido de esclarecimento referente ao Edital de Pregão Eletrônico n° 014/2025.
Conforme previsto no item 17.1.1 do edital, realizamos o protocolo do requerimento através do presente e-mail.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

ARÃO DOS SANTOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
OAB/SC 713/2002

Dra. Fernanda Bavia Graciano - OAB 87279
Advogada
fernanda.bavia@araoadvogados.com.br

(47) 3633-1433
São Bento do Sul - SC
www.araoadvogados.com.br

As informações contidas nesta mensagem são CONFIDENCIAIS, protegidas pelo sigilo legal. Esta mensagem, por sua especificidade, constitui informação privilegiada e confidencial, legalmente resguardada por segredo profissional, nos termos do artigo 7º, inciso II e ss., da Lei n. 8.906/94, referindo-se exclusivamente ao relacionamento pessoal e profissional de advocacia. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de utilização do teor deste documento depende de autorização do remetente, sujeitando-se o infrator às sanções legais (arts. 153 e 154 do Código Penal). Caso não seja o destinatário pretendido, por favor, notifique-me imediatamente e retorne a mensagem original.

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000014/2025
Processo Administrativo Nº 00000000000000000066
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Data de Publicação: 05/03/2025 09:19:57

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 15.000 Unidade: TN Val. Ref.: 48,14

Descrição: RACHÃOZINHO, (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Autor	Marca/Modelo	Valor
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	PRÓPRIA / PRÓPRIO	48,14
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	PROPRIA / PROPRIO	48,14
MINERAÇÃO GAI LTDA	Rachãozinho / Rachãozinho	48,14

LOTE 2

Item: 1 Quant.: 15.000 Unidade: TN Val. Ref.: 39,07

Descrição: SAIBRO BRITADO, (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Autor	Marca/Modelo	Valor
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	PRÓPRIA / PRÓPRIO	39,07
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	PROPRIA / PROPRIO	39,07
MINERAÇÃO GAI LTDA	Saibro Britado / Saibro Britado	39,07

LOTE 3

Item: 1 Quant.: 3.750 Unidade: TN Val. Ref.: 56,45

Descrição: PEDRISCO, (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Autor	Marca/Modelo	Valor
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	PRÓPRIA / PRÓPRIO	56,45
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	PROPRIA / PROPRIO	56,45
MINERAÇÃO GAI LTDA	Pedrisco / Pedrisco	56,45

LOTE 4

Item: 1 Quant.: 5.000 Unidade: TN Val. Ref.: 48,14

Descrição: RACHÃOZINHO, (COTA DO ITEM 01, EXCLUSIVO ME, EPP)

Autor	Marca/Modelo	Valor
MINERAÇÃO GAI LTDA	Rachãozinho / Rachãozinho	48,14

LOTE 5

Item: 1 Quant.: 5.000 Unidade: TN Val. Ref.: 39,07

Descrição: SAIBRO BRITADO, (COTA DO ITEM 02, EXCLUSIVO ME, EPP)

Autor	Marca/Modelo	Valor
MINERAÇÃO GAI LTDA	Saibro Britado / Saibro Britado	39,07

LOTE 6

Item: 1 Quant.: 1.250 Unidade: TN Val. Ref.: 56,45

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

Descrição: PEDRISCO, (COTA DO ITEM 03, EXCLUSIVO ME, EPP)

Autor	Marca/Modelo	Valor
MINERAÇÃO GAI LTDA	Pedrisco / Pedrisco	56,45

DOCUMENTOS ANEXADOS

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

Horário: 17/03/2025 13:37 **Documento:** Outros documentos

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/4899730bcf8446458b5f57bb0fb98341.pdf

Horário: 17/03/2025 13:37 **Documento:** Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/6b659cf551384a8c81a4d22d06f30fed.pdf

Horário: 17/03/2025 13:37 **Documento:** Todos os Documentos do Edital, Referente a Habilitação em Modelo Zip ou Unico Pdf, Escaneado

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/35b864d0e344425ba8d8ea8f3e3dbeaa.pdf

MINERAÇÃO GAI LTDA

Horário: 20/03/2025 18:57 **Documento:** Outros documentos

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/4a59a2a917264a8fb16052125ebab101.pdf

Horário: 20/03/2025 18:57 **Documento:** Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/0d9e47f446f24e66a064c8b7e4208a46.pdf

Horário: 20/03/2025 18:57 **Documento:** Todos os Documentos do Edital, Referente a Habilitação em Modelo Zip ou Unico Pdf, Escaneado

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/362f02c154214f0a8ab7f2f3ddaf7c8f.pdf

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

Horário: 21/03/2025 08:47 **Documento:** Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/b4678d5f1372430aaab158aede79b8a8.pdf

Horário: 21/03/2025 08:47 **Documento:** Todos os Documentos do Edital, Referente a Habilitação em Modelo Zip ou Unico Pdf, Escaneado

Endereço: http://lanceeletronico.blob.core.windows.net/participantdocuments/8d5e984dd98549388791ab52d127cb36.pdf

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

MARCOS HEINZ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/11/1980, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4879, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01026930183 expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de Santa Catarina e CPF nº 005.165.569-16,

LAURO JOSÉ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão de bens em 10/06/1989, nascido em 18/08/1959, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, s/n, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 781.883, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 311.290.309-97,

DANILO LUIS MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens em 12/11/1994, nascido em 12/07/1962, maior, empresário, residente e domiciliado na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 795, Centro, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-409, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 1.364.277, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 420.838.349-68,

ALFREDO JOSE MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/03/1972, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4929, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 2.373.631, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 690.758.679-72, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada:

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 42200817706 em 05/06/1986 e alterações posteriores, inscrita no CNPJ nº 79.390.530/0001-43, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeira, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.294-000, com filiais registradas na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41900785466 em 29/10/2002 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0002-24, sob o nº 41901207695 em 18/04/2011 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0003-05, sob o nº 41900947814 em 13/07/2006 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0004-96, e filial registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42901196996 em 15/05/2018 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0005-77 resolvem de comum acordo alterar seu contrato social primitivo, como segue:

CLÁUSULA 1ª – Entradas e saídas de sócios

Admite-se: MHLM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.850.713/0001-10 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 61, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206929824.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hguYo714pL6oZ7KWNpA&chave2=Ug8cwwsph_-ckCj5CyuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 31129030997-LAURO JOSE MAAHS|42083834968-DANILO LUIS MAAHS|00516556916-MARCOS HEINZ MAAHS|69075867972-ALFREDO JOSE MAAHS

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

Admite-se: LMM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.833.355/0001-37 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 60, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206927856.

Admite-se: DMM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.833.843/0001-44 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 58, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206927988.

Admite-se: ANM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.834.759/0001-45 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 15, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206928054.

Retira-se: MARCOS HEINZ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/11/1980, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4879, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01026930183 expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de Santa Catarina e CPF nº 005.165.569-16. Detentor de 22.500 (Vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais).

Retira-se: LAURO JOSÉ MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão de bens em 10/06/1989, nascido em 18/08/1959, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, s/n, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 781.883, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 311.290.309-97. Detentor de 22.500 (Vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais).

Retira-se: DANILO LUIS MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens em 12/11/1994, nascido em 12/07/1962, maior, empresário, residente e domiciliado na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 795, Centro, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.280-409, portador da cédula de identidade Registro Geral nº 1.364.277, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 420.838.349-68. Detentor de 22.500 (Vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais).

Retira-se: ALFREDO JOSE MAAHS, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/03/1972, maior, empresário, residente e domiciliado na Estrada Fundão, nº 4929, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.285-365, portador da cédula de identidade Registro Geral nº

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

2.373.631, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 690.758.679-72. Detentor de 22.500 (Vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA 2ª Transferência de Quotas

O sócio **MARCOS HEINZ MAAHS**, já qualificado anteriormente, transfere por venda todas as suas quotas, no total de 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de r$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos reais) à sócia **MHLM PARTICIPAÇÕES LTDA**, já qualificada anteriormente, dando plena, geral e rasa quitação à sociedade das quotas ora alienadas. O pagamento do valor citado na transferência de quotas decorrerá no período de 2 anos.

O sócio **LAURO JOSÉ MAAHS**, já qualificado anteriormente, transfere por venda todas as suas quotas, no total de 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de r$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos reais) à sócia **LMM PARTICIPAÇÕES LTDA**, já qualificada anteriormente, dando plena, geral e rasa quitação à sociedade das quotas ora alienadas. O pagamento do valor citado na transferência de quotas decorrerá no período de 2 anos.

O sócio **DANILO LUIS MAAHS**, já qualificado anteriormente, transfere por venda todas as suas quotas, no total de 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos reais) à sócia **DMM PARTICIPAÇÕES LTDA**, já qualificada anteriormente, dando plena, geral e rasa quitação à sociedade das quotas ora alienadas. O pagamento do valor citado na transferência de quotas decorrerá no período de 2 anos.

O sócio **ALFREDO JOSE MAAHS**, já qualificado anteriormente, transfere por venda todas as suas quotas, no total de 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R$ 22.500 (vinte e dois mil e quinhentos reais) à sócia **ANM PARTICIPAÇÕES LTDA**, já qualificada anteriormente, dando plena, geral e rasa quitação à sociedade das quotas ora alienadas. O pagamento do valor citado na transferência de quotas decorrerá no período de 2 anos.

CLÁUSULA 3ª Após cessão, transferência e saída de sócio, o capital social fica distribuído da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor do Capital	%
MHLM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.5000,00	25
LMM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.500,00	25
DMM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.500,00	25
ANM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.500,00	25
Total	**90.000**	**90.000,00**	**100**

CLÁUSULA 4ª A administração da sociedade caberá ao administrador não sócio **MARCOS HEINZ MAAHS**, o qual fica dispensado de caução.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

Parágrafo Primeiro - O administrador tem amplos poderes para administrar a sociedade, representando-a em juízo ou fora dele, podendo hipotecar, penhorar ou onerar os bens que constituem o patrimônio social, em contratos de financiamentos com estabelecimentos bancários ou entidades financeiras autorizadas a operar no país, representar a sociedade ativa e passivamente em todos os atos que lhe digam respeito, praticar operações de comércio e de crédito, para isso assinando documentos de qualquer espécie, escrituras públicas ou particulares, emitindo, aceitando e endossando cheques, duplicatas, enfim, quaisquer títulos de comércio e de crédito, movimentando contas correntes em bancos e outros estabelecimentos de crédito ou privados.
Parágrafo Segundo - É vedado ao administrador a prestação de avais, fiança ou garantia em negócios estranhos ao objeto social.
Parágrafo Terceiro - O administrador poderá constituir e destituir procuradores.
Parágrafo Quarto - A administração da Sociedade poderá ser exercida por sócios e não sócios, eleitos pelo voto correspondente à maioria do Capital Social.
Parágrafo Quinto: Ocorrendo impedimento legal ou permanente do não sócio **MARCOS HEINZ MAAHS**, a sociedade será administrada pelos não sócios **LAURO JOSÉ MAAHS, DANILO LUIS MAAHS** e **ALFREDO JOSÉ MAAHS**, que ingressarão na administração da sociedade, mediante arquivamento de alteração contratual, ficando dispensados de prestar caução, os quais assinarão sempre em conjunto.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

MHLM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.850.713/0001-10 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 61, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206929824.

LMM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.833.355/0001-37 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 60, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206927856.

DMM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.833.843/0001-44 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 58, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206927988.

ANM PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.834.759/0001-45 com sede na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº 430, Sala 08.1, Box 15, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-200, com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42206928054

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 42200817706 em 05/06/1986 e alterações posteriores, inscrita no CNPJ nº 79.390.530/0001-43, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeira, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.294-000, com filiais registradas na Junta Comercial do Paraná sob o nº 41900785466 em 29/10/2002 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0002-24, sob o nº 41901207695 em 18/04/2011 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0003-05, sob o nº 41900947814 em 13/07/2006 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0004-96, sob o nº 41901974815 em 21/03/2022 inscrita no CNPJ 79.390.530/0007-39, e filial registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42901196996 em 15/05/2018 inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0005-77.

CLÁUSULA I

A empresa gira sob o nome empresarial **"EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA"**
Parágrafo único: A Sociedade será regida por este contrato social, pelo Código Civil aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, demais normas legais aplicáveis e com Regência Supletiva da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA II

A sociedade tem sua sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeira, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.294-000.

CLÁUSULA III

O objeto da empresa é:
- Extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial;
- Extração de saibro;
- Extração e britamento de pedras;
- Transporte rodoviário de cargas;
- Comércio atacadista de areia e pedra britada;
- Comércio varejista de areia e pedra britada;
- Comércio atacadista de cal, tijolos e telhas;
- Comércio varejista de cal, tijolos e telhas;
- Comércio atacadista de material de construção;
- Comércio varejista de material de construção;
- Preparação de massa de concreto e argamassa para construção;
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador;
- Aluguel de imóveis próprios;
- Serviços de Terraplenagem;
- Preparação de massa asfáltica;
- Usinagem de asfalto;
- Construção de rodovias e ferrovias;
- Serviço de bombeamento e aplicação de concreto;
- Comércio atacadista de adubos e fertilizantes; Parágrafo único: As atividades de construção de rodovias e ferrovias e serviço de bombeamento e aplicação de concreto, serão realizadas exclusivamente no endereço do contratante.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA"
CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

CLÁUSULA IV

O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R$90.000,00 (noventa mil reais), dividido em 90.000 (noventa mil) quotas no valor nominal de R$1,00 (um real), cada uma, totalizando R$90.000,00 (noventa mil reais), fica assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Quotas	Valor do Capital	%
MHLM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.500,00	25
LMM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.500,00	25
DMM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.500,00	25
ANM PARTICIPAÇÕES LTDA	22.500	R$ 22.500,00	25
Total	**90.000**	**90.000,00**	**100**

Parágrafo único – As quotas sociais não poderão ser cedidas ou nomeadas pelos sócios como garantia de dívidas pessoais.

CLÁUSULA V

A sociedade iniciou suas atividades em 01 de abril de 1986 e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VI

A empresa possui cinco filiais, sendo:

* Filial 1, registrada na JUCEPAR sob o nº 41900785466 em 29/10/2002, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0002-24, estabelecida na Estrada Geral, s/n, na Localidade de Campinas dos Maia, Município de Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, o capital social é de R$10.000,00 (dez mil reais) e tem como objeto a Extração de saibro e pedra, e extração de areia, comércio atacadista de adubos e fertilizantes.

* Filial 2, registrada na JUCEPAR sob o nº 41901207695 em 18/04/2011, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0003-05, estabelecida na Estrada Piên, s/n, Bairro Poço Frio, Município de Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, e tem como objeto a Extração de areia, saibro e pedra.

* Filial 3, registrada na JUCEPAR sob o nº 41900947814 em 13/07/2006, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0004-96, estabelecida na Estrada Geral Campo Novo, s/n, Bairro Campo Novo, Município de Piên, Estado do Paraná, CEP 83.860-000, e tem como objeto a Extração de areia, saibro e pedra.

* Filial 4, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42901196996 em 15/05/2018, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0005-77, estabelecida na Avenida São Bento, nº 1639, Bairro Rio Negro, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.287-350, e tem como objeto: Comércio atacadista de areia e pedra britada, Comércio varejista de areia e pedra britada, Comércio atacadista de material de construção e Comércio varejista de material de construção.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

* Filial 5, registrada na JUCEPAR sob o nº 41901974815 em 21/03/2022, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0007-39, estabelecida na Rua Camarista Carlos Schneider, nº 920, Bairro Bom Jesus, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CEP 89.880-000, e tem como objeto: Transporte rodoviário de cargas; Comércio atacadista de areia e pedra britada; Comércio varejista de areia e pedra britada, Comércio atacadista de cal, tijolos e telhas; Comércio varejista de cal, tijolos e telhas; Comércio atacadista de material de construção; Comércio varejista de material de construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; Preparação de massa asfáltica; Usinagem de asfalto; Construção de rodovias e ferrovias; Serviço de bombeamento e aplicação de concreto

CLÁUSULA VII

A sociedade poderá delegar os poderes de administração a terceiros não sócios, mediante outorga de procuração, observando-se o previsto no art. 1.061 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA VIII

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA IX

A administração da sociedade caberá ao administrador não sócio **MARCOS HEINZ MAAHS**, o qual fica dispensado de caução.
Parágrafo Primeiro - O administrador tem amplos poderes para administrar a sociedade, representando-a em juízo ou fora dele, podendo hipotecar, penhorar ou onerar os bens que constituem o patrimônio social, em contratos de financiamentos com estabelecimentos bancários ou entidades financeiras autorizadas a operar no país, representar a sociedade ativa e passivamente em todos os atos que lhe digam respeito, praticar operações de comércio e de crédito, para isso assinando documentos de qualquer espécie, escrituras públicas ou particulares, emitindo, aceitando e endossando cheques, duplicatas, enfim, quaisquer títulos de comércio e de crédito, movimentando contas correntes em bancos e outros estabelecimentos de crédito ou privados.
Parágrafo Segundo - É vedado ao administrador a prestação de avais, fiança ou garantia em negócios estranhos ao objeto social.
Parágrafo Terceiro - O administrador poderá constituir e destituir procuradores.
Parágrafo Quarto - A administração da Sociedade poderá ser exercida por sócios e não sócios, eleitos pelo voto correspondente à maioria do Capital Social.
Parágrafo Quinto: Ocorrendo impedimento legal ou permanente do não sócio **MARCOS HEINZ MAAHS**, a sociedade será administrada pelos não sócios **LAURO JOSÉ MAAHS, DANILO LUIS MAAHS** e **ALFREDO JOSÉ MAAHS**, que ingressarão na administração da sociedade, mediante arquivamento de alteração contratual, ficando dispensados de prestar caução, os quais assinarão sempre em conjunto.

CLÁUSULA X

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se no dia 31 de dezembro, sendo que ao término de cada exercício os administradores prestarão contas justificadas de sua

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

administração. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento de um balanço geral, para a verificação dos lucros ou prejuízos. Poderão ser feitos balanços em períodos menores, inclusive mensais, por decisão dos sócios.

Parágrafo Primeiro - Por decisão dos sócios, poderá haver distribuição de lucros em periodicidade mensal, tendo como base o lucro de exercícios anteriores ou por conta de período base ainda não encerrado, a título de antecipação, podendo ser distribuídos aos sócios de forma desproporcional às suas quotas de capital, de acordo com deliberação destes, ou terão a aplicação que os sócios, de comum acordo, ou por maioria, determinarem.

Parágrafo Segundo - A forma de distribuição dos lucros desproporcional às quotas de capital social será decidida em reunião, porém, torna-se desnecessária quando todos os sócios deliberarem por escrito.

Parágrafo Terceiro - Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes.

CLÁUSULA XI

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA XII

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA XIII

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "prólabore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA XIV

No caso de falecimento de sócio, sua interdição, incapacidade civil, separação, divórcio ou dissolução de união estável, os seus herdeiros, meeiro(a), cônjuge ou companheiro(a), ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), não ingressarão na Sociedade, mas terão os seus haveres apurados e liquidados com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim, na data do evento.

Parágrafo Primeiro - No caso de retirada ou exclusão de sócio, seus haveres serão apurados na forma do "caput" da presente Cláusula.

Parágrafo Segundo - Os haveres referidos no caput desta cláusula e seu parágrafo primeiro, serão pagos em 180 parcelas mensais e sucessivas, com correção monetária pela poupança, devendo a primeira parcela ser paga até 120 dias da data do evento, facultado aos sócios remanescentes ou a sociedade pagar tais haveres em bens móveis ou imóveis.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA "EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA" CNPJ 79.390.530/0001-43 NIRE 42200817706

CLÁUSULA XV

As quotas sociais são indivisíveis e, as quotas e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e em igualdade de condições, poderão ser ofertados a terceiros, estranhos a sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

Parágrafo Primeiro - Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

Parágrafo Segundo - Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente.

Parágrafo Terceiro - Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

Parágrafo Quarto - Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos do art. 1.081 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA XVI

O administrador declara sob as penas da lei, de que não estão impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA XVII

Mediante a aprovação da maioria do capital social, qualquer sócio poderá ser excluído da Sociedade por justa causa, assegurada ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Os sócios, com base no direito à liberdade de contratar, elegem como justa causa, entre outros, os seguintes motivos:

1 - Falência do sócio pessoa jurídica ou notória insolvência, quando sócio pessoa física;
2 - O não cumprimento de qualquer dever ou obrigação imposta aos sócios pela lei ou este Contrato Social;
3 - A quebra do Affectio Societatis;
4 - Uso indevido da denominação social.

Parágrafo Segundo - A convocação para reunião poderá ser por:

1- Carta registrada com aviso de recebimento; ou
2- Correspondência entregue contra recibo; ou

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

3- Notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA XVIII

Fica eleito o foro de São Bento do Sul/SC para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

São Bento do Sul/SC, 26 de julho de 2023.

MARCOS HEINZ MAAHS
LAURO JOSÉ MAAHS
DANILO LUIS MAAHS
ALFREDO JOSE MAAHS
MHLM PARTICIPAÇÕES LTDA
LMM PARTICIPAÇÕES LTDA
DMM PARTICIPAÇÕES LTDA
ANM PARTICIPAÇÕES LTDA

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

238687244

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
PROTOCOLO	238687244 - 27/07/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200817706
CNPJ 79.390.530/0001-43
CERTIFICO O REGISTRO EM 31/07/2023
SOB N: 20238687244

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20238687244

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00516556916 - MARCOS HEINZ MAAHS - Assinado em 27/07/2023 às 11:54:48

Cpf: 31129030997 - LAURO JOSE MAAHS - Assinado em 27/07/2023 às 12:01:02

Cpf: 42083834968 - DANILO LUIS MAAHS - Assinado em 27/07/2023 às 12:02:00

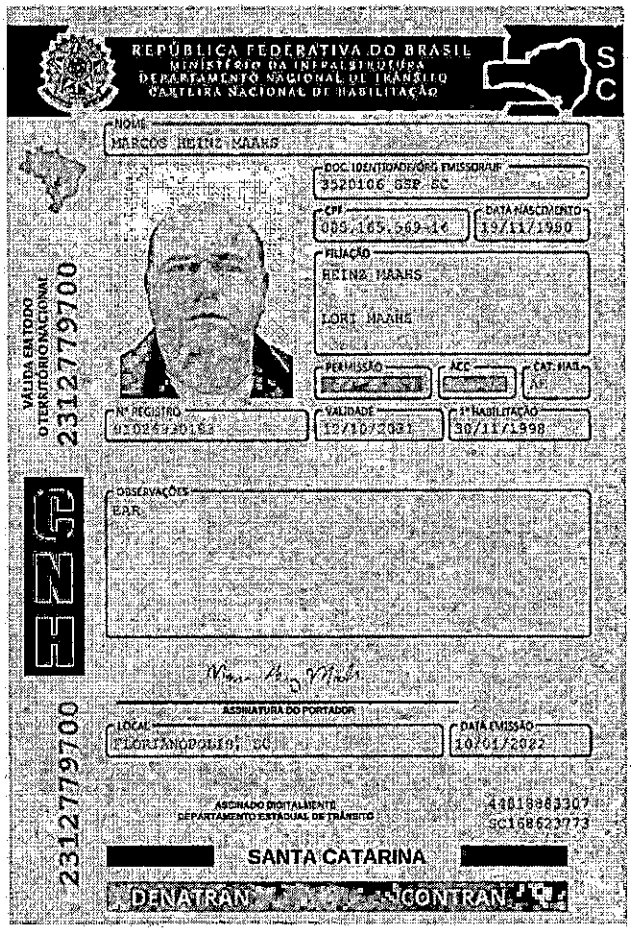
Cpf: 69075867972 - ALFREDO JOSE MAAHS - Assinado em 27/07/2023 às 11:59:35

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 31/07/2023
Certifico o Registro em 31/07/2023 Data dos Efeitos 27/07/2023
Arquivamento 20238687244 Protocolo 238687244 de 27/07/2023 NIRE 42200817706
Nome da empresa EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 314451925515422
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/07/2023LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

97

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

98

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
79.390.530/0001-43 MATRIZ		04/06/1986

NOME EMPRESARIAL
EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
08.10-0-06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
08.10-0-08 - Extração de saibro e beneficiamento associado
08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
23.99-1-99 - Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Dispensada *)
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios (Dispensada *)
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD MUNICIPAL 100	3983	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.294-000	CORREDEIRA	CAMPO ALEGRE	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
extracao@extracaodearela.com.br	(47) 3635-1348

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	07/12/2002

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **18/03/2025** às **10:08:54** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Sr(a). contribuinte,
Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS

CNPJ/CPF	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	INÍCIO ATIVIDADE COM ICMS
79390530000143		06/05/1986

INSCRIÇÃO ESTADUAL	NOME EMPRESARIAL
251353362	EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS
******	NORMAL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0810006 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0810008 - Extração de saibro e beneficiamento associado
0810099 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
2330305 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
2399199 - Fabricação de outros produtos de minerais nãometálicos não especificados anteriormente
4211101 - Construção de rodovias e ferrovias
4313400 - Obras de terraplenagem
4399199 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
4679604 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
4683400 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
4744004 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
4744099 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
4930202 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
6810202 - Aluguel de imóveis próprios
7732201 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS
- Credenciado a Emitir Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe Modal RODOVIÁRIO a partir de 15/05/2018
- Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 01/10/2010
- Credenciado a enviar Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 18/12/2015

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RODOVIA MUNICIPAL 100	3983	******

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89294-000	CORREDEIRA	CAMPO ALEGRE	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FISCAL.SBS@FISCALLCONTABILIDADE.COM.BR	47 36334119

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO desde 06/05/1986

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.
Emitido em **17/03/2025 15:40:56** (data e hora de Brasília).

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 79.390.530/0001-43
Razão Social: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Endereço: LOC CORREDEIRAS SN / CORREDEIRAS / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/03/2025 a 02/04/2025

Certificação Número: 2025030402230528864460

Informação obtida em 18/03/2025 10:01:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Certidão nº: 15661456/2025
Expedição: 18/03/2025, às 10:02:41
Validade: 14/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **79.390.530/0001-43, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
CNPJ: 79.390.530/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:24:27 do dia 18/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/09/2025.
Código de controle da certidão: **E027.33DA.33C0.FCF8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA**
CNPJ/CPF: **79.390.530/0001-43**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	250140083383099
Data de emissão:	14/03/2025 09:43:12
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	10/09/2025

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 17/03/2025 15:44:44

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 17/03/2025

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 07/03/2025 15h08min

Número	Validade
717	06/04/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA CNPJ: 79390530000143

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | **Finalidade**

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Econômico: 3954 - Atividade principal: Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado
Endereço: MUNICIPAL 100, 3.983* - Bairro CORREDEIRA - Bloco 0 - Apto. 0 - Compl. 0 - CEP 89.294-000

Código de Controle

CWD8WXUZT68FCRR1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Campo Alegre (SC), 07 de Março de 2025

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO RECUPERAçãO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALêNCIA Nº: 3965354
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Raiz do CNPJ: 79.390.530
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SANTA CATARINA
Município endereço da sede : CAMPO ALEGRE
Endereço da sede : ROD Municipal 100, Corredeira, 3983, 89.294-000

Certidão emitida às 13:24 de 11/03/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO

Atestamos, para os fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa Extração de Areia Fundão Ltda, matriz, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, bairro Corredeiras em Campo Alegre– SC, inscrita no CNPJ 79.390.530/0001-43, está fornecendo os itens abaixo relacionados e vem cumprindo os prazos e termos firmados nos pregões conforme abaixo:

Item	Descrição	Pregão	Quantidade	Unidade
1	Areia Grossa	35/2022	1.000	Ton
2	Areia Média	35/2022	1.000	Ton
3	Areia Fina	35/2022	1.000	Ton
4	Rachão	44/2022	2.600	Ton
5	Saibro britado	44/2022	5.700	Ton
6	Pó de brita	44/2022	800	Ton
7	Saibro Britado entregue	279/2022	10.000	Ton
8	Saibro Britado retirado	279/2022	10.000	Ton
9	Concreto FCK 20 Mpa	310/2022	500	M³
10	Concreto FCK 25 Mpa	310/2022	500	M³
11	Concreto FCK 30 Mpa	310/2022	500	M³
12	Saibro Britado retirado	323/2022	70.000	Ton
13	Saibro Britado entregue	323/2022	90.000	Ton
14	Matacão	323/2022	5.000	Ton
15	Areia Grossa	56/2023	500	Ton
16	Areia Média	56/2023	600	Ton
17	Areia Fina	56/2023	600	Ton
18	Graduado	56/2023	5.000	Ton
19	Pó de Brita	56/2023	800	Ton
20	Rachão	48/2023	4.200	Ton
21	Pó de brita	48/2023	800	Ton
22	Brita nº2	77/2023	170	Ton

Informamos que a referida empresa vem cumprindo com todas as condições pactuadas, cumprindo o cronograma e os prazos de previstos, sendo estes de boa qualidade e técnica, de forma correta, tendo atendido os padrões solicitados e as normas pertinentes.
Por ser verdade, firmo o presente.

São Bento do Sul, 07 de Junho de 2023.

DEBORA ELAINE BELLO:05962856988

Assinado de forma digital por DEBORA ELAINE BELLO:05962856988
Dados: 2023.06.07 13:17:17 -03'00'

Débora Elaine Bello
Diretora Administrativa e de Controle
CPF: 059.628.569-88

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa Extração de Areia Fundão Ltda, matriz, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, bairro Corredeiras em Campo Alegre– SC, inscrita no CNPJ 79.390.530/0001-43, nos forneceu e está fornecendo os itens abaixo relacionados e vem cumprindo os prazos e termos firmados nos pregões conforme abaixo:

Item	Descrição	Pregão	Quantidade	Unidade
1	Bica Corrida	71/2023	15.000	Ton
8	Rachãozinho	10/2024	15.000	Ton

Informamos que a referida empresa vem cumprindo com todas as condições pactuadas, cumprindo o cronograma e os prazos de previstos, sendo estes de boa qualidade e técnica, de forma correta, tendo atendido os padrões solicitados e as normas pertinentes.

Por ser verdade, firmo o presente.

Piên, 18 de Março de 2025.

ALDECIR CAVALHEIRO
Diretor de Área
Secretaria de Viação e Serviços Rodoviários

Rio Negrinho
Acolhego da Serra

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa Extração de Areia Fundão Ltda, matriz, com sede na Rodovia Municipal 100, nº 3983, bairro Corredeiras em Campo Alegre– SC, inscrita no CNPJ 79.390.530/0001-43, nos forneceu e está fornecendo os itens abaixo relacionados e vem cumprindo os prazos e termos firmados nos pregões conforme abaixo:

Item	Descrição	Pregão	Quantidade	Unidade
1	Concreto FCK 35 Mpa	24/2023	498	M^3
2	CBUQ Faixa C c/ CAP	26/2023	7.033	Ton
3	Areia Fina	49/2023	339	Ton
4	Areia Média	49/2023	346	Ton
5	Areia Grossa	49/2023	154,5	Ton
6	Rachão	49/2023	18.739,31	Ton
7	Brita nº2	49/2023	10.867,78	Ton
8	Arenito detonado	49/2023	2.841,75	Ton
9	Brita nº4	49/2023	953,25	Ton
10	Brita nº2	49/2023	1.300	Ton
11	Graduado	49/2023	9.997,16	Ton
12	Brita nº3	49/2023	3.550	Ton
13	Pó de brita	49/2023	2.282,9	Ton
14	CBUQ Faixa C c/ CAP	45/2024	3.699	Ton
15	Arenito detonado	84/2024	600	Ton
16	Graduado	84/2024	900	Ton
17	Brita nº3	84/2024	550	Ton
18	Brita nº2	84/2024	1.573,7	Ton
19	Rachão	84/2024	600	Ton

Informamos que a referida empresa vem cumprindo com todas as condições pactuadas, cumprindo o cronograma e os prazos de previstos, sendo estes de boa qualidade e técnica, de forma correta, tendo atendido os padrões solicitados e as normas pertinentes.

Por ser verdade, firmo o presente.

Rio Negrinho, 18 de março de 2025.

FELIPE PERES ANTONIO MILDE:08519664970

Assinado de forma digital por FELIPE PERES ANTONIO MILDE:08519664970
Dados: 2025.03.18 16:04:35 -03'00'

Prefeitura Municipal de Rio Negrinho
CNPJ 83.102.756./0001-79
Felipe Peres Antonio Milde
CREA 188.732-9
ENGENHEIRO CIVIL

MAAHS
Concreto - Asfalto - Areia - Brita

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras - Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: nfe@extracaodeareia.com.br

79.390.530/0001-43
I.E.: 251.353.362
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Rodovia Municipal 100, nº 3983, Corredeiras
CEP: 89.294-000 - Campo Alegre - SC
Fone: (47) 3635-1348 / (47) 3635-1001

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 014/2025

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a)não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho norturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
b)nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e)até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Alegre, 21 de Março de 2025

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
CNPJ 79.390.530/0001-43
MARCOS HEINZ MAAHS
Diretor
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

MAAHS
Concreto - Asfalto - Areia - Brita
Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras - Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: nfe@extracaodeareia.com.br

79.390.530/0001-43
I.E.: 251.353.362
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Rodovia Municipal 100, nº 3983, Corredeiras
CEP: 89.294-000 - Campo Alegre - SC
Fone: (47) 3635-1348 / (47) 3635-1001

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 014/2025

Sr.Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, CNPJ 79.390.530/0001-43, localizada na Rodovia Municipal 100, nº 3983 bairro Corredeiras em Campo Alegre-SC, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 14/2025, cujo objeto é **Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Alegre, 21 de Março de 2025

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
CNPJ 79.390.530/0001-43
MARCOS HEINZ MAAHS
Diretor
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CERTIDÃO DE REGISTRO E NEGATIVA DE DÉBITOS DE ANUIDADE DE PESSOA JURÍDICA

1. EMPRESA

Razão social: Extração de Areia Fundão Ltda.
Número de registro: 068632-7 — Data de aprovação: 10/09/2004
Tipo de registro: Registro Matriz — CNPJ: 79.390.530/0001-43

Endereço de contrato:
Rodovia Municipal 100, 3.983 — Bairro: Corredeira
CEP: 89294-000 — Cidade: Campo Alegre — Estado: SC
Telefone: (47) 9 9929-9570

2. CONTRATO SOCIAL

Número da alteração contratual: 18 — Data da certificação: 31/08/2023
Capital social atual: R$90.000,00 - (noventa mil reais)
Objeto social aprovado junto ao CREA-SC:
Atividades técnicas aprovadas pelo CREA-SC, limitadas a(s) área(s) de engenharia civil e engenharia de minas, para: extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial; extração de saibro; extração e britamento de pedras; transporte rodoviário de cargas; preparação de massa de concreto e argamassa para construção; serviços de terraplenagem; preparação de massa asfáltica; usinagem de asfalto; construção de rodovias e ferrovias; serviço de bombeamento e aplicação de concreto. as atividades de construção de rodovias e ferrovias e serviços de bombeamento e aplicação de concreto, serão realizadas exclusivamente no endereço do contratante.

3. FILIAIS

CNPJ: 79.390.530/0002-24 — Razão social: Extração de Areia Fundão Ltda.
Endereço da filial:
Estrada Geral, s/nº — Bairro: Campinas dos Maia
CEP: 83860-000 — Cidade: Piên — Estado: PR
Telefone: Não consta

CNPJ: 79.390.530/0004-96 — Razão social: Extração de Areia Fundão Ltda.
Endereço da filial:
Estrada Geral Campo Novo, s/nº — Bairro: Campo Novo
CEP: 83860-000 — Cidade: Piên — Estado: PR
Telefone: Não consta

CNPJ: 79.390.530/0005-77 — Razão social: Extração de Areia Fundão Ltda.
Endereço da filial:
Avenida São Bento, 1.639 — Bairro: Rio Negro
CEP: 89287-350 — Cidade: São Bento do Sul — Estado: SC
Telefone: Não consta

CNPJ: 79.390.530/0001-43 — Razão social: Extração de Areia Fundão Ltda.
Endereço da filial:
Rodovia Municipal 100, 3.983 — Bairro: Corredeira
CEP: 89294-000 — Cidade: Campo Alegre — Estado: SC
Telefone: (47) 3635-1348

CNPJ: 79.390.530/0003-05 — Razão social: Extração de Areia Fundão Ltda
Endereço da filial:
Estrada Piên, s/nº — Bairro: Poço Frio
CEP: 83860-000 — Cidade: Piên — Estado: PR
Telefone: Não consta

CNPJ: 79.390.530/0006-58 — Razão social: Extração de Areia Fundão Ltda.
Endereço da filial:
Rodovia BR-280, s/nº - km 219 — Bairro: Industrial 2
CEP: 89466-456 — Cidade: Canoinhas — Estado: SC
Telefone: Não consta

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Registro: 111183-5 RNP: 1403728666
Nome: Danilo Rodrigues Magalhaes
Pedido para anotação: 23/04/2014 Data de validade: Indeterminada
Título:
Engenheiro de Minas
Atribuições do profissional:
Artigo 14 da resolucao 218 de 29/06/1973, do confea.
Vínculo técnico aprovado em: 28/04/2014 Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

Registro: 138113-6 RNP: 1213045304
Nome: Karla Dayane Oliveira Neves
Pedido para anotação: 05/04/2016 Data de validade: Indeterminada
Título:
Engenheiro Civil
Atribuições do profissional:
Artigo 7 da lei 5194/66 e artigo 7 da resolucao 218/73 do confea
Vínculo técnico aprovado em: 05/04/2016 Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

Registro: 171273-4 RNP: 2519316888
Nome: Bruna Mirele Jantsch
Pedido para anotação: 10/06/2022 Data de validade: 30/10/2025
Título:
Engenheira Civil
Atribuições do profissional:
Artigo 7 da lei 5.194/66, nos artigos 28 e 29, exceto, alinea a, do decreto 23.569/33 e; o desempenho das atividades de 01 a 18, previstasno artigo 5 do paragrafo 1 da resolucao 1.073/2016, combinado com as atividades do artigo 7 da resolucao 218/73, ambas do confea, exceto portos, rios e canais
Vínculo técnico aprovado em: 15/06/2022 Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

5. QUADRO TÉCNICO

Empresa sem quadro técnico

6. CERTIDÃO

Certificamos que a pessoa jurídica acima citada, encontra-se devidamente registrada junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
Certificamos, mais, que esta certidão não concede à firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.
Este documento perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nele contido e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro ou visto.
Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, não se encontra em débito de anuidade com o CREA-SC.

Emitida em 18/03/2025 14:41:01, válida até 31/03/2026.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 21407/2025 — Validade: 21/08/2025

Razão social:
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

CNPJ:
79.390.530/0001-43

Num. Registro:
61903

Data do Registro:
03/10/2016

Capital Social:
R$ 90.000,00

Endereço:
RODOVIA MUNICIPAL 100,, 3983, CORREDEIRA

CEP:
89294-000

Cidade:
CAMPO ALEGRE-SC

Nº da Alteração Contratual:
18

Data da última alteração:
31/07/2023

Objetivo Social:
Extração de areia, cascalho e beneficiamento de areia industrial; Extração de saibro; Extração e britamento de pedras; Transporte rodoviário de cargas; Comércio atacadista de areia e pedra britada; Comércio varejista de areia e pedra britada; Comércio atacadista de cal, tijolos e telhas; Comércio varejista de cal, tijolos e telhas; Comércio atacadista de material de construção; Comércio varejista de material de construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; Aluguel de imóveis próprios; Serviços de Terraplenagem; Preparação de massa asfáltica; Usinagem de asfalto; Construção de rodovias e ferrovias; Serviço de bombeamento e aplicação de concreto; Comércio atacadista de adubos e fertilizantes; Parágrafo único: As atividades de construção de rodovias e ferrovias e serviço de bombeamento e aplicação de concreto, serão realizadas exclusivamente no endereço do contratante.

Restrição de atividade:
Atividades técnicas da empresa estão circunscritas às atribuições de seu responsável técnico.

Encontra-se quite com o exercício 2025
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Filial(is):

1 - CNPJ: 79390530000224	Situação: Regular	
Endreço: ESTRADA GERAL, S/Nº		
Bairro: CAMPINAS DOS MAIA	Cidade: PIEN-PR	CEP: 83860000
2 - CNPJ: 79390530000305	Situação: Bloqueado	
Endreço: ESTRADA PIÊN, S/Nº		
Bairro: POÇO FRIO	Cidade: PIEN-PR	CEP: 83860000
3 - CNPJ: 79390530000496	Situação: Bloqueado	
Endreço: ESTRADA GERAL CAMPO NOVO, S/Nº		
Bairro: CAMPO NOVO	Cidade: PIEN-PR	CEP: 83860000
4 - CNPJ: 79390530000739	Situação: Regular	
Endreço: RUA CAMARISTA CARLOS SCHNEIDER, 920		
Bairro: BOM JESUS	Cidade: RIO NEGRO-PR	CEP: 83880000

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 79.390.530/0001-43

NOME CIVIL: BRUNA MIRELE JANTSCH

Carteira: SC-1712734/D - Data de expedição: 06/04/2020

Desde 09/11/2022 - Carga horária: 15h
Desde 29/06/2022 até 31/10/2022 - Carga horária: 15h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: ARTIGO 7 DA LEI 5.194/66, NOS ARTIGOS 28 E 29, EXCETO, ALINEA "A", DO DECRETO 23.569/33 E; O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE 01 A 18, PREVISTAS NO ARTIGO 5 DO PARAGRAFO 1 DA RESOLUCAO 1.073/2016, COMBINADO COM AS A TIVIDADES DO ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73, AMBAS DO CONFEA, EXCETO "PO RTOS, RIOS E CANAIS"

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Obs.: EXCETO PORTOS, RIOS E CANAIS.

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º

Obs.: EXCETO ALÍNEA A

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Obs.: EXCETO ALÍNEA A

NOME CIVIL: DANILO RODRIGUES MAGALHAES

Carteira: MG-141671/D - Data de expedição: 01/08/2011

Desde 03/10/2016 - Carga horária: 4h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO DE MINAS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º

NOME CIVIL: KARLA DAYANE OLIVEIRA NEVES

Carteira: MT-29881/D - Data de expedição: 20/04/2016

Desde 23/08/2021 - Carga horária: 10h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea/MT.

Responsáveis técnicos pela Filial - CNPJ: 79.390.530/0007-39

NOME CIVIL: KARLA DAYANE OLIVEIRA NEVES

Carteira: MT-29881/D - Data de expedição: 20/04/2016

Desde 03/01/2023 - Carga horária: 10h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea/MT.

Responsáveis técnicos pela Filial - CNPJ: 79.390.530/0002-24

NOME CIVIL: DANILO RODRIGUES MAGALHAES

Carteira: MG-141671/D - Data de expedição: 01/08/2011

Desde 15/03/2018 - Carga horária: 16h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO DE MINAS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º

115

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 57358/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 20/02/2025 15:29:45

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CERTIDÃO DE VISTO E NEGATIVA DE DÉBITOS DE ANUIDADE PROFISSIONAL

1. Dados pessoais

Nome: DANILO RODRIGUES MAGALHAES **CPF: 047.377.976-50**

Visto no CREA-SC: 111183-5 Registro nacional: 1403728666 Data do Visto: 08/12/2011

Registro no CREA-MG: 141671/D Data do registro: Não consta

2. Formações

Data: 01/08/2011 Título: Engenheiro de Minas

Instituição de ensino: Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

3. Especializações

Não constam especializações.

4. Atribuições

Artigo 14 da resolucao 218 de 29/06/1973, do confea.

5. Certidão

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Certificamos, ainda, que não constam débitos de anuidade em seu nome.

Este documento perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nele contido e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro ou visto.

Emitida em 20/02/2025 13:31:45 válida até 31/03/2026.

117

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 21288/2025 — Validade: 21/08/2025

Nome civil:
DANILO RODRIGUES MAGALHAES

CPF:
047.377.976-50

Carteira - CREA-PR Nº:
MG-141671/D

Documento de Identidade:
MG-11941024

Registro Nacional:
1403728666

Órgão emissor:
SSPMG/MG

Registrado(a) desde:
01/08/2011

Filiação:
PAI: EUDILIO RODRIGUES MAGALHAES
MÃE: MARIA IDALINA FRANCIOZE MAGALHAES

Naturalidade:
SAO GOTARDO/MG

Encontra-se quite com o exercício 2025.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO DE MINAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG

Data da Colação de Grau: 01/08/2011 - Diplomação: 01/08/2011

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º de 29/06/1973

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

CNPJ: 79390530000143

Desde: 03/10/2016 Carga Horária: 4h

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

CNPJ: 79390530000224

Desde: 15/03/2018 Carga Horária: 16h

MHAES ENGENHARIA E CONSULTORIA MINERAL LTDA

CNPJ: 51394026000100

Desde: 22/02/2024 Carga Horária: 2h

OXFORD MINERAÇÃO LTDA

CNPJ: 12677832000550

Desde: 29/07/2024 Carga Horária: 4h

Para fins de: Cadastro

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 57066/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 20/02/2025 13:34:45

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

119

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CERTIDÃO DE VISTO E NEGATIVA DE DÉBITOS DE ANUIDADE PROFISSIONAL

1. Dados pessoais

Nome: KARLA DAYANE OLIVEIRA NEVES **CPF: 737.507.351-15**

Visto no CREA-SC: 136113-6 Registro nacional: 1213045304 Data do Visto: 16/07/2015

Registro no CREA-MT: MT029881-A Data do registro: Não consta

2. Formações

Data: 04/02/2014 Título: Engenheiro Civil

Instituição de ensino: Faculdade Anhanguera de Rondonópolis

3. Especializações

Não constam especializações.

4. Atribuições

Artigo 7 da lei 5194/66 e artigo 7 da resolucao 218/73 do confea

5. Certidão

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Certificamos, ainda, que não constam débitos de anuidade em seu nome.

Este documento perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nele contido e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro ou visto.

Emitida em 20/02/2025 15:20:14 válida até 30/04/2025.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 21408/2025 — Validade: 31/03/2025

Nome civil:
KARLA DAYANE OLIVEIRA NEVES

CPF:
737.507.351-15

Carteira - CREA-PR Nº:
MT-29881/D

Documento de Identidade:
18073662

Registro Nacional:
1213045304

Órgão emissor:
SSP/MT/MT

Registrado(a) desde:
20/04/2016

Filiação:
PAI: JOSE CARLOS NEVES
MÃE: MARIA MADALENA CANDIDA DE OLIVEIRA

Naturalidade:
RONDONOPOLIS/MT

Encontra-se quite com o exercício 2024.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRA CIVIL

FACULDADE ANHANGUERA DE RONDONÓPOLIS

Data da Colação de Grau: 04/02/2014 - Diplomação: 04/02/2014

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea/MT.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

CNPJ: 79390530000143

Desde: 23/08/2021 Carga Horária: 10h

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

CNPJ: 79390530000739

Desde: 03/01/2023 Carga Horária: 10h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 57359/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 20/02/2025 15:30:25

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

121

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CERTIDÃO DE REGISTRO E NEGATIVA DE DÉBITOS DE ANUIDADE PROFISSIONAL

1. Dados pessoais

Nome: BRUNA MIRELE JANTSCH **CPF: 081.453.979-36**

Registro no CREA-SC: 171273-4 Registro nacional: 2519316888 Data do Registro: 06/04/2020

2. Formações

Data: 14/02/2020 Título: Engenheira Civil

Instituição de ensino: Universidade do Contestado - UNC

3. Especializações

Não constam especializações.

4. Atribuições

Artigo 7 da lei 5.194/66, nos artigos 28 e 29, exceto, alinea a, do decreto 23.569/33 e;
o desempenho das atividades de 01 a 18, previstasno artigo 5 do paragrafo 1 da resolucao
1.073/2016, combinado com as atividades do artigo 7 da resolucao 218/73, ambas do confea, exceto
portos, rios e canais

5. Certidão

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Certificamos, ainda, que não constam débitos de anuidade em seu nome.

Este documento perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nele contido e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro ou visto.

Emitida em 20/02/2025 13:45:44 válida até 31/03/2026.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo : encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 21301/2025 — Validade: 21/08/2025

Nome civil:
BRUNA MIRELE JANTSCH

CPF:
081.453.979-36

Carteira - CREA-PR Nº:
SC-1712734/D

Documento de Identidade:
5950644

Registro Nacional:
2519316888

Órgão emissor:
SSP/SC/SC

Registrado(a) desde:
06/04/2020

Filiação:
PAI: GERONIMO JANTSCH
MÃE: ANDREA MARIA DE LIMA SOUZA JANTSCH

Naturalidade:
RIO NEGRINHO/SC

Encontra-se quite com o exercício 2025.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRA CIVIL

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO

Data da Colação de Grau: 14/02/2020 - Diplomação: 14/02/2020

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Obs.: ARTIGO 7 DA LEI 5.194/66, NOS ARTIGOS 28 E 29, EXCETO, ALINEA "A", DO DECRETO 23.569/33 E; O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE 01 A 18, PREVISTAS NO ARTIGO 5 DO PARAGRAFO 1 DA RESOLUCAO 1.073/2016, COMBINADO COM AS A TIVIDADES DO ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73, AMBAS DO CONFEA, EXCETO "PO RTOS, RIOS E CANAIS"

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Obs.: EXCETO ALÍNEA A

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

Obs.: EXCETO PORTOS, RIOS E CANAIS.

Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º de 19/04/2016

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º de 11/12/1933

Obs.: EXCETO ALÍNEA A

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA

CNPJ: 79390530000143

Desde: 09/11/2022 Carga Horária: 15h

STRABE COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 05133291000100

Desde: 26/10/2023 Carga Horária: 15h

Para fins de: Licitações

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 57097/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 20/02/2025 13:48:32

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
80859	17/03/2025	17/03/2025	17/06/2025

Dados básicos:

CNPJ :	79.390.530/0001-43
Razão Social :	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Nome fantasia :	EXTRACÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Data de abertura :	04/06/1986

Endereço:

logradouro:	RODOVIA MUNICIPAL 100, Nº 3983		
N.º:	S/N	Complemento:	
Bairro:	CORREDEIRAS	Município:	CAMPO ALEGRE
CEP:	89294-000	UF:	SC

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
1-2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
14-1	Usinas de produção de concreto
14-2	Usinas de produção de asfalto
18-1	Transporte de cargas perigosas
20-2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)
20-63	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais - Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014: 7º, II

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	NC8X633VH6XPB997

125

MAAHS
Concreto - Asfalto - Areia - Brita

Extração de Areia Fundão Ltda
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Ins.Estadual: 251.353.362
Rodovia Municipal 100, 3983
Bairro :Corredeiras - Campo Alegre – SC
(47) 3635-1348 / (47) 3635-1001
e-mail: nfe@extracaodeareia.com.br

79.390.530/0001-43
I.E.: 251.353.362
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Rodovia Municipal 100, nº 3983, Corredeiras
CEP: 89.294-000 - Campo Alegre - SC
Fone: (47) 3635-1348 / (47) 3635-1001

DECLARAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 014/2025

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0001-43, por intermédio do seu representante legal, Sr. Marcos Heinz Maahs, portador da Carteira de Identidade nº 3.520.106 e do CPF nº 005.165.569-16, DECLARA, que possui em suas instalações uma balança rodoviária digital, com capacidade máxima de 100.000Kg, certificada pelo INMETRO, conforme certificado de verificação nº 15936702 do dia 02/10/2023

Campo Alegre, 21 de Março de 2025

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
CNPJ 79.390.530/0001-43
MARCOS HEINZ MAAHS
Diretor
RG: 3.520.106
CPF: 005.165.569-16

SUDOESTE BALANCAS LTDA ME

SUDOESTE BALANCAS LTDA ME

RODOVIA PR 483 KM 1, s/n
AGUA BRANCA - FRANCISCO BELTRAO - PR
Fone: (46) 3524-1771 - CEP: 85601-195

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRONICA

0 - ENTRADA
1 - SAIDA [1]

Nº 000.000.729
SERIE: 001
FOLHA: 1 DE 0

CHAVE DE ACESSO
4113 0102 0066 6300 0149 5500 1000 0007 2911 0035 2267

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERACAO	PROTOCOLO DE AUTORIZACAO DE USO
6.116-Venda Producao Ent. Futura	141130002704436 08/01/2013 15:12:29

INSCRICAO ESTADUAL	INSCRICAO ESTADUAL DE SUBST. TRIBUTARIO	C.N.P.J.
9014665053		02.006.663/0001-49

DESTINATARIO/REMETENTE

NOME/RAZAO SOCIAL	C.N.P.J./C.P.F.	DATA DA EMISSAO
EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA	79.390.530/0001-43	07/01/2013

ENDERECO	BAIRRO/DISTRITO	C.E.P.	DATA DA SAIDA
Estrada Fundao, s/n	Coredeiras	89294-000	07/01/2013

MUNICIPIO	FONE/FAX	UF	INSCRICAO ESTADUAL	HORA DE SAIDA
CAMPO ALEGRE	(47) 3635-1348	SC	251353362	08:58:00

CALCULO DO IMPOSTO

BASE DE CALCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALCULO ICMS SUBSTITUICAO	VALOR DO ICMS SUBSTITUICAO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSORIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUME TRANSPORTADO

RAZAO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CODIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	C.N.P.J./C.P.F.
-	0- Emitente				

ENDERECO	MUNICIPIO	UF	INSCRICAO ESTADUAL
-	-		-

QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERACAO	PESO BRUTO	PESO LIQUIDO
0,000				0,000	0,000

DADOS DOS PRODUTOS / SERVICOS

CODIGO NCM/SH	DESCRICAO DOS PRODUTOS/SERVICOS	CFOP CST	QTDE UNID	VLR. UNIT. VLR. DESC.	VLR. TOTAL BASE ICMS	VLR. ICMS VLR. IPI	%ICMS %IPI
C00555 84232000	BALANCA RC. BELTRAO RODOVIARIA 100 ton.	6116 0400	1,00 UN	47.000,00 0,00	47.000,00	0,00 0,00	0,00 0,00

CALCULO DO I.S.S.Q.N.

INSCRICAO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVICOS	BASE DE CALCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
64785	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMACOES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Convenio de ICMS 57/95. Simples remessa de mercadoria entreqa futura	

DANFE NORMAL - NFe autorizada pelo SEFAZ

Impresso: 15/02/2013 13:45:16 | PSN3.2.4.1/2.00 | VEGA: www.polisoftware.com.br

Digest Value da NF-e: h9ksgQWYnbRo=78KV=faBLigKvQ=

RECEBEMOS DE "SUDOESTE BALANCAS LTDA ME" OS PRODUTOS E/OU SERVICOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO
Emissão: 07/01/2013 Dest/Rem: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA Total da Nota: 47.000,00

NFe 4113 0102 0066 6300 0149 5500 1000 0007 2911 0035 2267

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICACAO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NF-e Nº: 000.000.729 SERIE: 001
___/___/___		

127

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

Doc. 19

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO: 15936702

Executor: 612		Número do Inmetro: 884682	
Instrumento: IPNA	Marca: DIGI-TRON	Modelo: UNIVERSAL LINE	Número de Série: 46157
Dados Complementares Carga(s) Máxima(s): 100000kg Classe de Exatidão: III Marca de Verificação: 565401-5 Data de Emissão: 05/12/2023		Código Serviço: 129 (Periódica)	Valor: R$ 2.120,80
		Número do Documento de Arrecadação: 29410360306106126X	
		CNPJ ou CPF: 79.390.530/0001-43	
Nome/Razão Social: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA		Data: Verificado em 02/10/2023 conforme regulamentação aplicável sendo APROVADO	
Endereço: ESTR. ESTR FUNDAO			
Bairro: FRAGOSOS	CEP: 89294-000		
Município: Campo Alegre	U.F.: SC	Telefone: 3635-1348	Agente Metrológico: 6565727- MAURO MENDES DA SILVA

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO

V1.15.0001

REGISTRO DE MEDIÇÕES

INSTRUMENTO DE PESAGEM NÃO-AUTOMÁTICO

Interessado: (155602) EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
CNPJ: 79.390.530/0001-43
Endereço: ESTR. ESTR FUNDAO
CEP: 89294-000 Telefone: (47) 3635-1348
Bairro: FRAGOSOS Distrito: FRAGOSOS
Município: CAMPO ALEGRE - SC
Data Verificação: 02/10/2023 Marca de Verificação: 565401-5

DADOS DO INSTRUMENTO

BALANÇA

Marca: DIGI – TRON Modelo: UNIVERSAL LINE
Portaria de Aprovação: Não Informada
Nº do Inmetro: 004682 Nº de Série: 46157
Código do Serviço: 0129
– 100000kg e1: 20kg d1: – n1: 5000
de Exatidão: III
sompens: R1237926 – 4

SIMBOLOGIA

Para os ensaios constantes neste relatório é utilizada a seguinte simbologia:

L = Carga
I = Indicação
I Disp = Indicação no Dispositivo
dL = Carga adicional
E = Erro
Ec = Erro calculado em 10e
Ec = Erro corrigido
EMA = Erro máximo admissível
P = Indicação antes do arredondamento do instrumento

INSPEÇÃO GERAL

Tipo: Rodoviária
Estado: Bom
Plataforma: Concreto
Oscilação: Normal
Cursor: Normal
Escala: Legível
Divisão de Escala: Regular
Sistema de Trava: Bom

ENSAIOS - Max1

1º ENSAIO DE FIDELIDADE – 22220kg

	I (kg)	dL (kg)	P (kg)
1	22220	–	–
2	22220	–	–

Divergência Máxima: 0kg
– EMA: ±40kg Onde: Diverg.Máx = Imax - Imín

ENSAIO DE EXCENTRICIDADE

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	22220	22240	–	20	–	±40
2	22220	22220	–	0	–	±40
3	22220	22220	–	0	–	±40
4	22220	22240	–	20	–	±40
5	22220	22240	–	20	–	±40
6	22220	22220	–	0	–	±40

Onde: E = I - L Posição das Cargas: 1 2 3
0 5 4

ENSAIO DE PESAGEM

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	500	500	–	0	–	±20
2	1000	1000	–	0	–	±20
3	2000	2000	–	0	–	±20
4	3000	3000	–	0	–	±20
5	4000	4000	–	0	–	±20
6	5000	5000	–	0	–	±20
7	6000	6000	–	0	–	±20
8	7000	6980	–	-20	–	±20
9	8000	8000	–	0	–	±20
10	9000	9000	–	0	–	±20
11	10000	10000	–	0	–	±20
12	9000	8980	–	-20	–	±20
13	8000	7980	–	-20	–	±20
14	7000	7000	–	0	–	±20
15	6000	6000	–	0	–	±20
16	5000	4980	–	-20	–	±20
17	4000	3980	–	-20	–	±20
18	3000	2980	–	-20	–	±20
19	2000	1980	–	-20	–	±20
20	1000	980	–	-20	–	±20
21	500	500	–	0	–	±20

Onde: E = I - L

RESULTADO: 4 - APROVADO

FISCALIZADO/ENSAIADO POR:

FUNCIONÁRIO: Mauro Mendes Da Silva
MATRÍCULA: 6565727

IMETRO – SC - Instituto De Metrologia De Santa Catarina
R. De Iano, 1791 - CEP:88110-603 - São José - SC

FONE PARA CONTATO: (047) 3433-2623
Acesso: http://www.Imetro.sc.gov.br

Mauro Mendes da Silva
Fiscal Metrológico
Matrícula nº 6565727 / Coletor nº 2183

129

SOLUÇÕES EM PESAGEM

Mastertec Brasil

Mastertec - Soluções em pesagem
Rua Leopoldo Coronato, 100 - Barnabé
Gravataí - RS - CEP: 94150-490
Fone/Fax: 51 3488.0242 / 3431.3449
www.mastertecrs.com.br

REDE METROLÓGICA RS
LABORATÓRIO RECONHECIDO SEGUNDO A NORMA NBR ISO/IEC 17025

Certificado de Calibração 128696/2024

IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO

Instrumento:	BALANÇA ELETRÔNICA
Fabricante:	DIVERSAS
Modelo:	BELTRÃO BVT100
Capacidade:	10000 kg
Divisão:	20 kg
Carga mínima:	400 kg
Série:	2608
Inmetro:	00884682
TAG:	**N/C**
Patrimônio:	N/C
Classe:	III

Rastreabilidade dos padrões:

Certif/Validade:	M033/2023 / Maio 2025
Emitido por:	SURRS/INMETRO
Descrição:	CJ Pesos Padrão
Código:	CJ 500 kg-LT 04
Numeração:	01-20
Certif/Validade:	90994/23 - Março/2025
Emitido por:	QUALISUL
Descrição:	Termohigrometro Digital
Código:	TM-08
Certif/Validade:	LP - 382 431 / Maio 2025
Emitido por:	Escala
Descrição:	Barômetro Digital
Código:	RA-03

SOLICITANTE

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Rodovia Municipal , 100 - Corredeira - Campo Alegre - SC
Fone: (47)36351-348 | (47)99624-5185

INFORMAÇÕES GERAIS

Ambiente de medição:	Temperatura: 23 ºC ± 5°C Umidade: 63% ur ± 2% ur Pressão Atmosférica: 1019hPa ± 10 hPa
Procedimento de calibração:	Foi realizada através do Método de comparação com pesos padrão e massas. Procedimento Interno ITM-005.
Documento referência:	Portaria INMETRO 157/2022
Incerteza de medição:	A incerteza expandida de medição relatada é declarada como a incerteza padrão de medição multiplicada pelo fator de abrangência k, o qual para uma distribuição t com veff graus de liberdade efetivos correspondente a uma probabilidade de abrangência de aproximadamente 95%. A incerteza padrão da medição foi determinada de acordo com a publicação EA-4/02.
Local da Calibração:	Cliente
Observações:	
Técnico responsável:	Tiago Pinheiro
Data da calibração:	16/10/2024
Data de emissão:	16/10/2024
O.S:	81095
R.S:	40978

Fabrício Borges
Gerente Técnico

ESTE CERTIFICADO FOI PRODUZIDO ELETRONICAMENTE, E É VÁLIDO SEM ASSINATURA.

Laboratório credenciado pelo Inmetro sob n 73000259.
Esta calibração não isenta o instrumento do controle metrológico estabelecido na Regulamentação Metrológica.
A reprodução deste certificado só poderá ser total.
Os resultados deste certificado referem-se exclusivamente ao instrumento submetido nas condições especificadas, não sendo extensivo a qualsquer lotes.
O ajuste quando realizado, não faz parte do escopo da acreditação do laboratório.

SOLUÇÕES EM PESAGEM
Mastertec Brasil

Mastertec - Soluções em pesagem
Rua Leopoldo Coronato, 100 - Barnabé
Gravataí - RS - CEP: 94150-490
Fone/Fax: 51 3488.0242 / 3431.3449
www.mastertecrs.com.br

REDE METROLÓGICA RS
LABORATÓRIO RECONHECIDO SEGUNDO A NORMA NBR ISO/IEC 17025

Certificado de Calibração 128696/2024

RESULTADOS

Unidade: kg

Antes do ajuste:

Valor nominal	Leitura 1	Leitura 2	Leitura 3	Erro de Medição	Média Final	Desvio	Incerteza de medição	K	V_{ef}
500	500	500	500	0	500	0	12	2,00	∞
3000	2960	2960	2960	-40	2960	0	12	2,00	∞
5000	4940	4940	4940	-60	4940	0	12	2,00	∞
8000	7920	7920	7920	-80	7920	0	12	2,00	∞
10000	9880	9880	9880	-120	9880	0	12	2,00	∞

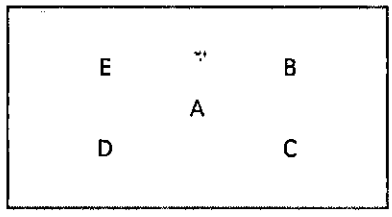
Observações:

Depois do ajuste:

Valor nominal	Leitura 1	Leitura 2	Leitura 3	Erro de Medição	Média Final	Desvio	Incerteza de medição	K	V_{ef}
500	500	500	500	0	500	0	12	2,00	∞
3000	3000	3000	3000	0	3000	0	12	2,00	∞
5000	5000	5000	5000	0	5000	0	12	2,00	∞
8000	8000	8000	8000	0	8000	0	12	2,00	∞
10000	10000	10000	10000	0	10000	0	12	2,00	∞

Excentricidade antes do ajuste

A		D	22180
B	22140	E	22200
C	22160		



Plataforma da balança

Excentricidade depois do ajuste

A		D	22360
B	22360	E	22360
C	22360		

Unidade: kg
Valor nominal: 22360

Unidade: kg
Valor nominal: 22360

Fabrício Borges
Gerente Técnico

ESTE CERTIFICADO FOI PRODUZIDO ELETRONICAMENTE, E É VÁLIDO SEM ASSINATURA.

Laboratório credenciado pelo Inmetro sob n 73000259.
Esta calibração não isenta o instrumento do controle metrológico estabelecido na Regulamentação Metrológica.
A reprodução deste certificado só poderá ser total.
Os resultados deste certificado referem-se exclusivamente ao instrumento submetido nas condições especificadas, não sendo extensivo a qualsquer lotes.
O ajuste quando realizado, não faz parte do escopo da acreditação do laboratório.

Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

N° 5375/2023

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° IND/65851/CMF e **parecer técnico n° 5015/2023**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	79.390.530/0001-43		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 30.20.00 - USINAS DE PRODUÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 10.20.00 - Beneficiamento de Minerais com Cominuição; 30.10.00 - Usinas de P. de Concreto ou Argam.; 42.32.20 - Inst. aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de comb. líquidos e gasosos.

EMPREENDIMENTO: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA.

Localizada em

ENDEREÇO:	ROD. MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRAS		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 657335.000000 - UTM Y 7104440.000000

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data 19/12/2023

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 658376 CÓDIGO: 280008

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Presidente - Sheila Maria Martins Orben Meirelles, Diretor - Glaucio Maciel Capelari, conforme portaria FATMA N° 135/2017.

Condições de validade

Descrição do empreendimento

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, localizado na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Bairro Corredeiras, no município de Campo Alegre/SC. Imóvel de matrículas nº 11655, com área de 16,9367 ha e matrícula nº 18798, com área de 15,0936 ha. Onde desenvolve as atividades de:
USINA DE CONCRETO ASFÁLTICO MÓVEL, com uma área abrangida para o empreendimento de 0,2 ha, dentro do imóvel de matrícula nº 18.798. Concreto Betuminosos Usinado a Quente (CBUQ) ou Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ): É composto por agregados da construção civil (pó de rocha, brita 0, brita 1, pedrisco e areia), que serão acondicionados em pilhas em local coberto para controle de umidade e CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo), em estado líquido, acondicionado em tanque específico (blindado) do equipamento (USINA DE ASFALTO) com controladores térmicos. Possui silos contidos no equipamento que recebem os agregados frios em diferentes granulometrias e os conduzem através de correias transportadoras para o secador, que é um tambor, onde são secos e aquecidos a temperatura adequada e misturado com o material ligante (CAP). Proporcionar de forma adequada a mistura de frações de agregados, aquecer essa mistura e o ligante asfáltico, e misturar todos esses materiais, produzindo misturas asfálticas dentro das características especificadas. Sendo produzido o concreto asfáltico em estado sólido e carregado os caminhões destinando-os as obras na região de abragência.
BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO, com capacidade nominal do equipamento de 140 (ton/h), onde o processo é realizado utilizando caixa alimentadora, dois alimentadores vibratórios, uma grelha, três britadores e três peneiras. Busca a separação de agregados minerais com a seguinte distribuição: Saibro, Rachão, Rachãozinho, Brita 02, Brita 01, Brita 00, Pó de Pedra e Filler. Todos os produtos tem como destinação a indústria da construção civil, exceto o Filler, em que existe estudo como remineralizador na indústria agrícola.
JSINAS DE PRODUÇÃO DE CONCRETO E/OU ARGAMASSA, composto por baias para britas e areia, usina,esteira.
NSTALAÇÃO AÉREA DE TANCAGEM AUTÔNOMA PARA CONSUMO PRÓPRIO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS, capacidade de 13,00 m³ para armazenamento de óleo diesel.

Aspectos florestais

1. Existência e uso de área de preservação permanente (APP): existe APP e não é permitido seu uso.
2. Autorização de Corte de vegetação (AuC): não se aplica.
3. Espécies da flora e/ou fauna ameaçadas de extinção: não se aplica.
4. Reserva legal: não se aplica.
5. Área verde: não se aplica.

Controles ambientais

1. Esgotamento sanitário composto por fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro.
2. Depósito de resíduos classe I e II com cobertura, piso impermeável e sistema de contenção.
3. Controle de emissões de pó gerado pelo efeito difuso do vento e do tráfego, por aspersão de água.
4. Reciclagem de pavimento asfáltico, em substituição a utilização de agregado virgem em uma nova mistura asfáltica.
5. Depósito para armazenagem de resíduos sólidos.
6. Local da instalação (estacionamento) e os pontos de carga e descarga do Óleo Diesel e o CAP em uma estrutura concretada com área de 350,00 m² e bacia com capacidade de contenção de 45,00 m³, sendo que o equipamento possui a capacidade total de 35,00 m³.
7. Água Pluvial: Direcionada para tanques de decantação para reaproveitamento na umidificação das vias.
8. Bacia de decantação.
9. Tanque de diesel em ferro com capacidade para 13.000 litros de armazenamento, 01 bomba tipo industrial, 01 filtro de linha, 01 bacia de contenção móvel e pista de abastecimento com piso impermeavél e canaletas direcionadoras para o sistema separador de água e óleo.
10. Sistema Separador de Água e Óleo - SSAO.
11. APP cercada.

Programas ambientais

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Presidente - Sheila Maria Martins Orben Meirelles, Diretor - Glaudo Maciel Capelari, conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

1. Plano de Ação Emergencial - PAE.
2. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos - PGRS.
3. Programa de Monitoramento dos Efluentes.
4. Programa de Monitoramento da Qualidade do Corpo Hídrico.
5. Programa de monitoramento dos padrões de qualidade do efluente de saída do Sistema Separador de Água e Óleo.
6. Estudo de Análise de Riscos - EAR.

Medidas compensatórias

Compensação pelo uso de APP: não se aplica.
Compensação pelo Corte da Mata Atlântica: não se aplica.
Compensação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): não se aplica.

Condições específicas

Condicionantes específicas da LAO:

1. **Esta licença cancela e substitui a LAO nº 302/2021.**

2. **Apresentar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da respectiva licença ambiental comprovante de elaboração do PGRS-e - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos eletrônico, elaborado pelo empreendedor, gerador de resíduos, no Sistema MTR do IMA.**
3. **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com apresentação anual de relatórios técnicos. Apresentar MTR do período, em conformidade com as quantidades descritas no Plano de Gerenciamento de Resíduos, bem como cópia das respectivas licenças ambientais das empresas responsáveis pela, coleta, transporte e destinação dos resíduos;**
4. **Apresentar anualmente as DMRs semestrais e respectivos CDFs gerados no sistema MTR.**
5. **Programa de Monitoramento de Qualidade da Água do corpo hídrico (Rio Negrinho) - Montante e Jusante, com apresentação de relatórios anuais e análises semestrais, para os seguintes parâmetros: *pH, Turbidez, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos e Sólidos dissolvidos.***
6. **Programa de monitoramento dos padrões de qualidade do efluente de saída do Sistema Separador de Água e Óleo, com apresentação de relatórios anuais e analises trimestrais.** Para as analises deverão ser observados no mínimo: 1- A empresa deverá apresentar análise laboratorial compreendendo os seguintes parâmetros: a- pH, b- óleos e graxas (óleos minerais), c- surfactantes (substancias tensoativas que reagem com azul de metileno), d- fenóis totais e e- materiais sedimentáveis, conforme resolução CONAMA 430/2011 e Lei Estadual14675/09; 2- Quanto à amostragem: as amostragens devem ser realizadas por empresa especializada, devendo ser descritos os procedimentos adotados, metodologia de amostragem, prazo de validade das amostras, formas de acondicionamento e preservação das amostras, norma de referencia; 3- Quanto às analises e resultados: as analises deverão ser realizadas por empresa especializada para este fim; os laudos/relatórios deverão ser CONCLUSIVOS e conter no mínimo as seguintes informações: a- assinatura e numero de registro do responsável técnico, b- o método de analise e o limite de quantificação para cada parâmetro analisado, c- a incerteza de medição de cada parâmetro, d- resultado dos brancos do método e dos surrogates/rastreadores (caso cabível), e- ensaios de adição e recuperação dos analitos na matriz (caso cabível), f- conclusão quanto a conformidade da amostra em comparação com os parâmetros máximos estabelecidos a legislação incidente CONAMA 430/2011 e Lei Estadual 14675/09 (em caso de duplicidade de legislação utilizara a mais restritiva), e- Anotação de responsabilidade técnica ART ou anotação de função técnica AFT do profissional responsável pela coleta e aplicação das metodologias para analise dos resultados, h- copia dos atestados de calibração dos equipamentos utilizados nas coletas/analises;
7. **Apresentar anualmente** relatório de manutenção dos filtros e chaminés da usina de asfalto.
8. **Apresentar anualmente** cópia do Certificado de Regularidade - CR, perante o IBAMA ou comprovantes de pagamento referentes à TFASC (Taxa de fiscalização ambiental de Santa Catarina), referente ao período;
9. **Apresentar anualmente** renovação do contrato de coleta, transporte e destinação final de resíduos;
10. **Apresentar anualmente** cópia do atestado de vistoria do corpo de bombeiros;
11. **Apresentar anualmente** comprovante de limpeza dos tanques sépticos e filtros anaeróbios

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assir Digital IMA por Presidente - Sheila Maria Martins Orben Meil Diretor - Glaucio Maciel Capelari, conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

existentes na área do empreendimento e cópia da licença ambiental da empresa fornecedora do serviço de limpeza, coleta e destinação final;

12. Caberá ao empreendedor fornecer treinamento e palestras para a correta operacionalização do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, bem como orientar em relação as medidas de prevenção de acidentes e ações cabíveis imediatas para controle de situações de emergência e risco;

13. A empresa deverá proceder e manter adequada sinalização de segurança e advertência alertando sobre os riscos emergenciais e ambientais e o acesso restrito a pessoas autorizadas, em toda a área útil do empreendimento, procedendo aos reparos sempre que necessário;

14. É obrigatória a segregação dos resíduos na fonte e no momento da geração, de acordo com suas características, para fins de redução do volume dos resíduos a serem tratados e dispostos, garantindo a proteção da saúde e do meio ambiente;

15. **Esta licença não autoriza a supressão de nenhuma espécie de vegetação.**

16. Todos os produtos químicos utilizados no processo produtivo deverão ser armazenados em local coberto, com piso resistente e impermeável e sistema de contenção;

17. A empresa deverá destinar de maneira correta todos seus resíduos contaminados, dando especial atenção aos resíduos contaminados considerados Classe I e II - A;

18. Resíduos sólidos classe I - perigosos, gerados pelo empreendimento, deverão ser adequadamente armazenados conforme a norma NBR 12235 - "Armazenamento de resíduos Sólidos Perigosos" da ABNT e destinados exclusivamente a empresas devidamente licenciadas ambientalmente.

19. Resíduos sólidos classe II - não perigosos, gerados pelo empreendimento, deverão ser adequadamente armazenados conforme a norma NBR 11174 - "Armazenamento de resíduos Classe II e III" da ABNT e destinados exclusivamente a empresas devidamente licenciadas ambientalmente.

20. Resíduos líquidos deverão ser corretamente armazenados, não podendo em hipótese alguma ser armazenados em locais descobertos, sem piso impermeável e sistema de contenção;

21. Bombonas, latas e qualquer tipo de embalagem que possua material residual de tinta, óleo, graxa e qualquer outro tipo de produtos químicos deverão ser encaminhados para empresa capaz de receber e tratar este tipo de embalagens, sendo que a mesma deverá ser licenciada pelo órgão ambiental competente;

22. A empresa deverá respeitar toda a legislação e normas ambientais vigentes;

23. O empreendedor deverá respeitar preservar e contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental de todos os componentes do ecossistema em que está locado o empreendimento;

24. Lâmpadas fluorescentes queimadas deverão ser acondicionadas a granel e posteriormente encaminhadas para reciclagem por empresa especializada devidamente licenciada;

25. Os níveis de pressão sonora (ruídos), decorrentes da atividade desenvolvida no local, deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/90 ou Resolução que a venha substituir;

26. A empresa deverá atender aos parâmetros máximos estabelecidos nos padrões de qualidade do ar, estabelecidos pela resolução do CONAMA 005/89 e 003/90 ou outra que a venha substituir;

27. Qualquer alteração na titularidade do empreendimento deverá ser comunicada ao IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, com vistas à anuência e atualização dessa informação na licença ambiental e sistema informatizado de dados;

28. Qualquer alteração nos equipamentos, sistemas de controle ambiental, processo produtivo ou ampliação dos parâmetros de enquadramento da atividade deverá ser anteriormente comunicado ao IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, com vistas à anuência das alterações, mediante emissão de licença ambiental específica;

29. A alteração do responsável técnico pelo empreendimento deverá ser comunicado imediatamente ao IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, com vistas à anuência e atualização dos dados;

30. Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos;

31. O não cumprimento da Legislação Ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes às sanções penais previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6.514/08;

32. **O requerente deverá solicitar a renovação da LAO - Licença Ambiental de Operação, cento e vinte (120) dias antes do vencimento do prazo de validade desta, ficando automaticamente prorrogada até a expedição da nova licença, desde que todos controles ambientais e todas as condicionantes presentes nesta licença estejam sendo cumpridos (Resolução CONAMA 237/97, art 18, §4º);**

33. O empreendedor deve expor, em local visível no próprio empreendimento, as licenças ambientais concedidas.

Documentos em anexo

Engenheira Civil Karla Dayane Oliveira Neves - CREA/SC: 136113-6 - ART nº 9053123-0

Observações

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Presidente - Sheila Maria Martins Orben Meirelles, Diretor - Glaucio Maciel Capelari, conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

135

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Presidente - Sheila Maria Martins Orben Meirelles, Diretor - Glaucio Maciel Capelari, conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 29253 Validade 15/09/2025 **Protocolo** 161291773

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 161291773, expede a presente Licença de Operação à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física			
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA			
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física	
79390530000143		4220081770	
Endereço			
RODOVIA MUNICIPAL 100, 3903			
Bairro	Município	UF	Cep
DISTRITO CORREDEIRAS	Campo Alegre	SC	19294000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento			
EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA			
Tipo de empreendimento/atividade			
extração de serpentinito e saibro			
Endereço		Bairro	
localidade de Campina dos Maias		Campina dos Maia	
Município		Cep	
Piên		83860000	
Corpo Hídrico do Entorno	Bacia Hidrográfica		
Iguaçu	Iguaçu		
Destino do Esgoto Sanitário	Destino do Efluente Final		
**********	**********		

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

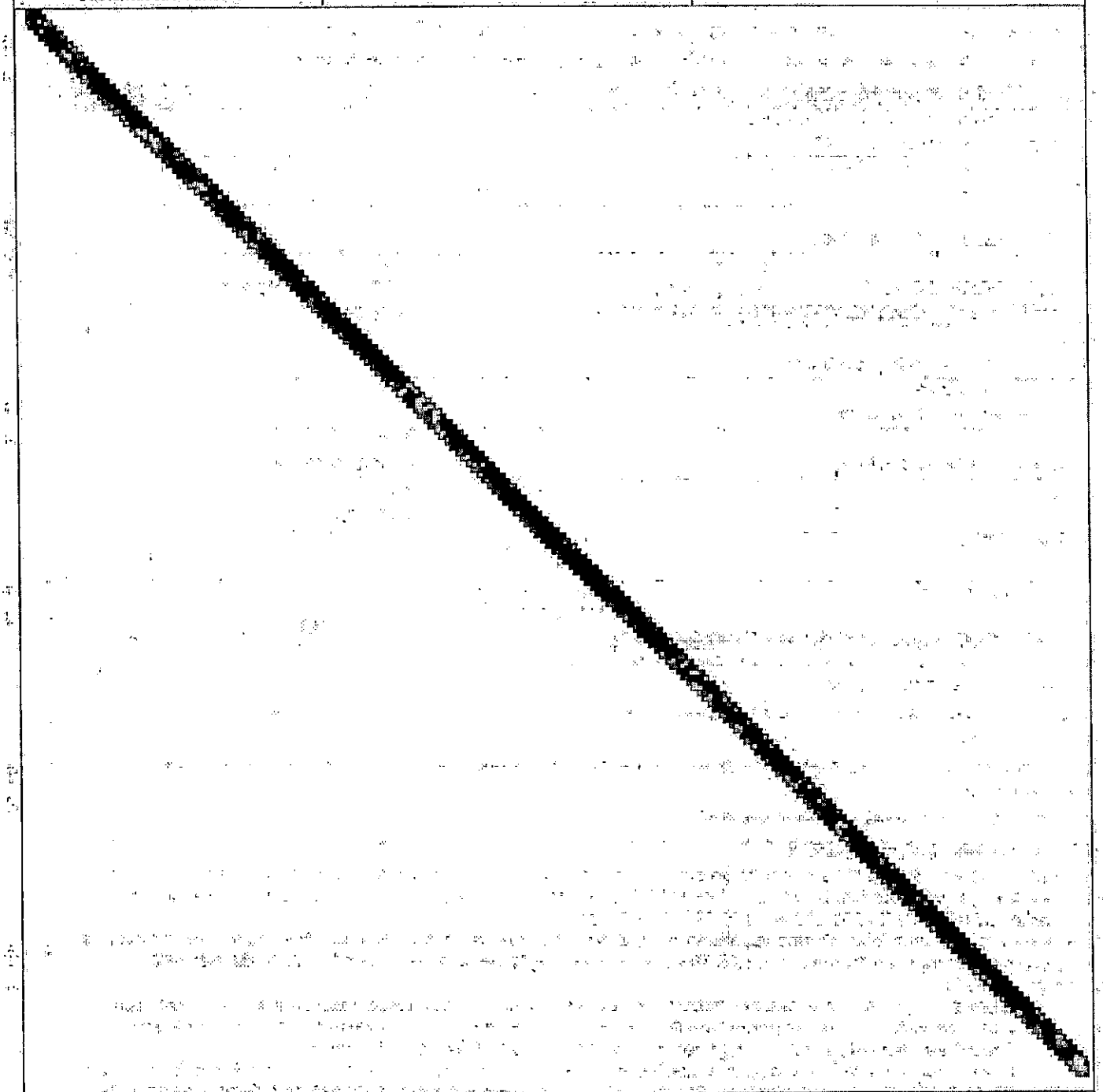
- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

- A presente Licença diz respeito à atividade de extração mineral de serpentinito e saibro, desenvolvida nos limites dos direitos minerários ANM nos 826.284/2002 e 826.497/2006, na localidade de Campina dos Maias, município de Piên, sob coordenadas UTM SIRGAS 2000 22J N 7.106.750 / E 657.530;
- Deverá ser mantida uma faixa de amortecimento mínima de cinco metros em relação aos limites do imóvel, de modo a evitar avanços indevidos em propriedades não licenciadas e a geração de processos de movimento de massa em imóveis de terceiros;
- Deverá ser promovido o imediato isolamento físico da Área de Preservação Permanente - APP decorrentes do curso d'água localizado a sul do empreendimento, de modo a evitar intervenções indevidas em áreas protegidas;
- Deverá ser efetuada a manutenção periódica das bacias de decantação do empreendimento;
- Deverá ser promovida a imediata recuperação das áreas de bota fora, devendo ser implementadas ações de reconformação topográfica e revegetação dos taludes finais, não estando autorizado o lançamento de rejeitos encosta abaixo, ou sobre vegetação nativa e APPs;
- No prazo máximo de doze meses deverá ser apresentado um relatório de comprovação do atendimento das condicionantes de licenciamento, com atenção especial à comprovação de recuperação ambiental das áreas de bota fora e relativas ao isolamento físico das APPs limítrofes ao empreendimento;
- O empreendimento deverá operar em consonância ao planejamento apresentado pela requerente e aprovado por este Instituto;
- A presente licença foi concedida com base nas informações prestadas pela requerente, podendo, a qualquer tempo, ser revista no caso de não conformidades.

137

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 29253 Validade 15/09/2025 **Protocolo** 161291773



Local e data

CURITIBA, 15 de setembro de 2020

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.	Carimbo e assinatura do representante do IAP Luiz Fornazzari Neto Chefe Regional de Curitiba INSTITUTO ÁGUA E TERRA ERCBA

PORTARIA Nº 182, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.077/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar à DUTRA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA., concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) do MOGI DAS CRUZES/SP, numa área de 10,71ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

23°24'32,882"S/46°12'57,797"W;	23°24'32,882"S/46°12'53,063"W;
23°24'49,354"S/46°12'53,063"W;	23°24'49,354"S/46°12'54,562"W;
23°24'51,491"S/46°12'54,562"W;	23°24'51,491"S/46°12'54,667"W;
23°24'53,721"S/46°12'54,667"W;	23°24'53,721"S/46°12'54,315"W;
23°24'55,346"S/46°12'54,315"W;	23°24'55,346"S/46°12'53,963"W;
23°24'59,227"S/46°12'53,963"W;	23°24'59,226"S/46°12'54,315"W;
23°25'02,157"S/46°12'54,315"W;	23°25'02,157"S/46°12'57,797"W;

23°24'32,882"S/46°12'57,797"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°24'32,882"S e Long. 46°12'57,797"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 134,4m-E; 506,7m-S; 42,6m-W; 65,7m-S; 3,0m-W; 68,6m-S; 10,0m-E; 50,0m-S; 10,0m-E; 119,4m-S; 10,0m-W; 90,2m-S; 98,9m-W; 900,6m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 183, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.385/1996, resolve:

Art. 1º Outorgar à MINERAÇÃO GRANDER LTDA. EPP, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de PIRACICABA/SP, numa área de 49,77ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

22°41'45,874"S/47°46'43,532"W;	22°41'47,922"S/47°46'34,247"W;
22°41'47,922"S/47°46'30,393"W;	22°41'51,270"S/47°46'30,393"W;
22°41'51,270"S/47°46'27,590"W;	22°41'52,993"S/47°46'27,590"W;
22°41'52,992"S/47°46'09,021"W;	22°41'50,392"S/47°46'09,021"W;
22°41'50,391"S/47°46'06,218"W;	22°41'46,588"S/47°46'06,218"W;
22°41'46,588"S/47°46'03,065"W;	22°41'41,451"S/47°46'03,066"W;
22°41'41,451"S/47°46'00,613"W;	22°41'35,014"S/47°46'00,614"W;
22°41'35,014"S/47°45'57,110"W;	22°41'31,178"S/47°45'57,110"W;
22°41'31,178"S/47°45'54,307"W;	22°41'27,017"S/47°45'54,308"W;
22°41'27,017"S/47°45'51,505"W;	22°41'22,205"S/47°45'51,506"W;
22°41'22,205"S/47°45'49,053"W;	22°41'12,453"S/47°45'49,054"W;
22°41'12,452"S/47°45'43,098"W;	22°41'24,675"S/47°45'43,097"W;
22°41'24,675"S/47°45'45,549"W;	22°41'31,275"S/47°45'45,549"W;
22°41'31,275"S/47°45'48,947"W;	22°41'35,274"S/47°45'48,947"W;
22°41'35,274"S/47°45'51,750"W;	22°41'38,947"S/47°45'51,749"W;
22°41'38,948"S/47°45'54,797"W;	22°41'45,547"S/47°45'54,797"W;
22°41'45,547"S/47°45'57,600"W;	22°41'50,196"S/47°45'57,599"W;
22°41'50,196"S/47°46'00,402"W;	22°41'54,097"S/47°46'00,402"W;
22°41'54,097"S/47°46'03,205"W;	22°41'59,136"S/47°46'03,204"W;
22°41'59,137"S/47°46'32,636"W;	22°41'54,164"S/47°46'32,636"W;
22°41'54,164"S/47°46'37,436"W;	22°41'51,238"S/47°46'37,436"W;
22°41'51,238"S/47°46'40,484"W;	22°41'48,702"S/47°46'40,484"W;
22°41'48,702"S/47°46'43,532"W;	22°41'45,874"S/47°46'43,532"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 150,0m, no rumo verdadeiro de 17°59'59"373 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°41'41,236"S e Long. 47°46'45,156"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 265,0m-E; 63,0m-S; 110,0m-E; 103,0m-S; 80,0m-E; 53,0m-S; 530,0m-E; 80,0m-N; 80,0m-E; 117,0m-N; 90,0m-E; 158,0m-N; 70,0m-E; 198,0m-N; 100,0m-E; 118,0m-N; 80,0m-E; 128,0m-N; 80,0m-E; 148,0m-N; 70,0m-E; 300,0m-N; 170,0m-E; 376,0m-S; 70,0m-W; 203,0m-S; 97,0m-W; 123,0m-S; 80,0m-W; 113,0m-S; 87,0m-W; 203,0m-S; 80,0m-W; 143,0m-S; 80,0m-W; 120,0m-S; 80,0m-W; 155,0m-S; 840,0m-W; 153,0m-N; 137,0m-W; 90,0m-N; 87,0m-W; 78,0m-N; 87,0m-W; 87,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 184, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.580/2001, resolve:

Art. 1º Outorgar à EDRAS SOARES ME, concessão para lavrar CASCALHO, no(s) Município(s) de ITAPIRA/SP, numa área de 2,52ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

22°23'15,815"S/46°44'28,823"W;	22°23'17,440"S/46°44'28,823"W;
22°23'12,726"S/46°44'28,124"W;	22°23'15,815"S/46°44'28,124"W;
22°23'13,376"S/46°44'26,376"W;	22°23'12,726"S/46°44'26,376"W;
22°23'14,027"S/46°44'24,628"W;	22°23'13,376"S/46°44'24,628"W;
22°23'15,002"S/46°44'22,531"W;	22°23'14,027"S/46°44'22,531"W;
22°23'16,952"S/46°44'22,006"W;	22°23'15,002"S/46°44'22,006"W;
22°23'18,741"S/46°44'22,880"W;	22°23'16,952"S/46°44'22,880"W;
22°23'17,928"S/46°44'25,677"W;	22°23'18,741"S/46°44'25,677"W;
22°23'17,440"S/46°44'26,726"W;	22°23'17,928"S/46°44'26,736"W;
	22°23'17,440"S/46°44'28,823"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2421,0m, no rumo verdadeiro de 60°33'00"616 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°23'56,142"S e Long. 46°45'42,522"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-N; 20,0m-E; 95,0m-N; 50,0m-E; 20,0m-S; 50,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 30,0m-S; 15,0m-E; 60,0m-S; 25,0m-W; 55,0m-S; 80,0m-W; 25,0m-N; 30,0m-W; 15,0m-N; 60,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 185, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.284/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar à EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA., concessão para lavrar SERPENTINITO, no(s) Município(s) de PIEN/PR, numa área de 49,91ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

26°08'42,221"S/49°25'15,152"W;	26°08'42,221"S/49°25'13,352"W;
26°08'40,596"S/49°25'09,751"W;	26°08'45,467"S/49°25'09,752"W;
26°08'45,468"S/49°25'00,751"W;	26°08'59,387"S/49°25'00,751"W;
26°08'59,387"S/49°25'18,253"W;	26°09'06,210"S/49°25'18,253"W;
26°09'06,210"S/49°25'31,934"W;	26°09'02,961"S/49°25'31,934"W;
26°09'02,961"S/49°25'35,257"W;	26°08'46,714"S/49°25'35,256"W;
26°08'46,714"S/49°25'15,152"W;	26°08'42,221"S/49°25'15,152"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°08'42,221"S e Long. 49°25'15,152"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-E; 50,0m-N; 100,0m-E; 149,9m-S; 250,0m-E; 428,4m-S; 486,1m-W; 210,0m-S; 380,0m-W; 100,0m-N; 92,3m-W; 300,0m-N; 558,4m-E; 138,3m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 186, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.308/1994, resolve:

Art. 1º Outorgar à F ANDREIS NETO, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ALTO PARAÍSO/PR, numa área de 29,42ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

23°22'39,280"S/53°46'23,754"W;	23°22'38,630"S/53°46'24,916"W;
23°22'38,630"S/53°46'24,916"W;	23°22'37,980"S/53°46'24,916"W;
23°22'37,980"S/53°46'26,113"W;	23°22'37,330"S/53°46'26,113"W;
23°22'37,330"S/53°46'27,275"W;	23°22'36,680"S/53°46'27,275"W;
23°22'36,680"S/53°46'28,472"W;	23°22'36,029"S/53°46'28,472"W;
23°22'36,029"S/53°46'29,634"W;	23°22'35,379"S/53°46'29,634"W;
23°22'35,379"S/53°46'30,831"W;	23°22'34,729"S/53°46'30,831"W;
23°22'34,729"S/53°46'31,993"W;	23°22'34,079"S/53°46'31,993"W;
23°22'34,079"S/53°46'33,190"W;	23°22'33,429"S/53°46'33,190"W;
23°22'33,429"S/53°46'34,388"W;	23°22'32,779"S/53°46'34,388"W;
23°22'32,779"S/53°46'35,550"W;	23°22'31,895"S/53°46'35,550"W;
23°22'31,895"S/53°46'35,349"W;	23°22'31,810"S/53°46'35,349"W;
23°22'31,810"S/53°46'35,024"W;	23°22'31,690"S/53°46'35,024"W;
23°22'31,690"S/53°46'34,673"W;	23°22'31,576"S/53°46'34,673"W;
23°22'31,576"S/53°46'31,993"W;	23°22'30,670"S/53°46'31,993"W;
23°22'30,670"S/53°46'31,833"W;	23°22'30,534"S/53°46'31,833"W;
23°22'30,534"S/53°46'31,611"W;	23°22'30,401"S/53°46'31,611"W;
23°22'30,401"S/53°46'31,433"W;	23°22'30,308"S/53°46'31,433"W;
23°22'30,308"S/53°46'28,472"W;	23°22'29,073"S/53°46'28,472"W;
23°22'29,073"S/53°46'24,986"W;	23°22'27,838"S/53°46'24,986"W;
23°22'27,838"S/53°46'21,465"W;	23°22'26,603"S/53°46'21,465"W;
23°22'26,603"S/53°46'17,943"W;	23°22'25,368"S/53°46'17,943"W;
23°22'25,368"S/53°46'14,422"W;	23°22'24,132"S/53°46'14,422"W;
23°22'24,132"S/53°46'10,901"W;	23°22'22,897"S/53°46'10,901"W;
23°22'22,897"S/53°46'07,380"W;	23°22'21,662"S/53°46'07,380"W;
23°22'21,662"S/53°46'05,091"W;	23°22'22,312"S/53°46'05,091"W;
23°22'22,312"S/53°46'04,598"W;	23°22'22,962"S/53°46'04,598"W;
23°22'22,962"S/53°46'04,140"W;	23°22'23,612"S/53°46'04,140"W;
23°22'23,612"S/53°46'03,648"W;	23°22'24,262"S/53°46'03,647"W;
23°22'24,262"S/53°46'03,190"W;	23°22'24,912"S/53°46'03,190"W;
23°22'24,912"S/53°46'02,697"W;	23°22'25,562"S/53°46'02,697"W;
23°22'25,562"S/53°46'02,204"W;	23°22'26,212"S/53°46'02,204"W;
23°22'26,212"S/53°46'01,746"W;	23°22'26,863"S/53°46'01,746"W;
23°22'26,862"S/53°46'01,288"W;	23°22'27,513"S/53°46'01,288"W;
23°22'27,513"S/53°46'00,795"W;	23°22'28,163"S/53°46'00,795"W;
23°22'28,163"S/53°46'00,302"W;	23°22'28,813"S/53°46'00,302"W;
23°22'28,813"S/53°45'59,844"W;	23°22'29,463"S/53°45'59,844"W;
23°22'29,463"S/53°45'59,351"W;	23°22'30,113"S/53°45'59,351"W;
23°22'30,113"S/53°45'58,894"W;	23°22'30,763"S/53°45'58,894"W;
23°22'30,763"S/53°45'58,401"W;	23°22'31,413"S/53°45'58,401"W;
23°22'31,413"S/53°45'57,908"W;	23°22'32,453"S/53°45'57,908"W;
23°22'32,454"S/53°46'01,323"W;	23°22'33,526"S/53°46'01,323"W;
23°22'33,526"S/53°46'04,844"W;	23°22'34,566"S/53°46'04,844"W;
23°22'34,567"S/53°46'08,366"W;	23°22'35,639"S/53°46'08,366"W;
23°22'35,639"S/53°46'11,887"W;	23°22'36,680"S/53°46'11,887"W;
23°22'36,680"S/53°46'15,408"W;	23°22'37,720"S/53°46'15,408"W;
23°22'37,720"S/53°46'18,929"W;	23°22'38,727"S/53°46'18,929"W;
23°22'38,727"S/53°46'22,732"W;	23°22'39,280"S/53°46'22,732"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°22'39,280"S e Long. 53°46'22,732"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 29,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 20,0m-N; 34,0m-W; 20,0m-N; 33,0m-W; 27,2m-N; 5,7m-E; 2,6m-N; 9,2m-E; 3,7m-N; 10,0m-E; 3,5m-N; 76,1m-E; 27,9m-N; 4,5m-E; 4,2m-N; 6,3m-E; 4,1m-N; 5,1m-E; 2,9m-N; 84,1m-E; 38,0m-N; 99,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 100,0m-E; 38,0m-N; 65,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 13,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 20,0m-S; 14,0m-E; 32,0m-S; 97,0m-W; 33,0m-S; 100,0m-W; 32,0m-S; 100,0m-W; 33,0m-S; 100,0m-W; 32,0m-S; 100,0m-W; 31,0m-S; 108,0m-W; 17,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 187, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 846.088/1997, resolve:

Art. 1º Outorgar à TOP STONE MINERAÇÃO LTDA. concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de CASSERENGUE/PB, numa área de 49,91ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long):

06°48'44,560"S/35°50'15,309"W;	06°48'44,560"S/35°51'01,360"W;
06°48'55,159"S/35°51'01,360"W;	06°48'55,209"S/35°51'01,207"W;
06°48'55,209"S/35°51'01,207"W;	06°48'56,055"S/35°51'01,190"W;
06°48'56,054"S/35°50'15,309"W;	06°48'44,560"S/35°50'15,309"W;

em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°48'44,560"S e Long. 35°50'15,309"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1414,0m-W; 325,6m-S; 4,7m-E; 1,5m-S; 0,5m-E; 26,0m-S; 1408,8m-E; 353,1m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 188, DE 20 DE ABRIL DE 2016

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 848.222/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar à UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA., concessão para lavrar GNAISSE, no(s) Município(s) de MONTE ALEGRE/RN, numa área de 49,93ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°05'03,520"S/35°21'41,505"W; 06°05'03,520"S/35°22'01,859"W; 06°04'37,550"S/35°22'01,859"W; 06°04'37,550"S/35°21'41,505"W; 06°05'03,520"S/35°21'41,505"W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°05'03,520"S e Long. 35°21'41,505"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 625,9m-W; 797,8m-N; 625,9m-E; 797,8m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016042500049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

139

Data: 17/08/2024 09h16min

Número	Validade
716	10/05/2025

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO 2024

Concedido à
EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA CNPJ: 79.390.530/0001-43

Para estabelecer na
Rodovia MUNICIPAL 100, 3.983* - Bloco 0 - Apto 0 - Compl. 0 - Bairro CORREDEIRA - CEP: 89294000

Nome fantasia
Não informado

Atividades
Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado
Fabricação de outros produtos de minerais nãometálicos não especificados anteriormente

Horário de funcionamento
DEMAIS ESTABELECIMENTOS

Econômico	Início da atividade	Código de controle	Aviso
3954	08/05/1990	CWKV2A7CXML1CH20	Válido somente com comprovante de pagamento

Fundamentação legal

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Campo Alegre (SC), 17 de Agosto de 2024

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

81670000014-3 62750854202-4 40510001003-3 74600000001-6

LOCAL DE PAGAMENTO					VENCIMENTO
Pagável nas Agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e Sicoob					10/05/2024
CEDENTE					AGÊNCIA / CÓDIGO DO CEDENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE					1715-9/854
DATA DO DOCUMENTO	Nº DO DOCUMENTO	ESPÉCIE DE DOCUMENTO	ACEITE	DATA DO PROCESSAMENTO	NOSSO NÚMERO
23/04/2024	1003746	CARNÊ	N	23/04/2024	1003746
PARCELA / CARTEIRA / MOEDA		ECONÔMICO	ALÍQUOTA	VALOR	VALOR À PAGAR
0 / / Fixo		3954	% X		1.720,88

INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE)
VENCIMENTO ORIGINAL: 10/05/2024

RECEITA	VALOR R$
Taxa de Serviços Cadastrais.	17,56
TAXA DE FISC LOC INSTAL E FUNC	1.141,40
Taxa de Fiscalização Sanitária	210,72
Taxa de Conservacao Vias	351,20

(-) DESCONTO	258,13
(+) CORREÇÃO MONETÁRIA	
(+) ACRÉSCIMOS	
(=) VALOR TOTAL	1.462,75

SACADO
3954 - EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - 79.390.530/0001-43 - Rodovia MUNICIPAL 100 - 3.983* - 0 - Bloco: 0 - Apto: 0 - Bairro: CORREDEIRA - CEP: 89.294-000 - Cidade: Campo Alegre - SC

BETHA SISTEMAS LTDA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

81670000014-3 62750854202-4 40510001003-3 74600000001-6

LOCAL DE PAGAMENTO
Pagável nas Agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e Sicoob
VENCIMENTO
10/05/2024
CEDENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
AGÊNCIA / CÓDIGO DO CEDENTE
1715-9/854
DATA DO DOCUMENTO | Nº DO DOCUMENTO | ESPÉCIE DE DOCUMENTO | ACEITE | DATA DO PROCESSAMENTO
23/04/2024 | 1003746 | CARNÊ | N | 23/04/2024
NOSSO NÚMERO
1003746
PARCELA | CARTEIRA | MOEDA | ECONÔMICO | ALÍQUOTA | VALOR
0 | | Fixo | 3954 | % X |
VALOR À PAGAR
1.720,88
INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE)
VENCIMENTO ORIGINAL: 10/05/2024
RECEITA | VALOR R$
Taxa de Serviços Cadastrais. | 17,56
TAXA DE FISC LOC INSTAL E FUNC | 1.141,40
Taxa de Fiscalização Sanitária | 210,72
Taxa de Conservacao Vias | 351,20
(-) DESCONTO
258,13
(+) CORREÇÃO MONETÁRIA
(+) ACRÉSCIMOS
(=) VALOR TOTAL
1.462,75
SACADO
3954 - EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - 79.390.530/0001-43 - Rodovia MUNICIPAL 100 - 3.983* - 0 - Bloco: 0 - Apto: 0 - Bairro: CORREDEIRA - CEP: 89.294-000 - Cidade: Campo Alegre - SC
BETHA SISTEMAS LTDA
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

G3330316405887661
03/06/2024 16:45:05

Emissão de comprovantes - 3o nível

```
SISBB  -  SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
03/06/2024 -      AUTOATENDIMENTO          - 16.45.06
0674208674          SEGUNDA VIA                 0001

              COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: EXT AREIA FUNDAO LTDA ME
AGENCIA: 0674-2 CONTA:          6.910-8
==========================================
Convenio  MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE
Codigo de Barras   816700000014-3   627508542024
                   405100001003-3   746000000001-6
Data do pagamento                      24/04/2024
Valor em Dinheiro                       1.462,75
Valor em Cheque                             0,00
Valor Total                             1.462,75
------------------------------------------------
DOCUMENTO:  042411
AUTENTICACAO SISBB:        7.A9B.6AC.EE8.168.BD8
```

Data: 09/01/2025 14h07min

Número	Validade
4	10/05/2026

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO 2025

Concedido à
EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA CNPJ: 79.390.530/0001-43

Para estabelecer na
Rodovia MUNICIPAL 100, 3.983* - Bloco 0 - Apto 0 - Compl. 0 - Bairro CORREDEIRA - CEP: 89294000

Nome fantasia
Não informado

Atividades
Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado

Fabricação de outros produtos de minerais nãometálicos não especificados anteriormente

Horário de funcionamento
DEMAIS ESTABELECIMENTOS

Econômico	Início da atividade	Código de controle	Aviso
3954	08/05/1990	CWO1WCA5XTOULJG0	Válido somente com comprovante de pagamento

Fundamentação legal

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Campo Alegre (SC), 09 de Janeiro de 2025

143

PIÊN
PREFEITURA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ALVARÁ Nº 088 | **PROTOCOLO Nº** 2558/2025

À Empresa: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

Nome Fantasia:

CNPJ: 79.390.530/0002-24 | FILIAL | **Insc Mun:** 2361 | **Insc Est:** 90270282-22

Endereço: ESTRADA GERAL, S/N - CAMPINA DOS MAIA Piên - PR CEP: 83860000

Atividade Principal: 0810-0/06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado

Secundária(s): 4683-4/00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo.

Início das Atividades: 21/11/2002 00:00:00

Validade deste documento: 31/12/2025 00:00:00

Informações Complementares:

ESTE DOCUMENTO FOI EMITIDO APÓS ATENDIDA AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE QUE VERSA SOBRE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS, MEIO AMBIENTE E POSTURAS, E PERMANECE VÁLIDO ENQUANTO INALTERADAS AS CONDIÇÕES QUE DERAM CAUSA A SUA CONCESSÃO. A VALIDADE DESDE ALVARÁ FICA CONDICIONADO AO PRAZO DE VALIDADE DO LICENCIAMENTO (CLCB) EXPEDIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME O §2º DO Art. 4º DA LEI Nº 13.425/2017 c/c ART. 2º DA LEI Nº 19.449/2018. CONFORME NOTA TÉCNICA 02/2018 - CAOPMAHU DO MP DO PARANÁ DEVE-SE ATENTAR-SE À DESTINAÇÃO PRIORITÁRIA DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS ÀS COOPERATIVAS DE CATADORES.

CONSERVAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

****Documento impresso eletronicamente.*
Chave de autenticação: 4HHJ52TMJXXT8RTRP
A validade deste documento pode ser consultada através do endereço eletrônico
https://plenpr.equiplano.com.br:7355/contribuinte/#/stmAlvaraValidacao/alvaraValidacao.

Município de Piên,PR, 06/03/2025 00:00:00.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

<< Equiplano Público Web >>
Área de Receitas

JUCESC

Secretaría da Micro e Pequena Empresa
Secretaría de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA

Nome Empresarial: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200817706	79.390.530/0001-43	05/06/1986	01/04/1986

Endereço:
RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRA, CAMPO ALEGRE, SC - CEP: 89294000

OBJETO SOCIAL

- EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO E BENEFICIAMENTO DE AREIA INDUSTRIAL; - EXTRAÇÃO DE SAIBRO; - EXTRAÇÃO E BRITAMENTO DE PEDRAS; - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS; - COMÉRCIO ATACADISTA DE AREIA E PEDRA BRITADA; - COMÉRCIO VAREJISTA DE AREIA E PEDRA BRITADA; - COMÉRCIO ATACADISTA DE CAL, TIJOLOS E TELHAS; - COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, TIJOLOS E TELHAS; - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO; - PREPARAÇÃO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUÇÃO; - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR; - ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS; - SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM; - PREPARAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA; - USINAGEM DE ASFALTO; - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; - SERVIÇO DE BOMBEAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO; - COMÉRCIO ATACADISTA DE ADUBOS E FERTILIZANTES; PARÁGRAFO ÚNICO: AS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS E SERVIÇO DE BOMBEAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO, SERÃO REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE NO ENDEREÇO DO CONTRATANTE.

CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R$ 90.000,00 NOVENTA MIL REAIS R$ Capital Integralizado: 90.000,00 NOVENTA MIL REAIS	Não	XXXXXX

QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES

Nome/CPF	Participação R$	Cond./Administrador	Término do mandato
MARCOS HEINZ MAAHS 005.165.569-16	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
LMM PARTICIPAÇÕES LTDA 44.833.355/0001-37	22.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
DMM PARTICIPAÇÕES LTDA 44.833.843/0001-44	22.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ANM PARTICIPAÇÕES LTDA 44.834.759/0001-45	22.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
MHLM PARTICIPAÇÕES LTDA 44.850.713/0001-10	22.500,00	SOCIO	XX/XX/XXXX

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 15128761061821 EMITIDA: 22/01/2025 PROTOCOLO: 259691356

145

JUCESC

Secretaría da Micro e Pequena Empresa
Secretaría de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42200817706	CNPJ 79.390.530/0001-43	Arquivamento do ato Constitutivo 05/06/1986	Inicio da atividade 01/04/1986
Endereço: RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983, CORREDEIRA, CAMPO ALEGRE, SC - CEP: 89294000			

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 31/07/2023	Número 20238687244	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS

Ato: 002 - ALTERAÇÃO
Evento: 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA

NIRE: 41900785466	CNPJ: 79.390.530/0002-24
Endereço: ESTRADA GERAL, S/N, LOC. DE CAMPINAS DOS MAIA, PIÊN, PR - CEP: 83860000	
NIRE: 41900947814	CNPJ: 79.390.530/0004-96
Endereço: ESTRADA GERAL CAMPO NOVO, S/N, CAMPO NOVO, PIÊN, PR - CEP: 83860000	
NIRE: XXXXXX	CNPJ: 79.390.530/0003-05
Endereço: ESTRADA PIÊN, S/N, POÇO FRIO, PIÊN, PR - CEP: 83860000	
NIRE: 42901196996	CNPJ: 79.390.530/0005-77
Endereço: AVENIDA SÃO BENTO, 1639 , RIO NEGRO, SÃO BENTO DO SUL, SC - CEP: 89287350	
NIRE: 41901974815	CNPJ: 79.390.530/0007-39
Endereço: RUA CAMARISTA CARLOS SCHNEIDER, 920, BOM JESUS, RIO NEGRO, PR - CEP: 83880000	

Observação

FLORIANOPOLIS - SC, 22 de Janeiro de 2025

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETARIO-GERAL

259691356

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
CONTROLE: 15128761061821 EMITIDA: 22/01/2025 PROTOCOLO: 259691356

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **79.390.530/0001-43**

Razão Social: **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

0810-0/06 - EXTRAÇÃO DE AREIA, CASCALHO OU PEDREGULHO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO

Endereço:

RODOVIA MUNICIPAL 100, 3983 - CORREDEIRA - 89.294-000 - Campo Alegre / Santa Catarina

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço https://comprasnet.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**79.390.530/0001-43**	DUNS®:	**90*****22**
Razão Social:	**EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**12/05/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**10/09/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**02/04/2025**	**Automática**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**13/09/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**10/09/2025**
Receita Municipal	Validade:	**06/04/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2025**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 005.XXX.XXX-16 Nome: MARCOS HEINZ MAAHS

Ass: _____

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: **79.390.530/0001-43** DUNS®: **90*****22**
Razão Social: **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade
CREA SC DANILO	111183-5	31/03/2025
CREA PR KARLA	MT29881/D	31/03/2025
CREA PR BRUNA	SC1712734/D	21/08/2025
CREA KARLA SC	136113-6	31/03/2025
CREA EXTRAÇÃO- SC	068632-7	31/03/2025
CREA PR DANILO MAGALHAES	MG-141671/D	31/03/2025
CREA BRUNA SC	171273-4	31/03/2025

Certificação Técnica

Certificadora	Nº Certificado	Data de Validade
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA - SC	252022142083	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA - SC	252023147174	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA - SC	252022144746	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANA	1720230005280	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA - SC	252022142082	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC	252022144422	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC	252024156187	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC	252020119182	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC	252020119256	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC	252020119119	31/12/2026

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 79.390.530/0001-43 DUNS®: 90*****22
Razão Social: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Certificação Técnica

Certificadora	Nº Certificado	Data de Validade
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC	1720220005687	31/12/2026
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC	252020122307	31/12/2026

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **79.390.530/0001-43** DUNS®: **90*****22**
Razão Social: **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **79.390.530/0001-43** DUNS®: **90*****22**
Razão Social: **EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 478/2025

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA - EPP

INSCRIÇÃO EMPRESA DE FORA	CNPJ nº	INSCRIÇÃO ESTADUAL
56804	79.390.530/0001-43	

ENDEREÇO

RODOVIA MUNICIPAL, 100 - CORREDEIRAS Campo Alegre - SC CEP: 89294000

CNAE / ATIVIDADES

Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado, Extração de saibro e beneficiamento associado

Documento emitido em **14/03/2025.**

Chave para validação: **4HHJ5UFFH2JXXT8SE98.**

Certidão válida até 13/04/2025, salvo se a empresa foi baixada antes.

A autenticidade desta poderá ser confirmada através do endereço eletrônico: **https://pienpr.equiplano.com.br:7355/**

153

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Certidão Negativa de Pendências

CNPJ: 79.390.530/0001-43

Requerente: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná CERTIFICA, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:
a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 18/03/2025 09:04:10, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 607020683

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Visitante Sair

Consulta de Pessoa(s)

Esfera: .:Todos(as):.

Tipo pessoa: ○ **Ambos** ◉ **Jurídica** ○ **Física**

CPF/CNPJ: 79390530000143 **(Este campo só deve conter números)**

Nome da Pessoa: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO

Não sou um robô

reCAPTCHA
Privacidade - Termos

Pesquisar | Gerar Certidão Negativa

Nome Pessoa	CPF/CNPJ	Núm. Processo

Nenhum Requerido encontrado.

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 03/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2025 (Diário Oficial da União - CEAF)

Dados da consulta: 18/03/2025 09:09:21

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: **CNEP**

CPF / CNPJ sancionado: **79390530000143**

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 03/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 03/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2025 (Diário Oficial da União - CEAF)

Dados da consulta: 18/03/2025 09:05:17

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS

CPF / CNPJ sancionado: 79390530000143

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
CNPJ: 79.390.530/0001-43
CERTIDÃO EMITIDA em 18/03/2025, às 13:33:56

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em *15/03/2025*, aprendizes em número **SUPERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar com o código de verificação **gqrIzWZEf1nYQBx**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em *15/03/2025*. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após *15/03/2025* podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.
7. Esta certidão não é válida para os estabelecimentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SESCOOP).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: EXTRACAO DE AREIA FUNDAO LTDA
CNPJ: 79.390.530/0001-43
CERTIDÃO EMITIDA em 18/03/2025, às 13:34:57

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado estava, em *15/03/2025,* **DESOBRIGADO** a reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, tendo em vista o não enquadramento na hipótese legal prevista no art. 93, caput, da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar com o código de verificação **2FLuNEW7cmIGbIa**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em *15/03/2025.* Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após *15/03/2025* podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 86 da Instrução Normativa 02 de 8 de novembro de 2021. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05526647900-NILSO WIGGERS|00368575993-NEIMAR MAGUS WIGGERS|05223155939-KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=U6j214rb0GonLHCZCORKqg&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA

DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.

NILSO WIGGERS, brasileiro, nascido em Braço do Norte - SC em 10.12.1942, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, inscrito no CPF sob nº 055.266.479/00, portador da Carteira de Identidade nº 248.559, expedida pela SSP/SC, em 02/07/2019, residente e domiciliado à Rua Alfredo Zipperer, nº 218 — Loteamento Marista – Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89.280-442 e **NEIMAR MAGUS WIGGERS**, brasileiro, nascido em São Bento do Sul/SC, em 24.11.1979, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82 bairro Brasília, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.282-006, portador da carteira de identidade nº 2.376.028, expedida pela SSP/SC, em 26.03.2013 e inscrito no CPF sob nº 003.685.759-93, únicos sócios da sociedade empresária **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Campo Alegre - SC, à Rodovia SC 418, nº 3707, bairro Fragosos, CEP 89.294-000, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49 e NIRE 42200571499, e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0002-20 e NIRE 42901265823, resolvem de comum acordo alterar novamente seu contrato social, conforme cláusulas a seguir:

PRIMEIRA:- Nesta data é admitida na sociedade a sócia **KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 10/01/1986, na cidade de Rio do Campo - SC, residente e domiciliada na cidade de São Bento do Sul-SC, na Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82, bairro Brasília, CEP 89.282-006, portadora da Carteira de Identidade nº 4.406.702, expedida pela SESP-SC, CPF nº 052.231.559-39.

SEGUNDA:- Nesta data retira-se da sociedade, por livre e espontânea vontade, o sócio NILSO WIGGERS, que possui 600.000 (seiscentas mil) quotas de capital social, neste ato, vende a totalidade de suas quotas, pelo valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a nova sócia KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS.

TERCEIRA:- O sócio NEIMAR MAGUS WIGGERS, que possui 400.000 (quatrocentas mil) quotas de capital social, neste ato, vende 390.000 (trezentos e noventa mil) quotas de capital social pelo valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a nova sócia KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS.

QUARTA:- Os sócios dão pela presente plena, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação as quotas vendidas, bem como de todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, declarando nada mais terem a receber ou a reclamar, seja a que título for, nem da sociedade e nem dos cessionários.

QUINTA:- O capital social, que permanece inalterado, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e estará distribuído da seguinte forma:

KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS ... 990.000 quotas no valor total de R$ 990.000,00
NEIMAR MAGUS WIGGERS ..... 10.000 quotas no valor total de R$ 10.000,00

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

TOTAL ..... 1.000.000 quotas no valor total de R$ 1.000.000,00

Parágrafo Único:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

SEXTA:- A administração da sociedade será exercida, juntos ou isoladamente, pelos sócios **NEIMAR MAGUS WIGGERS** e **KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, e a eles caberá representar a firma, sempre que lhe for conveniente e necessário, podendo inclusive, através de procuração, nomear outros gerentes, sendo-lhes, portanto, vetado usá-la em qualquer negócio ou ato que não tenha relação com os fins da sociedade, tais como, avais, fianças, abonos ou atos semelhantes.

SÉTIMA:- Todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo e alterações que não foram modificadas pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

OITAVA:- À vista das modificações ora ajustadas, **CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL**, nos termos contidos nas cláusulas a seguir:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ nº 76.378.793/0001-49

NEIMAR MAGUS WIGGERS, brasileiro, nascido em São Bento do Sul/SC, em 24.11.1979, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82 bairro Brasília, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.282-006, portador da carteira de identidade nº 2.376.028, expedida pela SSP/SC, em 26.03.2013 e inscrito no CPF sob nº 003.685.759-93 e **KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 10/01/1986, na cidade de Rio do Campo - SC, residente e domiciliada na cidade de São Bento do Sul-SC, na Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82, bairro Brasília, CEP 89.282-006, portadora da Carteira de Identidade nº 4.406.702, expedida pela SESP-SC, CPF nº 052.231.559-39, únicos sócios da sociedade empresária **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Campo Alegre/SC, à Rodovia SC 418, nº 3707 bairro Fragosos, CEP 89.294-000, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49 e NIRE 42200571499, e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0002-20 e NIRE 42901265823, que se rege pelas cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I

Da denominação, objeto, sede e prazo de duração

PRIMEIRA - A sociedade adota nome empresarial de **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.**

§ 1° – A matriz da sociedade usa como título de estabelecimento **BRITADOR FRAGOSOS.**

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

§ 2° – A filial da sociedade usa como título de estabelecimento **BRITADOR FRAGOSOS DIVISÃO CONCRETO.**

SEGUNDA:- O objeto social da matriz é Pesquisa, exploração, aproveitamento e Comércio atacadista de jazida minerais em todo Território Nacional; A comercialização atacadista de substancias Minerais; Comércio varejista de Materiais de Construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes e Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas.

TERCEIRA:- O objeto social da filial é Preparação de massa e concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas e Comércio varejista de materiais de construção.

QUARTA:- A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Campo Alegre - SC, a Rodovia SC 418, nº 3707, bairro Fragosos - CEP 89294-000, iniciada suas atividades em 01.09.1982; e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, podendo abrir e encerrar filiais, agências, escritórios e sucursais, em qualquer parte do território nacional ou em país estrangeiro e/ou participar de outra sociedade, por deliberação dos sócios, materializada pela maioria dos votos, contados segundo o valor das quotas de cada um e tem duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Quotas

QUINTA:- O capital social de 1.000.000,00 (Um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas, e está distribuído da seguinte forma:

KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS ... 990.000 quotas no valor total de R$ 990.000,00
NEIMAR MAGUS WIGGERS ..... 10.000 quotas no valor total de R$ 10.000,00
TOTAL ..... 1.000.000 quotas no valor total de R$ 1.000.000,00

§ 1°- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2° — Os sócios são obrigados, ao cumprimento da forma e prazo, previsto para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3° — Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

devolvendo-lhe o que houver pagado, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4° - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e a sociedade.

SEXTA: Os sócios participam dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

§ 1° - A sociedade deliberará em reunião de sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.

§ 2° - Fica a sociedade autorizada a distribuir ou não, antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

§ 3° - Os sócios são obrigados a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CAPÍTULO III

Da Administração

SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida, juntos ou isoladamente, pelos sócios **NEIMAR MAGUS WIGGERS e KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, e a estes caberá representar a firma, sempre que lhes for conveniente e necessário, podendo inclusive, através de procuração, nomear outros gerentes, sendo-lhes, portanto, vetado usá-la em qualquer negócio ou ato que não tenha relação com os fins da sociedade, tais como, avais, fianças, abonos ou atos semelhantes.

§ 1° - Os administradores têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes a gestão da sociedade.

§ 2° - Os administradores receberão um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3° - É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4° - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5° - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

§ 6° - A sociedade poderá delegar os poderes de administração para terceiros não sócios, observando-se o previsto no art. 1061 da Lei n.10.406/02. Fica facultado aos administradores, nomear procuradores, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores nomeados.

OITAVA — Nos quatro primeiros meses, seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

NONA — As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

§ 1° - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2° - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3° - Dispensam-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4° - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria, que seria objeto dela.

§ 5° - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6° - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CAPÍTULO V

Das Deliberações dos Sócios

DÉCIMA — Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

a) a aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

e) a modificação do contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
h) o pedido de recuperação judicial.

DÉCIMA PRIMEIRA:

§ 1°— As deliberações dos sócios serão tomadas:

I — pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";

II — pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras 'b", "c", "d" e "h";

III — Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2° - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3° - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO VI

Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio

DÉCIMA SEGUNDA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ único: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

DÉCIMA TERCEIRA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1° Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2° Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA QUARTA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

§ 1° - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2° - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3° - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4° - Podem os sócios remanescentes suprir os valores das quotas.

DÉCIMA QUINTA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade, pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após, averbada a resolução da sociedade.

CAPÍTULO VII

Do Exercício Social

DÉCIMA SEXTA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1°- Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar, de acordo com a legislação vigente;

§ 2° - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para: a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; b) designar administradores, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia; e

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

DÉCIMA SÉTIMA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei 10.406/2002 — Código Civil.

DÉCIMA OITAVA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Campo Alegre – SC, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

DÉCIMA NONA: Revogam-se todas as disposições contidas no instrumento contratual primitivo e suas posteriores alterações, passando a sociedade a reger-se somente pelo que está contido neste instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 01(uma) via, para que produza efeitos legais.

Campo Alegre – SC, 20 de Dezembro de 2021.

Nilso Wiggers

Neimar Magus Wiggers

Keila Aparecida Varella Wiggers

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

JUCESC
Junta Comercial do Estado de SANTA CATARINA

217275222

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
PROTOCOLO	217275222 - 20/12/2021
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200571499
CNPJ 76.378.793/0001-49
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/12/2021
SOB N: 20217275222

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20217275222

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00368575993 - NEIMAR MAGUS WIGGERS - Assinado em 20/12/2021 às 10:44:30

Cpf: 05223155939 - KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS - Assinado em 20/12/2021 às 10:38:45

Cpf: 05526647900 - NILSO WIGGERS - Assinado em 20/12/2021 às 10:36:26

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
76.378.793/0001-49 MATRIZ		04/10/1982

NOME EMPRESARIAL
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BRITADOR FRAGOSOS	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
09.90-4-03 - Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.89-3-01 - Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD SC 418	3707	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.294-000	FRAGOSOS	CAMPO ALEGRE	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BRITADORFRAGOSOS@UOL.COM.BR	(47) 3632-9665/ (47) 3632-9667

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	06/07/2002

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/03/2025** às **17:12:35** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.378.793/0001-49
Razão Social: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Endereço: ROD SC 301, KM 139 S/N / FRAGOSOS / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/03/2025 a 02/04/2025

Certificação Número: 2025030402170513847100

Informação obtida em 15/03/2025 09:06:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

170

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Certidão nº: 15492495/2025
Expedição: 17/03/2025, às 12:28:49
Validade: 13/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.378.793/0001-49, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.378.793/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:22:58 do dia 13/10/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/04/2025.
Código de controle da certidão: **0528.9554.F83F.5CA3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

172

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**
CNPJ/CPF: **76.378.793/0001-49**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	240140393638147
Data de emissão:	14/12/2024 07:21:59
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	12/06/2025

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 15/03/2025 09:16:36

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 15/03/2025

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 15/03/2025 10h37min

Número	Validade
800	14/04/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA CNPJ: 76378793000149

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade
	PREGÃO

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Imóvel: 2876 - Inscrição: 02.05.032.01120.0001.0 - Lote 1120 - Quadra 032 - Matrícula 28.438
Endereço: SC 418, S/N - Bairro FRAGOSOS* - CEP 89.294-000

Imóvel: 3406 - Inscrição: 02.05.032.01262.0000.0 - Lote 1262 - Quadra 032
Endereço: SC 418, 3707* - Bairro FRAGOSOS* - Compl. PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA - CEP 89.294-000

Imóvel: 3407 - Inscrição: 02.05.032.01417.0000.0 - Lote 1417 - Quadra 032
Endereço: SC 418, S/N - Bairro FRAGOSOS* - Compl. PORTO DE AREIA FRAGOSOS - CEP 89.294-000

Código de Controle

CW2W4ZL5XVEHD8S1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Campo Alegre (SC), 15 de Março de 2025

174

Número do pedido: 3995298
FOLHA: 1 / 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO RECUPERAçãO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALêNCIA Nº: 3995298
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Raiz do CNPJ: 76.378.793
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SANTA CATARINA
Município endereço da sede : CAMPO ALEGRE
Endereço da sede : ROD SC 418, 3707 - FRAGOSOS

Certidão emitida às 09:26 de 15/03/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsc.jus.br/download - Solicitado por: Neimar Magus Wiggers - CPF: ***.685.759-** gov.br Ouro

PAVIPLAN
PAVIMENTAÇÃO LTDA.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos que PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, inscrito no CNPJ 76.378.793/0001-49, situada a Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos – Campo Alegre/SC nos forneceu e fornece os seguintes materiais conforme demanda:

Descrição	Quantidade	Unidade
AREIA DE ROCHA	375,63	TONELADAS
BICA CORRIDA	11.658,97	TONELADAS
BRITA 1	4.098,45	TONELADAS
BRITA 2	2.847,60	TONELADAS
BRITA 3	30	TONELADAS
BRITA 4	96,84	TONELADAS
BRITA GRADUADA PARA BASE	91.671,84	TONELADAS
PEDRA DETONADA	2.286,78	TONELADAS
PEDRA MARROADA. 30 A 50 CM	2.188,41	TONELADAS
PEDRISCO	7.587,73	TONELADAS
PÓ USINADO	57.465,05	TONELADAS
RACHÃO 4"	36.500	TONELADAS
RACHÃO PULMÃO	171,71	TONELADAS
SAIBRO BRITADO (ROCHA ALTERADA)	810,25	TONELADAS

De acordo com as especificações técnicas do produto, quantidades exigidas, prazos de entrega e demais condições de uso.

Sendo o que tínhamos a atestar,

Campo Alegre, 29 de outubro de 2024

Atenciosamente

gov.br
Documento assinado digitalmente
CARLA SCHWARZ DANCINI
Data: 29/10/2024 16:09:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Paviplan Pavimentação Ltda.
Engª Carla Schwarz Dancini / CREA SC 158.820-1

Rua: Anélio, Nicocelli, 1720 - Figueirinha - Fone (47) 3372-1502 - CEP 89270-000 - Cx. Postal 71 - Guaramirim - SC
CNPJ: 03.620.927/0001-12 - Inscr. Est.: 253.992.443 - e-mail: adm.paviplan@terra.com.br

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (47) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – I.E: 250.918.773

ANEXO III
DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 14/2025.
Processo nº 2383/2025.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Alegre, 17 de março de 2025

Neimar Magus Wiggers
Sócio - Diretor
003.685.759-93

76 378 793/0001-49
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.
RODOVIA SC-418, 3707
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (47) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – I.E: 250.918.773

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Pregão Eletrônico nº 14/2025.
Processo nº 2383/2025.

Pela presente, declaramos que a empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.378.793/0001-49, localizada na Rodovia SC-418, nº 3707 – Fragosos – CAMPO ALEGRE – SC, com telefone (47) 3632-9665, endereço de e-mail comercial@britadorfragosos.com.br, por meio de seu representante legal, Sr. Neimar Magus Wiggers, portador da carteira de identidade 2.376.028 SSP/SC e do CPF: 003.685.759-93cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 14/2025, cujo objeto é o Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Campo Alegre, 17 de março de 2025

Neimar Magus Wiggers
Sócio - Diretor
003.685.759-93

76 378 793/0001-49
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.
RODOVIA SC-418, 3707,
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

178

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

1. EMPRESA

Razão social: Porto de Areia Fragosos Ltda
Número de registro: 040291-5
Data de aprovação: 10/07/1995
Tipo de registro: Registro Matriz
CNPJ: 76.378.793/0001-49

Endereço de contrato:
Rodovia SC 418, 3707
Bairro: Fragosos
CEP: 89294-000
Cidade: Campo Alegre
Estado: SC
Telefone: (47) 3632-9667

2. CONTRATO SOCIAL

Número da alteração contratual: 13
Data da certificação: 21/12/2021
Capital social atual: R$1.000.000,00 - (um milhão de reais)
Objeto social aprovado junto ao CREA-SC:
Atividades técnicas aprovadas pelo CREA-SC limitada(s) a(s) área(s) de Engenharia de Minas e Engenharia Civil para: Pesquisa, exploração, aproveitamento e Comércio atacadista de jazida minerais em todo Território Nacional;

Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; e Obras de Urbanização - Ruas, Praças e Calçadas.

3. FILIAIS

CNPJ: 76.378.793/0002-20
Razão social: Porto de Areia Fragosos Ltda
Endereço da filial:
Estrada Pedro Dums, 555
Bairro: Alpino
CEP: 89286-826
Cidade: São Bento do Sul
Estado: SC
Telefone: Não consta

4. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Registro: 047884-6
RNP: 2202776931
Nome: Rodrigo Luiz do Carmo Souza
Pedido para anotação: 03/11/2004
Data de validade: Indeterminada
Títulos:
Engenheiro de Minas
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Atribuições do profissional:
Resolucao do confea nr.218, de 29 de junho de 1973,artigo 14,alinea i artigo 4 da resolucao 359/1991 do confea.
Vínculo técnico aprovado em: 12/11/2004
Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

Registro: 166882-3
RNP: 2518872620
Nome: Eduardo Martins Sequeira
Pedido para anotação: 26/08/2021
Data de validade: Indeterminada
Título:
Engenheiro Civil
Atribuições do profissional:
Art.07 da lei 5.194/66 combinado com as atividades dispostas no artigo 05 paragrafo 01 da resolucao 1073/2016 do confea, relacionado as atividades profissionais previstas nos art 28 e 29 do decreto 23.569/33 e art. 07 da resolucao 218/73 do confea, exceto: barragens de terra, gestao de residuos solidos,portos,rios e canais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS (CONT.)

Vínculo técnico aprovado em: 31/08/2021 — Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

Registro: 170191-9 — RNP: 2519114339
Nome: Cleclo Henrique John
Pedido para anotação: 12/12/2022 — Data de validade: Indeterminada
Título:
Engenheiro Civil
Atribuições do profissional:
Art.07 da lei 5.194/66, os art 28 e 29 do decreto 23.569/33,o desempenho das atividades de 01 a 18 ,previstas no artigo 05 do paragrafo 01 da resolucao 1073/2016,combinado com as atividades do artigo 07 da resolucao 218/73,ambas do confea,exceto portos,rios e canais.
Vínculo técnico aprovado em: 14/12/2022 — Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

5. QUADRO TÉCNICO

Empresa sem quadro técnico

6. CERTIDÃO

Certificamos que a pessoa jurídica acima citada, encontra-se devidamente registrada junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.
Este documento perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nele contido e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro ou visto.

Emitida em 15/03/2025 09:31:57, válida até 31/03/2026.

180

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
27308	19/02/2025	19/02/2025	19/05/2025

Dados básicos:

CNPJ :	76.378.793/0001-49
Razão Social :	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Nome fantasia :	FRAGOSOS
Data de abertura :	04/10/1982

Endereço:

logradouro:	RODOVIA SC 418		
N.º:	3707	Complemento:	
Bairro:	FRAGOSOS	Município:	CAMPO ALEGRE
CEP:	89294-000	UF:	SC

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
1-2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
20-2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	SGJYKKB4Z48ULZHF

Data: 11/06/2024 16h14min

Número	Validade
597	10/05/2025

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO 2024

Concedido à
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA CNPJ: 76.378.793/0001-49

Para estabelecer na
Rodovia SC 418, 3707* - Bloco 0 - Apto 0 - Compl. 0 - Bairro FRAGOSOS* - CEP: 89294000

Nome fantasia
PORTO DE AREIA FRAGOSOS L

Atividades
Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
Obras de urbanização ruas, praças e calçadas

Horário de funcionamento

Econômico	Início da atividade	Código de controle	Aviso
352	07/05/1986	CW1CSYY86YCRTKO0	Válido somente com comprovante de pagamento

Fundamentação legal

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Campo Alegre (SC), 11 de Junho de 2024

FROM : RINNERT PHONE NO. : MAR. 17 2008 01:43PM P1

RINNERT & CIA. LTDA.

Rua Bruno Plaster, 51 - Centro
Braço do Trombudo - Santa Catarina
Fone: (47) 3547-0014 - CEP 89178-000
E-mail: rinnert@rinnert.com.br

NOTA FISCAL FATURA Nº 546

SÉRIE 01

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

1ª VIA : ESTINATÁRIO/REMETENTE

DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00.00.00

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA ESTADUAL	CFOP: 5.101	INSCR. ESTAD. DO SUBST. TRIBUTÁRIO:	CNPJ: 05.572.506/0002-70
			INSCRIÇÃO ESTADUAL: 255.122.810

DESTINATÁRIO/REMETENTE

RAZÃO SOCIAL: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.			CNPJ/CPF: 76.378.793/0001-49
ENDEREÇO: ROD. SC-301 KM 139, S/N	BAIRRO/DISTRITO: FRAGOSOS		CEP: 89294-000
MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	FONE/FAX: (47) 3632-9665	UF: SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL: 250.918.773

DATA DA EMISSÃO: 11/03/2008

DATA DA SAÍDA/ENTRADA: 11/03/2008

HORA DA SAÍDA:

FATURA

DESDOBRAMENTO DAS DUPLICATAS

Nº ORDEM	VENCIMENTO	VALOR	Nº ORDEM	VENCIMENTO	VALOR	Nº ORDEM	VENCIMENTO	VALOR

DADOS DO PRODUTO

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	C.F.L.	CST/TRIB.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
37-17	BAL ROD 80T 19.00 x 3.20 S/FOSSO	A	020	PC	130.000,00	30.000,00	17%			0,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
VALOR DO ISS	0,00
TOTAL SERVIÇOS	0,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
15.531,00	2.640,27	0,00	0,00	30.000,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS**	**VALOR TOTAL DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL: ALANCAS RINNERT LTDA	FRETE POR CONTA: 1 - EMITENTE 2 - DESTINATÁRIO: 1	PLACA DO VEÍCULO	UF: SC	CNPJ/CPF: 86.403.003/0001-91	
ENDEREÇO: AV DUQUE DE CAXIAS, 1659	MUNICÍPIO: BRAÇO DO TROMBUDO		UF: SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL: 250264943	
QUANTIDADE:	ESPÉCIE:	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO: 0,000	PESO LÍQUIDO: 0,000

DADOS ADICIONAIS

SU 0000000143 11/03/2008 08:55
las Fiscal A:84 23 30 90
CMS - REDUCAO DA BASE DE CALCULO CFE ART 9o. INCI
O I ANEXO 2 DO RICMS/SC.

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO

BALANÇAS JOINVILLE
Qualidade, Precisão e Confiança

Rua Emilio Landman n° 510, Aventureiro
Joinville/SC
CEP 89226-030
CNPJ 09.563.456-0001/34
Fone/Fax: (47) 3427-5639 - 9 9922 2198
E-mail: balancasjoinville@balancasjoinville.com.br

CALIBRAÇÃO ABNT NBR ISO/IEC 17025
CAL 0851

Certificado de Calibração

Certificado de Calibração n°: **180/25** Revisão: 0
Data da Calibração: 16/02/2025
Data da Emissão: 21/02/2025
Local de Calibração: Solicitante - Pátio

Dados do cliente:

Contratante: Porto de Areia Fragosos Ltda
Endereço: Rod: SC 418 - N°3707 Km 139
Cidade: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina
Orçamento: 2472/25

Solicitante: Porto de Areia Fragosos Ltda
Endereço: Rod: SC 418 - N°3707 Km 139
Cidade: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina

Descrição do instrumento:

Código do cliente: **Bal-01**
Tipo de instrumento: Balança
Fabricante: Digitron
Número de série: 55464/15
Número do INMETRO: 12248286
Capacidade: 80000 kg
Menor divisão: 10 kg
Divisão de Verificação (e): 10 kg
Classe: III

Rastreabilidade:

Código do padrão	Número do certificado	Executante	Validade da calibração
KW - 4	53109/23	Balantec	04/2025
KW - 5	53109/23	Balantec	04/2025

THBJ2 - Termo Higrometro	CAL - 230629/23	ABSI	10/2025
THBJ2 - Barômetro	CAL - 230630/23	ABSI	10/2025

Procedimento de calibração utilizado:

PT-01 - Calibração de Balanças

No resultado de excentricidade, realizam-se medições conforme a capacidade das balanças: até 500 kg (25-35%), de 501 a 3000 kg (15-25%) e acima de 3001 kg (mínimo 10%). No resultado de pesagem, são realizados três ciclos de medição em, no mínimo, cinco pontos de calibração, registrando-se a temperatura ambiente, a umidade relativa do ar e a pressão atmosférica no início e no fim da calibração.

Condições ambientais do ar:

Início		Final	
Temperatura (°C) :	33,8	Temperatura (°C) :	33,9
Umidade Relativa do Ar (%ur) :	72,5	Umidade Relativa do Ar (%ur) :	72,5
Pressão Atmosférica (hPa):	1013,7	Pressão Atmosférica (hPa):	1013,8

Observações:

A Balanças Joinville autoriza a reprodução deste certificado, desde que qualquer cópia apresente seu conteúdo integral.
Os resultados apresentados referem-se exclusivamente ao instrumento submetido à calibração nas condições especificadas, não sendo extensivo a quaisquer lotes, ainda que similares;
Esta calibração não isenta o instrumento do controle metrológico estabelecido na regulamentação metrológica.
SMP = Sistema de Medição Padrão
SMC = Sistema de Medição a Calibrar
Erro = (média do SMC - SMP)
O ajuste ou reparo, quando realizado, não faz parte do escopo de acreditação do laboratório.
$U_{(95\%)}$ = A incerteza expandida de medição relatada é declarada como a incerteza padrão da medição multiplicada pelo fator de abrangência k, de tal forma que a probabilidade de abrangência corresponda a aproximadamente 95%. conforme NIT-DICLA-021.

184

BALANÇAS JOINVILLE
Qualidade, Precisão e Confiança

Rua Emilio Landman n° 510, Aventureiro
Joinville/SC
CEP 89226-030
CNPJ 09.563.456-0001/34
Fone/Fax: (47) 3427-5639 - 9 9922 2198
E-mail: balancasjoinville@balancasjoinville.com.br

CALIBRAÇÃO ABNT NBR ISO/IEC 17025
CAL 0851

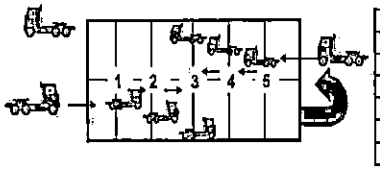
Certificado de calibração n°: 180/25

Dados da calibração:

Valores em quilogramas

Auto Ajuste: Não Realizado

Resultado da excentricidade:



Posição	SMP	SMC	Erro
1	21360	21360	0
2		21360	0
3		21360	0
4		21360	0
5		21360	0
1		21360	0

Resultado da pesagem:

SMP	SMC Média dos Valores Indicados	Erro	Incerteza de Medição	k	Veff
200	200	0	10	2,00	∞
2000	2000	0	10	2,00	∞
4000	4000	0	10	2,00	∞
8000	8000	0	10	2,00	∞
11000	11000	0	10	2,00	∞
21360	21360	0	10	2,00	∞

Gabriel Melo de Souza
Assinado de forma digital por Gabriel Melo de Souza

Gabriel Melo de Souza
Signatário Autorizado

Laboratório de calibração, acreditado pela CGCRE de acordo com a ABNT NBR ISO / IEC 17025, sob o número CAL 0851

Fim do documento.

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO

v1.15.0901

REGISTRO DE MEDIÇÕES

INSTRUMENTO DE PESAGEM NÃO-AUTOMÁTICO

Interessado: (119758) PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.370.793/0001-49
Endereço: ROD. 418 - KM 68
CEP: 89294-000 Telefone: (47) 3632-8665
Bairro: FRAGOSOS Divisão: FRAGOSOS
Município: CAMPO ALEGRE - SC
Data Verificação: 03/10/2023 Marca de Verificação: 565403-4

DADOS DO INSTRUMENTO

BALANÇA

Marca: DIGI-TRON Modelo: UNIVERSAL LINE
Portaria de Aprovação: 062/04
Nº do Inmetro: 12248286 Nº de Série: 55484
Código do Serviço: 0128
Max1: 60000kg e1: 10kg d1: 10kg n1: 6000
Classe de Exatidão: III
Selagens: II2674632-0

SIMBOLOGIA

Para os ensaios constantes neste relatório é utilizada a seguinte simbologia:

- = Carga
- = Indicação
- I Disp = Indicação no Dispositivo
- dL = Carga adicional
- E = Erro
- Eo = Erro calculado em 10e
- Ec = Erro corrigido
- EMA = Erro máximo admissível
- P = Indicação antes do arredondamento do instrumento

INSPEÇÃO GERAL

Tipo: Rodoviária Cursor: Normal
Estado: Bom Escala: Legível
Plataforma: Concreto Divisão de Escala: Regular
Oscilação: Normal Sistema de Trava: Bom

ENSAIOS - Max1

1º ENSAIO DE FIDELIDADE -- 22230kg

	I (kg)	dL (kg)	P (kg)
1	22230	--	--
2	22230	--	--

Divergência Máxima: 0kg
EMA: ±20kg Onde: Diverg.Máx = Imáx - Imín

ENSAIO DE EXCENTRICIDADE

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	22230	22230	--	0	--	+20
2	22230	22220	--	-10	--	+20
3	22230	22240	--	10	--	+20
4	22230	22230	--	0	--	+20
5	22230	22220	--	-10	--	+20
6	22230	22230	--	0	--	+20

Onde: E = I - L Posição das Cargas: 1 2 3
6 5 4

ENSAIO DE PESAGEM

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	500	500	--	0	--	+10
2	1000	1000	--	0	--	+10
3	2000	2000	--	0	--	+10
4	3000	3010	--	10	--	+10
5	4000	4000	--	0	--	+10
6	6000	6000	--	0	--	+20
7	7000	7010	--	10	--	+20
8	8000	8010	--	10	--	+20
9	9000	9010	--	10	--	+20
10	10000	10010	--	10	--	+20
11	9000	9010	--	10	--	+20
12	8000	8010	--	10	--	+20
13	7000	7010	--	10	--	+20
14	6000	6000	--	0	--	+20
15	5000	5000	--	0	--	+10
16	4000	4000	--	0	--	+10
17	3000	3000	--	0	--	+10
18	2000	2000	--	0	--	+10
19	1000	1000	--	0	--	+10
20	500	500	--	0	--	+10

Onde: E = I - L

RESULTADO: 4 - APROVADO

FISCALIZADO/ENSAIADO POR:
FUNCIONÁRIO: Mauro Mendes Da Silva
MATRÍCULA: 6565727

IMETRO – SC - Instituto De Metrologia De Santa Catarina
R. Do Ipiranga, 1791 - CEP:88110-603 - São José - SC

FONE PARA CONTATO: (047) 3433-2623
Acesse: http://www.inmetro.sc.gov.br

Mauro Mendes da Silva
Fiscal Metrológico
Matrícula nº 6565727 / Coletor nº 2183

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA INDUSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO
v1.15.0901

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO - 03/10/2023

DEMONSTRATIVO DE ENSAIO PARA FISCALIZAÇÃO/VERIFICAÇÃO

QUALIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Cod: 119758
Razão Social: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Nome Fantasia: Não Informado
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Endereço: ROD. 418 - KM 68
CEP: 89294-000. Telefone: (47) 3632-9665
Bairro: FRAGOSOS Divisão: FRAGOSOS
Município: CAMPO ALEGRE - SC

FATO GERADOR

INMETRO	SÉRIE	MR.VERF	MARCA	INSTR	RES	VALOR
12240268	55464	605403-4	DIGI-TRON	0128	Aprovado	1.326,20
Selagem: H2574532-0						
12248280				Disp.Adic.		52,04

TOTAL: R$ 1.378,24

Nº GRU: 29410360306106128-6

Notificamos Vossa Senhoria, com fundamento nos arts. 5º, 11 e 11-A, § 1º, da Lei nº 9.933/1999, do lançamento de crédito tributário no valor de R$ 1.378,24, o qual possui como fato gerador o exercício do poder de polícia manifesto na realização das atividades de Metrologia Legal discriminadas neste documento.

O contribuinte deverá efetuar o recolhimento da taxa através da GRU nº 2941036.03.061.06128-6 anexa, até a data de vencimento, sendo-lhe facultado apresentar impugnação, no prazo de 30 (dias), a contar da notificação.

Comunica-se que a ausência de pagamento ou impugnação do débito poderá ensejar inclusão no Cadin (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal), após 75 dias, nos termos da Lei nº 10.522/2002, bem como inscrição em dívida ativa, protesto de título e cobrança judicial.

Hercílio de Oliveira Bez
Diretor de Metrologia – Matrícula 9079162

FISCALIZADO/ENSAIADO POR:

FUNCIONÁRIO: Mauro Mendes Da Silva
MATRÍCULA: 6565727

INMETRO – SC - Instituto De Metrologia De Santa Catarina
R. Do Ferro, 1791 - CEP:88110-603 - São José - SC
FONE PARA CONTATO: (047) 3433-2623
Acesse: http://www.inmetro.sc.gov.br

Mauro Mendes da Silva
Fiscal Metrológico
Matrícula nº 6565727 / Coletor nº 2183.

Consulta de obrigações por situação

G338160338000646025
16/10/2023 06:25:08

16/10/2023 - BANCO DO BRASIL - 06:25:10
323803238 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: PORTO DE AREIA FRAGOSOS L
AGENCIA: 3238-7 CONTA: 6.334-7

BANCO DO BRASIL

00190000090294103603606106128173895120000137824
BENEFICIARIO:
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOG
NOME FANTASIA:
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA QU
CNPJ: 00.662.270/0003-20
PAGADOR:
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.378.793/0001-49

NR. DOCUMENTO	101.601
NOSSO NUMERO	29410360306106128
CONVENIO	02941036
DATA DE VENCIMENTO	23/10/2023
DATA DO PAGAMENTO	16/10/2023
VALOR DO DOCUMENTO	1.378,24
VALOR COBRADO	1.378,24
NR.AUTENTICACAO	4.DF1.020.783.F2E.18F

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00190.00009 02941.036036 06106.128173 8 95120000137824

Local de Pagamento
PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO.

Data de Vencimento
23/10/2023

Nome do Beneficiário / CNPJ / CPF
INMETRO / 00.662.270/0003-20

Agência/Código do Beneficiário
2234-9 / 333.025-7

Data do Documento	Nr.Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento
03/10/2023	2941036.03.061.06128-6	DM	N	03/10/2023

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	017 / 116	R$		

Nosso Número
2941036.03.061.06128

(=) Valor do Documento
1.378,24

Instruções:
ATENÇÃO: Pagável somente a partir de 13/10/2023
NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.
Órgão executor: IMETRO-SC - Instituto de Metrologia de Santa Catarina
*** GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU - COBRANÇA ***

(-) Descontos/Abatimento
****

(+) Juros/Multa
****

(=) Valor Cobrado
1.378,24

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço:
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / 76.378.793/0001-49
RODOVIA 418, - KM 69 - FRAGOSOS
CAMPO ALEGRE - SC, CEP: 89294-000

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

Via do Contribuinte

BANCO DO BRASIL
Data de Vencimento
23/10/2023
Agência/Código do Ben
2234-9 / 333.025-7
Nosso Número
2941036.03.061.06128
(=) Valor do Documento
1.378,24
(-) Descontos/Abatimer
****
(+) Juros/Multa
****
(=) Valor Cobrado
1.378,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 6412/2021

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 6128/2021**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 10.20.00 - Beneficiamento de minerais com cominuição; 42.32.20 - Tancagem aérea autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos.

EMPREENDIMENTO: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / LAVRA DE MONZODIORITO COM BENEFICIAMENTO

Localizada em

ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 660892.25 - UTM Y 7102868.44

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 566035 CÓDIGO: 255551

O original deste documento é eletrônico e foi assinado u[illegible]ndo Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em [illegible]/11/2021 14:17:15
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Nada consta.

Condições de validade

Descrição do empreendimento

Trata-se de renovação de Licença Ambiental de Operação - LAO, para a atividade de lavra a céu aberto com uso de explosivos, como atividade principal, contendo beneficiamento do minério extraído por meio de unidade de britagem e tanque aérea de abastecimento de frota própria com diesel, como atividades secundárias, com localização na Rodovia SC 301, Km 139, nº 3707, Fragosos, município de Campo Alegre. O pit final do empreendimento, bem como a área de extração e a de beneficiamento abrangem uma área de 19.48 ha.

Processo ANM: 815.265.1997 e 815.413/1984;

Reserva Minerável: 21.267.432,35 m³;

Produção anual de ROM: : 171.603,24 m³/ano;

Volume de estéril : 2.126.743,00 m³;

Vida útil: 24 anos;

Detonação: varia de 30 a 60 dias, aproximadamente, realizada por profissionais e empresas habilitados e devidamente regularizada junto ao exército.

Bancadas: cotas de 831 a 892 m, com alturas aproximadas de 14 m, consistindo na formação de taludes e bermas geotecnicamente estaveis.

Usina de britagem: circuito com capacidade para produção de 130 m³/hora de brita;

Uso futuro: após o fechamento da mina uma parte da área poderá ser utilizada para construção de galpões ou depósitos. A empresa também analisa a possibilidade de implantação de outros empreendimentos imobiliários no local, podendo ser conjugado com atividades agropecuárias ou florestais.

OBS: A planta planimétrica contendo as coordenadas da área de mineração/extração, bem como as restrições de uso da área (APP, Reserva Legal e afins), deverá estar anexa à Licença Ambiental e disponível no local de operação da atividade.

Aspectos florestais

O Empreendimento encontra-se na fitofisionomia da Floresta Ombrófila Mista. Há vegetação arbórea remanescente típica desta fisionomia na área contígua a norte e nordeste, dentro das matrículas 28.437 e 17.518.

Reserva legal: Matrícula em área rural: 15.518 - Reserva averbada em cartório na matrícula do imóvel, totalizando 11,1532 ha (20%);

Área de preservação permanente: APP de nascente e de curso hídrico que devem estar fisicamente delimitadas para prevenir intervenções, bem como identificadas. Essas áreas devem permanecer em monitoramento e acompanhamento ambiental.

Espécies ameaçadas: Foram encontrados indivíduos de Dicksonia sellowiana (Xaxim bugio) e Araucaria angustifolia na vegetação remanescente. Houve transplante de Xaxim e plantio de 210 mudas de Araucária como compensação pelo corte de 21 indivíduos.

Credito reposição florestal: 140,2m³

Controles ambientais

1.Sistema de drenagem de águas superficiais;

2. Bacias de decantação, espaçadas ao longo das canaletas de águas pluviais, dimensionadas de acordo com a granulometria e volume do material lavrado;

3.Sistema Separador de Água e Óleo de oficina, rampa de lavação ou de abastecimento. Observar o disposto na Resolução CONAMA 430/11 e na NBR 14063:1998 : Óleos e Graxas - Processos de Tratamento em Efluentes de Mineração.

4.Utilização de material apropriado (lonas ou afins) para recobrir a carga do veículo, evitando mobilização durante seu

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/11/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 6412/2021

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 6128/2021**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 10.20.00 - Beneficiamento de minerais com cominuição; 42.32.20 - Tancagem aérea autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos.

EMPREENDIMENTO: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / LAVRA DE MONZODIORITO COM BENEFICIAMENTO

Localizada em

ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 660892.25 - UTM Y 7102868.44

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 566035 CÓDIGO: 255551

O original deste documento é eletrônico e foi assinado uti[illegible]do Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em [illegible]1/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Nada consta.

Condições de validade

deslocamento, sobretudo para as áreas externas da mineradora.
5.Umectação das vias de acesso, particulares e públicas, pátio de manobra e todas as áreas onde haja circulação do maquinário;
6.Manutenção da cortina vegetal entre o empreendimento e a Rodovia dos Móveis;
7.Uso de pulverizadores de água na britagem, evitando a geração de poeira no processo.
8.Sistema de tratamento de esgoto sanitário por Estação de Tratamento (ETE).

Programas ambientais

1.Programa de Monitoramento Goetécnico das Bancadas;
2.Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial;
3.Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas;
4.Programa de Monitoramento das Emissões Atmosféricas e da Qualidade do Ar;
5.Programa de Monitoramento de Ruído;
6.Programa de Monitoramento da Fauna;
7.Programa de Monitoramento da Efetividade do PRAD;
8.Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
9. Programa de Educação Ambiental.

Medidas compensatórias

As medidas a saber foram solicitadas na LAO anterior:
1.Recuperação de 7.72 hectares com plantio de mudas e 3,5 ha recuperados por regeneração natural, totalizando 11.22 ha em imóvel de matrícula 41.431 no município de Campo Alegre;
2.Compensação pelo corte de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, previsto na Lei 11.428/2006 : 7.77 há averbados na matrícula 41.431 no município de Campo Alegre;
3.Compensação pelo corte de indivíduos de espécies ameaçadas: Foi realizado o plantio de 210 mudas de Araucária na borda da mata remanescente a norte.
4.Compensação pelo SNUC, Lei Federal nº 9.985/2000: Foram cumpridas as obrigações do empreendedor relativas ao pagamento da compensação ambiental no valor de R$ 49.205,00.
Todos estes itens foram cumpridos dentro do VEG específico cujos relatórios demonstrando os cumprimentos já foram apresentados à este Instituto.

Condições específicas

1. Esta licença, **cuja cópia deverá permanecer na mina,** é válida mediante o acompanhamento de Título Autorizativo de Lavra Mineral (Guia de Utilização no regime de autorização de pesquisa, Registro de Licenciamento, Portaria de Lavra ou Registro de Extração), expedida pela ANM;
2. A empresa não poderá autorizar terceiros a realizar a extração de qualquer substância mineral na área titulada, sem a devida anuência prévia junto aos órgãos competentes: ANM e IMA;
3. Deve-se **atender ao disposto no art. 225, parágrafo 2°, da CF/88.** Assim, o minerador é obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com o PRAD apresentado;
4. Os serviços de lavra/recuperação ambiental e monitoramento deverão ser acompanhados por técnicos legalmente habilitados e quaisquer acidentes com danos ambientais devem ser imediatamente remediados e informados ao IMA;
5. Deve-se manter e colocar, quando necessário, sinalização de advertência e proibição em locais visíveis, com objetivo de inibir o acesso de pessoas e prevenir acidentes. Ademais, deve-se manter em perfeitas condições, além dos marcos de concreto, a placa indicativa, na entrada do empreendimento, com as seguintes informações: atividade licenciada, órgão licenciador, nº da licença, nº da ANM e técnico responsável;

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/11/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 6412/2021

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 6128/2021**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 10.20.00 - Beneficiamento de minerais com cominuição; 42.32.20 - Tancagem aérea autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos.

EMPREENDIMENTO: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / LAVRA DE MONZODIORITO COM BENEFICIAMENTO

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 660892.25 - UTM Y 7102868.44

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 566035 CÓDIGO: 255551

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utili[illegible]o Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em [illegible]/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Nada consta.

Condições de validade

6. É proibida a existência de paióis na área do empreendimento;
7. Deve-se garantir os níveis e limites estabelecidos na legislação vigente para vibrações, ruídos e ultralançamentos;
8. A execução dos serviços de detonação (Plano de Fogo) deverá ser realizada por empresa especializada e legalizada no Exército Brasileiro, bem como limitada ao número mínimo de horários determinados para que seja acionada a sirene por tempo suficiente antes da detonação, ficando expressamente proibido os lançamentos de fragmentos (ultralançamentos) fora dos limites de segurança da mina;
9. A rede de comunicação para informar sobre as detonações e os sistemas de alarme para funcionários e moradores devem ser mantidos em perfeitas condições. Os sistemas devem ser acionados antes das detonações de modo a garantir a segurança dos funcionários e da população;
10. As vias de acesso ao local de extração deverão ser umedecidas adequadamente sempre que necessário, para evitar a formação de poeiras;
11. A bacia de sedimentação e o sistema de drenagem, dimensionados conforme projeto, deverão ser desobstruídos periodicamente; 12. Os resíduos sólidos gerados no empreendimento deverão ser depositados em locais apropriados para posterior destinação final ambientalmente adequada, conforme Lei n° 12.305/10;
13. Os lançamentos dos efluentes líquidos devem atender a Resolução CONAMA 430/11 e Lei Estadual 14.675/09, art. 177;
14. O sistema de tratamento do esgoto sanitário deve atender as normas ABNT NBR 7229:1993 e ABNT NBR 13969:1997;
15. O sistema de armazenamento de combustíveis, óleos lubrificantes / hidráulicos e graxas devem estar situados em local devidamente protegido e sinalizado, dispondo de bacia de contenção.
16. Para o sistema Separador de Água e Óleo na existência de oficina, rampa de lavação ou de abastecimento, deve se observar o disposto na Resolução CONAMA 430/11 e na NBR 14063:1998 - Óleos e Graxas - Processos de Tratamento em Efluentes de Mineração. Os resíduos oriundos da limpeza de tais sistemas devem ser destinados como resíduo Classe I;
17. Pulverizadores devem ser usados na britagem de modo a formar uma nuvem de água, evitando a geração de poeira no processo;
18. A atividade deverá operar de modo a assegurar a estabilidade e segurança geotécnica;
19. As atividades de lavra e movimentação de maquinário deverão manter o afastamento dos limites de formações vegetais existentes, de modo a garantir estabilidade geotécnica, bem como impossibilitar intervenção nessas áreas;
20. Áreas de Preservação Permanente, fragmentos de vegetação nativa, bem como indivíduos arbóreos nativos constantes no empreendimento,deverão ser preservados e, ainda, caso se trate de indivíduos exóticos em APP, supressão não pode acontecer sem autorizaçãodo IMA. Ademais, todas as áreas recuperadas e em processo de recuperação devem ser monitoradas para fins de controle de exóticas, replantio e substituição de mudas mortas ou debilitadas e garantia do sucesso da recuperação ambiental.
21. O não cumprimento a Legislação Ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes as sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6514/08;
22. Relatórios técnicos de monitoramento e cumprimento dos controles, programas e condicionantes que constam nesta licença, bem como os demais documentos pertinentes ao processo MIN/28909/CMF, FCEI: 566035, deverão ser anexados ao SGPE IMA 10322/2021.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/11/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

194

D.O.U. 22/12/99
Seção: 1
Página: 33

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 497, de 21 de dezembro de 1999.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.256/97, resolve:

Art. 1º Outorgar à PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, concessão para lavrar DIORITO, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, numa área de 49,18ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 831m, no rumo verdadeiro de 22°41'NE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 26°11'32,9"S e Long. 49°23'41,3"W e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 572m-N, 950m-E, 572m-S, 530m-W, 58m-N, 30m-E, 40m-N, 30m-W, 34m-N, 140m-W, 40m-N, 150m-W, 40m-S, 20m-W, 34m-S, 20m-W, 40m-S, 20m-W, 40m-S, 20m-W, 18m-S, 50m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

RODOLPHO TOURINHO NETO

(Empenho 286/97)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
O presente título minerário encontra-se transcrito no Livro C 42 fl. 114,
em 14/02/2000. Iouvides

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE -COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL/SC - Fabiola Schaffer Branquell - Escrivã de Paz
Rua Benjamin Constant, 744, Centro - CEP 89294-000
(47) 3632-1955 - atendimento@cartoriocampoalegre.com.br
AUTENTICAÇÃO 047301 - Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento original e com a qual conferi e dou fé.
Campo Alegre/SC, 03 de maio de 2021.
Em test. ___ da verdade ANA PAULA MEY SCHIESSL
Emolumentos R$ 4,02 + selo R$ 2,82 = Total R$ 6,84-Selo Digital de Fiscalização - Selo normal GCQ34173-ALJN
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

D.O.U. 22/12/99
Seção 1
Página 33

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 498, de 21 de dezembro de 1999.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.413/84, resolve:

Art. 1º Outorgar à PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA. concessão para lavrar DIORITO, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, numa área de 7,30ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 852m, no rumo verdadeiro de 25°48'NE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 26°11'32,9"S e Long. 49°23'41,3"W e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 18m-N, 20m-E, 40m-N, 20m-E, 40m-N, 20m-E, 34m-N, 20m-E, 40m-N, 150m-E, 40m-S, 140m-E, 34m-S, 30m-E, 40m-S, 30m-W, 130m-S, 260m-W, 30m-N, 50m-W, 28m-N, 40m-W, 14m-N, 20m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

RODOLPHO TOURINHO NETO

(Empenho 286/97)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
O presente título minerário encontra-se
transcrito no Livro C-019 fl. 165
em 14/10/2000. Lourdes

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE - COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL/SC - Estado de Santa Catarina - Escrivã de Paz
Rua Benjamin Constant, 744, Centro - CEP 89285-000
— (47) 3632-1955 - atendimento@cartoriocampoalegre.com.br —
AUTENTICAÇÃO 047301 - Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento original e com a qual confere e dou fé.
Campo Alegre/SC, 03 de maio de 2021.
Em test. (X) da verdade ANA PAULA MEY SCHIESSL
Emolumentos: R$ 4,70 - selo: R$ 2,85 - Total: R$6,84-Selo Digital de Fiscalização / Selo normal GCQ34477-OWEA
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA
CNPJ: 00.506.497/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:32:25 do dia 12/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/09/2025.
Código de controle da certidão: **DBD0.65CB.092E.8585**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=U6j214rb0GonLHCZCORKQg&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05526647900-NILSO WIGGERS|00368575993-NEIMAR MAGUS WIGGERS|05223155939-KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS

DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.

NILSO WIGGERS, brasileiro, nascido em Braço do Norte - SC em 10.12.1942, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, inscrito no CPF sob nº 055.266.479/00, portador da Carteira de Identidade nº 248.559, expedida pela SSP/SC, em 02/07/2019, residente e domiciliado à Rua Alfredo Zipperer, nº 218 — Loteamento Marista – Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89.280-442 e **NEIMAR MAGUS WIGGERS**, brasileiro, nascido em São Bento do Sul/SC, em 24.11.1979, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82 bairro Brasília, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.282-006, portador da carteira de identidade nº 2.376.028, expedida pela SSP/SC, em 26.03.2013 e inscrito no CPF sob nº 003.685.759-93, únicos sócios da sociedade empresária **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Campo Alegre - SC, à Rodovia SC 418, nº 3707, bairro Fragosos, CEP 89.294-000, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49 e NIRE 42200571499, e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0002-20 e NIRE 42901265823, resolvem de comum acordo alterar novamente seu contrato social, conforme cláusulas a seguir:

PRIMEIRA:- Nesta data é admitida na sociedade a sócia **KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 10/01/1986, na cidade de Rio do Campo - SC, residente e domiciliada na cidade de São Bento do Sul-SC, na Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82, bairro Brasília, CEP 89.282-006, portadora da Carteira de Identidade nº 4.406.702, expedida pela SESP-SC, CPF nº 052.231.559-39.

SEGUNDA:- Nesta data retira-se da sociedade, por livre e espontânea vontade, o sócio NILSO WIGGERS, que possui 600.000 (seiscentas mil) quotas de capital social, neste ato, vende a totalidade de suas quotas, pelo valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a nova sócia KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS.

TERCEIRA:- O sócio NEIMAR MAGUS WIGGERS, que possui 400.000 (quatrocentas mil) quotas de capital social, neste ato, vende 390.000 (trezentos e noventa mil) quotas de capital social pelo valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a nova sócia KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS.

QUARTA:- Os sócios dão pela presente plena, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação as quotas vendidas, bem como de todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, declarando nada mais terem a receber ou a reclamar, seja a que título for, nem da sociedade e nem dos cessionários.

QUINTA:- O capital social, que permanece inalterado, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e estará distribuído da seguinte forma:

KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS ...	990.000 quotas no valor total de R$	990.000,00
NEIMAR MAGUS WIGGERS	10.000 quotas no valor total de R$	10.000,00

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

TOTAL ..... 1.000.000 quotas no valor total de R$ 1.000.000,00

Parágrafo Único:- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

SEXTA:- A administração da sociedade será exercida, juntos ou isoladamente, pelos sócios **NEIMAR MAGUS WIGGERS** e **KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, e a eles caberá representar a firma, sempre que lhe for conveniente e necessário, podendo inclusive, através de procuração, nomear outros gerentes, sendo-lhes, portanto, vetado usá-la em qualquer negócio ou ato que não tenha relação com os fins da sociedade, tais como, avais, fianças, abonos ou atos semelhantes.

SÉTIMA:- Todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo e alterações que não foram modificadas pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

OITAVA:- À vista das modificações ora ajustadas, **CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL**, nos termos contidos nas cláusulas a seguir:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ nº 76.378.793/0001-49

NEIMAR MAGUS WIGGERS, brasileiro, nascido em São Bento do Sul/SC, em 24.11.1979, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82 bairro Brasília, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.282-006, portador da carteira de identidade nº 2.376.028, expedida pela SSP/SC, em 26.03.2013 e inscrito no CPF sob nº 003.685.759-93 e **KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 10/01/1986, na cidade de Rio do Campo - SC, residente e domiciliada na cidade de São Bento do Sul-SC, na Rua João Wenceslau Pscheidt, nº 82, bairro Brasília, CEP 89.282-006, portadora da Carteira de Identidade nº 4.406.702, expedida pela SESP-SC, CPF nº 052.231.559-39, únicos sócios da sociedade empresária **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Campo Alegre/SC, à Rodovia SC 418, nº 3707 bairro Fragosos, CEP 89.294-000, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49 e NIRE 42200571499, e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0002-20 e NIRE 42901265823, que se rege pelas cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I
Da denominação, objeto, sede e prazo de duração

PRIMEIRA - A sociedade adota nome empresarial de **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.**

§ 1º – A matriz da sociedade usa como título de estabelecimento **BRITADOR FRAGOSOS.**

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

§ 2° – A filial da sociedade usa como título de estabelecimento **BRITADOR FRAGOSOS DIVISÃO CONCRETO.**

SEGUNDA:- O objeto social da matriz é Pesquisa, exploração, aproveitamento e Comércio atacadista de jazida minerais em todo Território Nacional; A comercialização atacadista de substancias Minerais; Comércio varejista de Materiais de Construção; Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes e Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas.

TERCEIRA:- O objeto social da filial é Preparação de massa e concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; Comércio atacadista de materiais de construção em geral; Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas e Comércio varejista de materiais de construção.

QUARTA:- A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Campo Alegre - SC, a Rodovia SC 418, nº 3707, bairro Fragosos - CEP 89294-000, iniciada suas atividades em 01.09.1982; e filial com endereço na Rua Pedro Dums, nº 555, bairro Alpino, na cidade de São Bento do Sul-SC, CEP 89.286-826, podendo abrir e encerrar filiais, agências, escritórios e sucursais, em qualquer parte do território nacional ou em país estrangeiro e/ou participar de outra sociedade, por deliberação dos sócios, materializada pela maioria dos votos, contados segundo o valor das quotas de cada um e tem duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Quotas

QUINTA:- O capital social de 1.000.000,00 (Um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas, e está distribuído da seguinte forma:

KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS ... 990.000 quotas no valor total de R$ 990.000,00
NEIMAR MAGUS WIGGERS ..... 10.000 quotas no valor total de R$ 10.000,00
TOTAL ..... 1.000.000 quotas no valor total de R$ 1.000.000,00

§ 1°- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2° — Os sócios são obrigados, ao cumprimento da forma e prazo, previsto para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3° — Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

devolvendo-lhe o que houver pagado, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4° - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e a sociedade.

SEXTA: Os sócios participam dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

§ 1° - A sociedade deliberará em reunião de sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei n° 10.406/2002.

§ 2° - Fica a sociedade autorizada a distribuir ou não, antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei n° 10.406/2002.

§ 3° - Os sócios são obrigados a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CAPÍTULO III

Da Administração

SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida, juntos ou isoladamente, pelos sócios **NEIMAR MAGUS WIGGERS e KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS**, e a estes caberá representar a firma, sempre que lhes for conveniente e necessário, podendo inclusive, através de procuração, nomear outros gerentes, sendo-lhes, portanto, vetado usá-la em qualquer negócio ou ato que não tenha relação com os fins da sociedade, tais como, avais, fianças, abonos ou atos semelhantes.

§ 1° - Os administradores têm os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes a gestão da sociedade.

§ 2° - Os administradores receberão um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3° - É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4° - Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5° - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

§ 6° - A sociedade poderá delegar os poderes de administração para terceiros não sócios, observando-se o previsto no art. 1061 da Lei n.10.406/02. Fica facultado aos administradores, nomear procuradores, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores nomeados.

OITAVA — Nos quatro primeiros meses, seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

NONA — As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelos administradores.

§ 1° - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2° - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3° - Dispensam-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4° - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria, que seria objeto dela.

§ 5° - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6° - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CAPÍTULO V

Das Deliberações dos Sócios

DÉCIMA — Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

a) a aprovação das contas da administração;
b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
c) a destituição dos administradores;
d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

e) a modificação do contrato social;
f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
h) o pedido de recuperação judicial.

DÉCIMA PRIMEIRA:

§ 1°— As deliberações dos sócios serão tomadas:

I — pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";

II — pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras 'b", "c", "d" e "h";

III — Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2° - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3° - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CAPÍTULO VI

Retirada, Morte, ou Exclusão de Sócio

DÉCIMA SEGUNDA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ único: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

DÉCIMA TERCEIRA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1° Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2° Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DÉCIMA QUARTA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

§ 1° - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2° - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3° - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4° - Podem os sócios remanescentes suprir os valores das quotas.

DÉCIMA QUINTA: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade, pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após, averbada a resolução da sociedade.

CAPÍTULO VII

Do Exercício Social

DÉCIMA SEXTA: O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1°- Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar, de acordo com a legislação vigente;

§ 2° - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para: a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; b) designar administradores, quando for o caso; c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia; e

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

DÉCIMA SÉTIMA: Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do Livro II da Lei 10.406/2002 — Código Civil.

DÉCIMA OITAVA: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Campo Alegre – SC, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

DÉCIMA NONA: Revogam-se todas as disposições contidas no instrumento contratual primitivo e suas posteriores alterações, passando a sociedade a reger-se somente pelo que está contido neste instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 01(uma) via, para que produza efeitos legais.

Campo Alegre – SC, 20 de Dezembro de 2021.

Nilso Wiggers

Neimar Magus Wiggers

Keila Aparecida Varella Wiggers

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

217275222

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
PROTOCOLO	217275222 - 20/12/2021
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200571499
CNPJ 76.378.793/0001-49
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/12/2021
SOB N: 20217275222

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20217275222

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00368575993 - NEIMAR MAGUS WIGGERS - Assinado em 20/12/2021 às 10:44:30

Cpf: 05223155939 - KEILA APARECIDA VARELLA WIGGERS - Assinado em 20/12/2021 às 10:38:45

Cpf: 05526647900 - NILSO WIGGERS - Assinado em 20/12/2021 às 10:36:26

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 21/12/2021
Certifico o Registro em 21/12/2021 Data dos Efeitos 20/12/2021
Arquivamento 20217275222 Protocolo 217275222 de 20/12/2021 NIRE 42200571499
Nome da empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 344124642597123
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/12/2021Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
76.378.793/0001-49 MATRIZ		04/10/1982

NOME EMPRESARIAL
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BRITADOR FRAGOSOS	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
09.90-4-03 - Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.89-3-01 - Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD SC 418	3707	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.294-000	FRAGOSOS	CAMPO ALEGRE	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
BRITADORFRAGOSOS@UOL.COM.BR	(47) 3632-9665/ (47) 3632-9667

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	06/07/2002

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/03/2025** às **17:12:35** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76.378.793/0001-49
Razão Social: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Endereço: ROD SC 301, KM 139 S/N / FRAGOSOS / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/03/2025 a 02/04/2025

Certificação Número: 2025030402170513847100

Informação obtida em 15/03/2025 09:06:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Certidão nº: 15492495/2025
Expedição: 17/03/2025, às 12:28:49
Validade: 13/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.378.793/0001-49, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.378.793/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:22:58 do dia 13/10/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/04/2025.
Código de controle da certidão: **0528.9554.F83F.5CA3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

210

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA**
CNPJ/CPF: **76.378.793/0001-49**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**240140393638147**
Data de emissão:	**14/12/2024 07:21:59**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	**12/06/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 15/03/2025 09:16:36

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 15/03/2025

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 15/03/2025 10h37min

Número	Validade
800	14/04/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA CNPJ: 76378793000149

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade
	PREGÃO

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Imóvel: 2876 - Inscrição: 02.05.032.01120.0001.0 - Lote 1120 - Quadra 032 - Matrícula 28.438
Endereço: SC 418, S/N - Bairro FRAGOSOS* - CEP 89.294-000

Imóvel: 3406 - Inscrição: 02.05.032.01262.0000.0 - Lote 1262 - Quadra 032
Endereço: SC 418, 3707* - Bairro FRAGOSOS* - Compl. PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA - CEP 89.294-000

Imóvel: 3407 - Inscrição: 02.05.032.01417.0000.0 - Lote 1417 - Quadra 032
Endereço: SC 418, S/N - Bairro FRAGOSOS* - Compl. PORTO DE AREIA FRAGOSOS - CEP 89.294-000

Código de Controle

CW2W4ZL5XVEHD8S1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Campo Alegre (SC), 15 de Março de 2025

212

Número do pedido: 3995298
FOLHA: 1 / 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

CERTIDÃO RECUPERAçãO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 3995298
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Raiz do CNPJ: 76.378.793
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SANTA CATARINA
Município endereço da sede : CAMPO ALEGRE
Endereço da sede : ROD SC 418, 3707 - FRAGOSOS

Certidão emitida às 09:26 de 15/03/2025.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsc.jus.br/download - Solicitado por: Neimar Magus Wiggers - CPF: ***.685.759-** gov.br Ouro

PAVIPLAN
PAVIMENTAÇÃO LTDA.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e efeitos que PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, inscrito no CNPJ 76.378.793/0001-49, situada a Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos – Campo Alegre/SC nos forneceu e fornece os seguintes materiais conforme demanda:

Descrição	Quantidade	Unidade
AREIA DE ROCHA	375,63	TONELADAS
BICA CORRIDA	11.658,97	TONELADAS
BRITA 1	4.098,45	TONELADAS
BRITA 2	2.847,60	TONELADAS
BRITA 3	30	TONELADAS
BRITA 4	96,84	TONELADAS
BRITA GRADUADA PARA BASE	91.671,84	TONELADAS
PEDRA DETONADA	2.286,78	TONELADAS
PEDRA MARROADA. 30 A 50 CM	2.188,41	TONELADAS
PEDRISCO	7.587,73	TONELADAS
PÓ USINADO	57.465,05	TONELADAS
RACHÃO 4"	36.500	TONELADAS
RACHÃO PULMÃO	171,71	TONELADAS
SAIBRO BRITADO (ROCHA ALTERADA)	810,25	TONELADAS

De acordo com as especificações técnicas do produto, quantidades exigidas, prazos de entrega e demais condições de uso.

Sendo o que tínhamos a atestar,

Campo Alegre, 29 de outubro de 2024

Atenciosamente

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLA SCHWARZ DANCINI
Data: 29/10/2024 16:09:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Paviplan Pavimentação Ltda.
Engª Carla Schwarz Dancini / CREA SC 158.820-1

Rua: Anélio, Nicocelli, 1720 - Figueirinha - Fone (47) 3372-1502 - CEP 89270-000 - Cx. Postal 71 - Guaramirim - SC
CNPJ: 03.620.927/0001-12 - Inscr. Est.: 253.992.443 - e-mail: adm.paviplan@terra.com.br

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (47) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – I.E: 250.918.773

ANEXO III
DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 14/2025.
Processo nº 2383/2025.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Alegre, 17 de março de 2025

Neimar Magus Wiggers
Sócio - Diretor
003.685.759-93

76 378 793/0001-49
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.
RODOVIA SC-418, 3707
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos
89.294-000 – CAMPO ALEGRE – SC
Telefone (47) 3632-9665
CNPJ: 76.378.793/0001-49 – I.E: 250.918.773

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Pregão Eletrônico nº 14/2025.
Processo nº 2383/2025.

Pela presente, declaramos que a empresa PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.378.793/0001-49, localizada na Rodovia SC-418, nº 3707 – Fragosos – CAMPO ALEGRE – SC, com telefone (47) 3632-9665, endereço de e-mail comercial@britadorfragosos.com.br, por meio de seu representante legal, Sr. Neimar Magus Wiggers, portador da carteira de identidade 2.376.028 SSP/SC e do CPF: 003.685.759-93cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 14/2025, cujo objeto é o Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Campo Alegre, 17 de março de 2025

Neimar Magus Wiggers
Sócio - Diretor
003.685.759-93

76 378 793/0001-49
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA.
RODOVIA SC-418, 3707
FRAGOSOS - CEP 89294-000
CAMPO ALEGRE - SANTA CATARINA

216

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

1. EMPRESA

Razão social: Porto de Areia Fragosos Ltda
Número de registro: 040291-5
Data de aprovação: 10/07/1995
Tipo de registro: Registro Matriz
CNPJ: 76.378.793/0001-49

Endereço de contrato:
Rodovia SC 418, 3707
Bairro: Fragosos
CEP: 89294-000
Cidade: Campo Alegre
Estado: SC
Telefone: (47) 3632-9667

2. CONTRATO SOCIAL

Número da alteração contratual: 13
Data da certificação: 21/12/2021
Capital social atual: R$1.000.000,00 - (um milhão de reais)
Objeto social aprovado junto ao CREA-SC:
Atividades técnicas aprovadas pelo CREA-SC limitada(s) a(s) área(s) de Engenharia de Minas e Engenharia Civil para: Pesquisa, exploração, aproveitamento e Comércio atacadista de jazida minerais em todo Território Nacional;

Preparação de massa de concreto e argamassa para construção; Serviços especializados para construção; e Obras de Urbanização - Ruas, Praças e Calçadas.

3. FILIAIS

CNPJ: 76.378.793/0002-20
Razão social: Porto de Areia Fragosos Ltda
Endereço da filial:
Estrada Pedro Dums, 555
Bairro: Alpino
CEP: 89286-826
Cidade: São Bento do Sul
Estado: SC
Telefone: Não consta

4. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Registro: 047884-6
RNP: 2202776931
Nome: Rodrigo Luiz do Carmo Souza
Pedido para anotação: 03/11/2004
Data de validade: Indeterminada
Títulos:
Engenheiro de Minas
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Atribuições do profissional:
Resolucao do confea nr.218, de 29 de junho de 1973,artigo 14,alinea I artigo 4 da resolucao 359/1991 do confea.
Vínculo técnico aprovado em: 12/11/2004
Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

Registro: 166882-3
RNP: 2518872620
Nome: Eduardo Martins Sequeira
Pedido para anotação: 26/08/2021
Data de validade: Indeterminada
Título:
Engenheiro Civil
Atribuições do profissional:
Art.07 da lei 5.194/66 combinado com as atividades dispostas no artigo 05 paragrafo 01 da resolucao 1073/2016 do confea, relacionado as atividades profissionais previstas nos art 28 e 29 do decreto 23.569/33 e art. 07 da resolucao 218/73 do confea, exceto: barragens de terra, gestao de residuos solidos,portos,rios e canais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS (CONT.)

Vínculo técnico aprovado em: 31/08/2021 Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

Registro: 170191-9 RNP: 2519114339
Nome: Cleclo Henrique John
Pedido para anotação: 12/12/2022 Data de validade: Indeterminada
Título:
Engenheiro Civil
Atribuições do profissional:
Art.07 da lei 5.194/66, os art 28 e 29 do decreto 23.569/33,o desempenho das atividades de 01 a 18 ,previstas no artigo 05 do paragrafo 01 da resolucao 1073/2016,combinado com as atividades do artigo 07 da resolucao 218/73,ambas do confea,exceto portos,rios e canais.
Vínculo técnico aprovado em: 14/12/2022 Órgão: Não Informado
Filial: Não consta

5. QUADRO TÉCNICO

Empresa sem quadro técnico

6. CERTIDÃO

Certificamos que a pessoa jurídica acima citada, encontra-se devidamente registrada junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.
Este documento perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nele contido e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro ou visto.

Emitida em 15/03/2025 09:31:57, válida até 31/03/2026.

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
27308	19/02/2025	19/02/2025	19/05/2025

Dados básicos:

CNPJ : 76.378.793/0001-49
Razão Social : PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Nome fantasia : FRAGOSOS
Data de abertura : 04/10/1982

Endereço:

logradouro: RODOVIA SC 418
N.º: 3707 Complemento:
Bairro: FRAGOSOS Município: CAMPO ALEGRE
CEP: 89294-000 UF: SC

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
1-2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
20-2	Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais (floresta nativa)

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	SGJYKKB4Z48ULZHF

Data: 11/06/2024 16h14min

Número	Validade
597	10/05/2025

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

ALVARÁ DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO 2024

Concedido à
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA CNPJ: 76.378.793/0001-49

Para estabelecer na
Rodovia SC 418, 3707* - Bloco 0 - Apto 0 - Compl. 0 - Bairro FRAGOSOS* - CEP: 89294000

Nome fantasia
PORTO DE AREIA FRAGOSOS L

Atividades
Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado
Obras de urbanização ruas, praças e calçadas

Horário de funcionamento

Econômico	Início da atividade	Código de controle	Aviso
352	07/05/1986	CW1CSYY86YCRTKO0	Válido somente com comprovante de pagamento

Fundamentação legal

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Campo Alegre (SC), 11 de Junho de 2024

220

FROM : RINNERT PHONE NO. : MAR. 17 2008 01:43PM P1

RINNERT & CIA. LTDA.

Rua Bruno Plaster, 51 - Centro
Braço do Trombudo - Santa Catarina
Fone: (47) 3547-0014 - CEP 89178-000
E-mail: rinnert@rinnert.com.br

NOTA FISCAL FATURA Nº 546

SÉRIE 01

[X] SAÍDA [ ] ENTRADA

1ª VIA DESTINATÁRIO/REMETENTE

CNPJ: 05.572.506/0002-70

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 255.122.810

DATA LIMITE PARA EMISSÃO: 00.00.00

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA ESTADUAL | CFOP: 5.101 | INSCR. ESTAD. DO SUBST. TRIBUTÁRIO:

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA. | CNPJ/CPF: 76.378.793/0001-49 | DATA DA EMISSÃO: 11/03/2008

ENDEREÇO: ROD. SC-301 KM 139, S/N | BAIRRO/DISTRITO: FRAGOSOS | CEP: 89294-000 | DATA DA SAÍDA/ENTRADA: 11/03/2008

MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE | FONE/FAX: (47) 3632-9665 | UF: SC | INSCRIÇÃO ESTADUAL: 250.918.773 | HORA DA SAÍDA:

FATURA:

DESDOBRAMENTO DAS DUPLICATAS

Nº ORDEM	VENCIMENTO	VALOR	Nº ORDEM	VENCIMENTO	VALOR	Nº ORDEM	VENCIMENTO	VALOR

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	C.F.O.	CST/TRIB	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR DO IPI
27-17	BAL ROD 80T 19.00 x 3.20 S/FOSSO	A	020	PC	130.000,00	30.000,00		17%		0,00

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

VALOR DO ISS: 0,00

TOTAL SERVIÇOS: 0,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
15.531,00	2.640,27	0,00	0,00	30.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESP. ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL: BALANCAS RINNERT LTDA | FRETE POR CONTA (1 - EMITENTE, 2 - DESTINATÁRIO): 1 | PLACA DO VEÍCULO: | UF: SC | CNPJ/CPF: 86.403.003/0001-91

ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS, 1659 | MUNICÍPIO: BRAÇO DO TROMBUDO | UF: SC | INSCRIÇÃO ESTADUAL: 250264943

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
				0,000	0,000

DADOS ADICIONAIS

SU 0000000143 11/03/2008 08:55
lão Fiscal A:84 23 30 90
CMS - REDUCAO DA BASE DE CALCULO CFE ART 9o. INCI
O I ANEXO 2 DO RICMS/SC.

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO:

B | J BALANÇAS JOINVILLE
Qualidade, Precisão e Confiança

Rua Emilio Landman nº 510, Aventureiro
Joinville/SC
CEP 89226-030
CNPJ 09.563.456-0001/34
Fone/Fax: (47) 3427-5639 - 9 9922 2198
E-mail: balancasjoinville@balancasjoinville.com.br

CALIBRAÇÃO ABNT NBR ISO/IEC 17025
CAL 0851

Certificado de Calibração

Certificado de Calibração nº: **180/25** Revisão: 0
Data da Calibração: 16/02/2025
Data da Emissão: 21/02/2025
Local de Calibração: Solicitante - Pátio

Dados do cliente:

Contratante: Porto de Areia Fragosos Ltda
Endereço: Rod: SC 418 - Nº3707 Km 139
Cidade: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina
Orçamento: 2472/25

Solicitante: Porto de Areia Fragosos Ltda
Endereço: Rod: SC 418 - Nº3707 Km 139
Cidade: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina

Descrição do instrumento:

Código do cliente: **Bal-01**
Tipo de instrumento: Balança
Fabricante: Digitron
Número de série: 55464/15
Número do INMETRO: 12248286
Capacidade: 80000 kg
Menor divisão: 10 kg
Divisão de Verificação (e): 10 kg
Classe: III

Rastreabilidade:

Código do padrão	Número do certificado	Executante	Validade da calibração
KW - 4	53109/23	Balantec	04/2025
KW - 5	53109/23	Balantec	04/2025

THBJ2 - Termo Higrometro	CAL - 230629/23	ABSI	10/2025
THBJ2 - Barômetro	CAL - 230630/23	ABSI	10/2025

Procedimento de calibração utilizado:

PT-01 - Calibração de Balanças

No resultado de excentricidade, realizam-se medições conforme a capacidade das balanças: até 500 kg (25-35%), de 501 a 3000 kg (15-25%) e acima de 3001 kg (mínimo 10%). No resultado de pesagem, são realizados três ciclos de medição em, no mínimo, cinco pontos de calibração, registrando-se a temperatura ambiente, a umidade relativa do ar e a pressão atmosférica no início e no fim da calibração.

Condições ambientais do ar:

Início		Final	
Temperatura (°C) :	33,8	Temperatura (°C) :	33,9
Umidade Relativa do Ar (%ur) :	72,5	Umidade Relativa do Ar (%ur) :	72,5
Pressão Atmosférica (hPa):	1013,7	Pressão Atmosférica (hPa):	1013,8

Observações:

A Balanças Joinville autoriza a reprodução deste certificado, desde que qualquer cópia apresente seu conteúdo integral.
Os resultados apresentados referem-se exclusivamente ao instrumento submetido à calibração nas condições especificadas, não sendo extensivo a quaisquer lotes, ainda que similares;
Esta calibração não isenta o instrumento do controle metrológico estabelecido na regulamentação metrológica.
SMP = Sistema de Medição Padrão
SMC = Sistema de Medição a Calibrar
Erro = (média do SMC - SMP)
O ajuste ou reparo, quando realizado, não faz parte do escopo de acreditação do laboratório.
$U_{(95\%)}$ = A incerteza expandida de medição relatada é declarada como a incerteza padrão da medição multiplicada pelo fator de abrangência k, de tal forma que a probabilidade de abrangência corresponda a aproximadamente 95%, conforme NIT-DICLA-021.

222

BALANÇAS JOINVILLE
Qualidade, Precisão e Confiança

Rua Emilio Landman n° 510, Aventureiro
Joinville/SC
CEP 89226-030
CNPJ 09.563.456-0001/34
Fone/Fax: (47) 3427-5639 - 9 9922 2198
E-mail: balancasjoinville@balancasjoinville.com.br

CALIBRAÇÃO ABNT NBR ISO/IEC 17025
CAL 0851

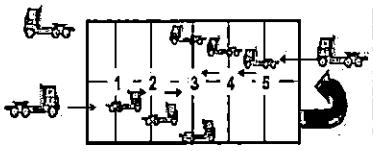
Certificado de calibração n°: 180/25

Dados da calibração:

Valores em quilogramas

Auto Ajuste: Não Realizado

Resultado da excentricidade:



Posição	SMP	SMC	Erro
1	21360	21360	0
2		21360	0
3		21360	0
4		21360	0
5		21360	0
1		21360	0

Resultado da pesagem:

SMP	SMC Média dos Valores Indicados	Erro	Incerteza de Medição	k	Veff
200	200	0	10	2,00	∞
2000	2000	0	10	2,00	∞
4000	4000	0	10	2,00	∞
8000	8000	0	10	2,00	∞
11000	11000	0	10	2,00	∞
21360	21360	0	10	2,00	∞

Gabriel Melo de Souza

Assinado de forma digital por Gabriel Melo de Souza

Gabriel Melo de Souza

Gabriel Melo de Souza
Signatário Autorizado

Laboratório de calibração, acreditado pela CGCRE de acordo com a ABNT NBR ISO / IEC 17025, sob o número CAL 0851

Fim do documento.

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO

v1.15.0901

REGISTRO DE MEDIÇÕES

INSTRUMENTO DE PESAGEM NÃO-AUTOMÁTICO

Interessado: (119758) PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Endereço: ROD. 418 - KM 68
CEP: 89294-000 Telefone: (47) 3632-9665
Bairro: FRAGOSOS Divisão: FRAGOSOS
Município: CAMPO ALEGRE - SC
Data Verificação: 03/10/2023 Marca de Verificação: 565403-4

DADOS DO INSTRUMENTO

BALANÇA
Marca: DIGI-TRON Modelo: UNIVERSAL LINE
Portaria de Aprovação: 062/04
Nº do Inmetro: 12249286 Nº de Série: 55464
Código do Serviço: 0128
Max1: 60000kg e1: 10kg d1: 10kg n1: 6000
Classe de Exatidão: III
Selagens: II2674532-0

SIMBOLOGIA
Para os ensaios constantes neste relatório é utilizada a seguinte simbologia:
L = Carga Eo = Erro calculado em 10e
I = Indicação Ec = Erro corrigido
I Disp = Indicação no Dispositivo EMA = Erro máximo admissível
dL = Carga adicional P = Indicação antes do arredondamento da instrumento
E = Erro

INSPEÇÃO GERAL

Tipo: Rodoferia Cursor: Normal
Estado: Bom Escala: Legível
Plataforma: Concreto Divisão de Escala: Regular
Oscilação: Normal Sistema de Trava: Bom

ENSAIOS - Max1

1º ENSAIO DE FIDELIDADE – 22230kg

	L (kg)	dL (kg)	P (kg)
1	22230	--	--
2	22230	--	--

Divergência Máxima: 0kg
EMA: ±20kg Onde: Diverg.Max = Imax - Imin

ENSAIO DE EXCENTRICIDADE

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	22230	22230	--	0	--	±20
2	22230	22220	--	-10	--	±20
3	22230	22240	--	10	--	±20
4	22230	22230	--	0	--	±20
5	22230	22220	--	-10	--	±20
6	22230	22230	--	0	--	±20

Onde: E = I - L Posição das Cargas: 1 2 3
6 5 4

ENSAIO DE PESAGEM

	L (kg)	I (kg)	dL (kg)	E (kg)	Ec (kg)	EMA (kg)
1	500	500	--	0	--	±10
2	1000	1000	--	0	--	±10
3	2000	2000	--	0	--	±10
4	3000	3010	--	10	--	±10
5	4000	4000	--	0	--	±10
6	6000	6000	--	0	--	±20
7	7000	7010	--	10	--	±20
8	8000	8010	--	10	--	±20
9	9000	9010	--	10	--	±20
10	10800	10810	--	10	--	±20
11	9000	9010	--	10	--	±20
12	8000	8010	--	10	--	±20
13	7000	7010	--	10	--	±20
14	6000	6000	--	0	--	±20
15	5000	5000	--	0	--	±10
16	4000	4000	--	0	--	±10
17	3000	3000	--	0	--	±10
18	2000	2000	--	0	--	±10
19	1000	1000	--	0	--	±10
20	500	500	--	0	--	±10

Onde: E = I - L

RESULTADO: 4 - APROVADO

FISCALIZADO/ENSAIADO POR:
FUNCIONÁRIO: Mauro Mendes Da Silva
MATRÍCULA: 6565727

IMETRO – SC - Instituto De Metrologia De Santa Catarina
R. Do Iano, 1791 - CEP:88110-603 - São José - SC

FONE PARA CONTATO: (047) 3433-2623
Acesse: http://www.imetro.sc.gov.br

Mauro Mendes da Silva
Fiscal Metrológico
Matrícula nº 6565727 / Coletor nº 2183

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO
v1.15.0901

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO - 03/10/2023

DEMONSTRATIVO DE ENSAIO PARA FISCALIZAÇÃO/VERIFICAÇÃO

QUALIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Cod: 119758
Razão Social: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Nome Fantasia: Não Informado
CNPJ: 76.378.793/0001-49
Endereço: ROD. 418 - KM 68
CEP: 89294-000 Telefone: (47) 3632-9665
Bairro: FRAGOSOS Divisão: FRAGOSOS
Município: CAMPO ALEGRE - SC

FATO GERADOR

INMETRO	SÉRIE	MR.VERF	MARCA	INSTR	RES	VALOR
12248288	55464	665403-4	DIGI-TRON	0128	Aprovado	1.326,20
Selagem: H2674532-0						
12248286				Disp.Adic.		52,04

TOTAL: R$ 1.378,24

Nº GRU: 29410360306106128-6

Notificamos Vossa Senhoria, com fundamento nos arts. 5º, 11 e 11-A, § 1º, da Lei nº 9.933/1999, do lançamento de crédito tributário no valor de R$ 1.378,24; o qual possui como fato gerador o exercício do poder de polícia manifesto na realização das atividades de Metrologia Legal discriminadas neste documento.

O contribuinte deverá efetuar o recolhimento da taxa através da GRU nº 29410360306106128-6 anexa; até a data de vencimento, sendo-lhe facultado apresentar impugnação, no prazo de 30 (dias), a contar da notificação.

Comunica-se que a ausência de pagamento ou impugnação do débito poderá ensejar inclusão no Cadin (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal), após 75 dias, nos termos da Lei nº 10.522/2002, bem como inscrição em dívida ativa, protesto de título e cobrança judicial.

Hercílio de Oliveira Bez
Diretor de Metrologia – Matrícula 9679162

FISCALIZADO/ENSAIADO POR:

FUNCIONÁRIO: Mauro Mendes Da Silva
MATRÍCULA: 6565727

IMETRO – SC - Instituto De Metrologia De Santa Catarina
R. Do Ipiranga, 1791 - CEP:88110-603 - São José - SC

FONE PARA CONTATO: (047) 3433-2623
Acesse: http://www.inmetro.sc.gov.br

Mauro Mendes da Silva
Fiscal Metrológico
Matrícula nº 6565727 / Colotor nº 2183

Consulta de obrigações por situação

G338160338000645025
16/10/2023 06:25:08

16/10/2023 - BANCO DO BRASIL - 06:25:10
323803238 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: PORTO DE AREIA FRAGOSOS L
AGENCIA: 3238-7 CONTA: 6.334-7

BANCO DO BRASIL

00190000090294103603606106128173895120000137824
BENEFICIARIO:
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOG
NOME FANTASIA:
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA QU
CNPJ: 00.662.270/0003-20
PAGADOR:
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
CNPJ: 76.378.793/0001-49

NR. DOCUMENTO	101.601
NOSSO NUMERO	29410360306106128
CONVENIO	02941036
DATA DE VENCIMENTO	23/10/2023
DATA DO PAGAMENTO	16/10/2023
VALOR DO DOCUMENTO	1.378,24
VALOR COBRADO	1.378,24
NR.AUTENTICACAO	4.DF1.020.783.F2E.18F

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes,cancelamento de cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00190.00009 02941.036036 06106.128173 8 95120000137824

Local de Pagamento
PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO.

Data de Vencimento
23/10/2023

Nome do Beneficiário / CNPJ / CPF
INMETRO / 00.662.270/0003-20

Agência/Código do Beneficiário
2234-9 / 333.025-7

Data do Documento	Nr.Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento
03/10/2023	2941036.03.061.06128-6	DM	N	03/10/2023

Nosso Número
2941036.03.061.06128

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor
	017 / 110	R$		

(=) Valor do Documento
1.378,24

Instruções:
ATENÇÃO: Pagável somente a partir de 13/10/2023
NÃO RECEBER APOS O VENCIMENTO.
Orgão executor: IMETRO-SC - Instituto de Metrologia de Santa Catarina
*** GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU - COBRANÇA ***

(-) Descontos/Abatimento
****

(+) Juros/Multa
****

(=) Valor Cobrado
1.378,24

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço:
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / 76.378.793/0001-49
RODOVIA 418, - KM 68 - FRAGOSOS
CAMPO ALEGRE - SC, CEP: 89294-000

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

Via do Contribuinte

BANCO DO BRASIL
Data de Vencimento
23/10/2023
Agência/Código do Ben
2234-9 / 333.025-7
Nosso Número
2941036.03.061.06128-
(=) Valor do Document
1.378,24
(-) Descontos/Abatimer
****
(+) Juros/Multa
****
(=) Valor Cobrado
1.378,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 6412/2021

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 6128/2021**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 10.20.00 - Beneficiamento de minerais com cominuição; 42.32.20 - Tancagem aérea autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos.

EMPREENDIMENTO: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / LAVRA DE MONZODIORITO COM BENEFICIAMENTO

Localizada em

ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 660892.25 - UTM Y 7102868.44

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 566035 CÓDIGO: 255551

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em [redacted]021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Nada consta.

Condições de validade

Descrição do empreendimento
Trata-se de renovação de Licença Ambiental de Operação - LAO, para a atividade de lavra a céu aberto com uso de explosivos, como atividade principal, contendo beneficiamento do minério extraído por meio de unidade de britagem e tanque aérea de abastecimento de frota própria com diesel, como atividades secundárias, com localização na Rodovia SC 301, Km 139, nº 3707, Fragosos, município de Campo Alegre. O pit final do empreendimento, bem como a área de extração e a de beneficiamento abrangem uma área de 19.48 ha.
Processo ANM: 815.265.1997 e 815.413/1984;
Reserva Minerável: 21.267.432,35 m³;
Produção anual de ROM: : 171.603,24 m³/ano;
Volume de estéril : 2.126.743,00 m³;
Vida útil: 24 anos;
Detonação: varia de 30 a 60 dias, aproximadamente, realizada por profissionais e empresas habilitados e devidamente regularizada junto ao exército.
Bancadas: cotas de 831 a 892 m, com alturas aproximadas de 14 m, consistindo na formação de taludes e bermas geotecnicamente estaveis.
Usina de britagem: circuito com capacidade para produção de 130 m³/hora de brita;
Uso futuro: após o fechamento da mina uma parte da área poderá ser utilizada para construção de galpões ou depósitos. A empresa também analisa a possibilidade de implantação de outros empreendimentos imobiliários no local, podendo ser conjugado com atividades agropecuárias ou florestais.
OBS: A planta planimétrica contendo as coordenadas da área de mineração/extração, bem como as restrições de uso da área (APP, Reserva Legal e afins), deverá estar anexa à Licença Ambiental e disponível no local de operação da atividade.
Aspectos florestais
O Empreendimento encontra-se na fitofisionomia da Floresta Ombrófila Mista. Há vegetação arbórea remanescente típica desta fisionomia na área contígua a norte e nordeste, dentro das matrículas 28.437 e 17.518.
Reserva legal: Matrícula em área rural: 15.518 - Reserva averbada em cartório na matrícula do imóvel, totalizando 11,1532 ha (20%);
Área de preservação permanente: APP de nascente e de curso hídrico que devem estar fisicamente delimitadas para prevenir intervenções, bem como identificadas. Essas áreas devem permanecer em monitoramento e acompanhamento ambiental.
Espécies ameaçadas: Foram encontrados indivíduos de Dicksonia sellowiana (Xaxim bugio) e Araucaria angustifolia na vegetação remanescente. Houve transplante de Xaxim e plantio de 210 mudas de Araucária como compensação pelo corte de 21 indivíduos.
Credito reposição florestal: 140.2m³
Controles ambientais
1.Sistema de drenagem de águas superficiais;
2. Bacias de decantação, espaçadas ao longo das canaletas de águas pluviais, dimensionadas de acordo com a granulometria e volume do material lavrado;
3.Sistema Separador de Água e Óleo de oficina, rampa de lavação ou de abastecimento. Observar o disposto na Resolução CONAMA 430/11 e na NBR 14063:1998 : Óleos e Graxas - Processos de Tratamento em Efluentes de Mineração.
4.Utilização de material apropriado (lonas ou afins) para recobrir a carga do veículo, evitando mobilização durante seu

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/11/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

228

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
N° 6412/2021

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 6128/2021**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO: RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 10.20.00 - Beneficiamento de minerais com cominuição; 42.32.20 - Tancagem aérea autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos.

EMPREENDIMENTO: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / LAVRA DE MONZODIORITO COM BENEFICIAMENTO

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,			
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 660892.25 - UTM Y 7102868.44			

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 566035 CÓDIGO: 255551

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/1 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Nada consta.

Condições de validade

deslocamento, sobretudo para as áreas externas da mineradora.
5.Umectação das vias de acesso, particulares e públicas, pátio de manobra e todas as áreas onde haja circulação do maquinário;
6.Manutenção da cortina vegetal entre o empreendimento e a Rodovia dos Móveis;
7.Uso de pulverizadores de água na britagem, evitando a geração de poeira no processo.
8.Sistema de tratamento de esgoto sanitário por Estação de Tratamento (ETE).

Programas ambientais

1.Programa de Monitoramento Goetécnico das Bancadas;
2.Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial;
3.Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas;
4.Programa de Monitoramento das Emissões Atmosféricas e da Qualidade do Ar;
5.Programa de Monitoramento de Ruído;
6.Programa de Monitoramento da Fauna;
7.Programa de Monitoramento da Efetividade do PRAD;
8.Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
9. Programa de Educação Ambiental.

Medidas compensatórias

As medidas a saber foram solicitadas na LAO anterior:
1.Recuperação de 7.72 hectares com plantio de mudas e 3,5 ha recuperados por regeneração natural, totalizando 11.22 ha em imóvel de matrícula 41.431 no município de Campo Alegre;
2.Compensação pelo corte de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, previsto na Lei 11.428/2006 : 7.77 há averbados na matrícula 41.431 no município de Campo Alegre;
3.Compensação pelo corte de indivíduos de espécies ameaçadas: Foi realizado o plantio de 210 mudas de Araucária na borda da mata remanescente a norte.
4.Compensação pelo SNUC, Lei Federal nº 9.985/2000: Foram cumpridas as obrigações do empreendedor relativas ao pagamento da compensação ambiental no valor de R$ 49.205,00.
Todos estes itens foram cumpridos dentro do VEG específico cujos relatórios demonstrando os cumprimentos já foram apresentados à este Instituto.

Condições específicas

1. Esta licença, **cuja cópia deverá permanecer na mina,** é válida mediante o acompanhamento de Título Autorizativo de Lavra Mineral (Guia de Utilização no regime de autorização de pesquisa, Registro de Licenciamento, Portaria de Lavra ou Registro de Extração), expedida pela ANM;
2. A empresa não poderá autorizar terceiros a realizar a extração de qualquer substância mineral na área titulada, sem a devida anuência prévia junto aos órgãos competentes: ANM e IMA;
3. Deve-se **atender ao disposto no art. 225, parágrafo 2°, da CF/88**. Assim, o minerador é obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com o PRAD apresentado;
4. Os serviços de lavra/recuperação ambiental e monitoramento deverão ser acompanhados por técnicos legalmente habilitados e quaisquer acidentes com danos ambientais devem ser imediatamente remediados e informados ao IMA;
5. Deve-se manter e colocar, quando necessário, sinalização de advertência e proibição em locais visíveis, com objetivo de inibir o acesso de pessoas e prevenir acidentes. Ademais, deve-se manter em perfeitas condições, além dos marcos de concreto, a placa indicativa, na entrada do empreendimento, com as seguintes informações: atividade licenciada, órgão licenciador, nº da licença, nº da ANM e técnico responsável;

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/11/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

230

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
Nº 6412/2021

O **Instituto do Meio Ambiente - IMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7° da Lei Estadual N° 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental n° MIN/28909/CMF e **parecer técnico n° 6128/2021**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA		
ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	76.378.793/0001-49		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 10.20.00 - Beneficiamento de minerais com cominuição; 42.32.20 - Tancagem aérea autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos.

EMPREENDIMENTO: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA / LAVRA DE MONZODIORITO COM BENEFICIAMENTO

Localizada em

ENDEREÇO:	RODOVIA SC 418 - KM 139, 3707, FRAGOSOS,		
CEP:	89294-000	MUNICÍPIO: CAMPO ALEGRE	ESTADO: SC

COORDENADA PLANA: UTM X 660892.25 - UTM Y 7102868.44

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.

Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 566035 CÓDIGO: 255551

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/1[illegible]021 14:17:15
conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

Documentos em anexo

Nada consta.

Condições de validade

6. É proibida a existência de paióis na área do empreendimento;
7. Deve-se garantir os níveis e limites estabelecidos na legislação vigente para vibrações, ruídos e ultralançamentos;
8. A execução dos serviços de detonação (Plano de Fogo) deverá ser realizada por empresa especializada e legalizada no Exército Brasileiro, bem como limitada ao número mínimo de horários determinados para que seja acionada a sirene por tempo suficiente antes da detonação, ficando expressamente proibido os lançamentos de fragmentos (ultralançamentos) fora dos limites de segurança da mina;
9. A rede de comunicação para informar sobre as detonações e os sistemas de alarme para funcionários e moradores devem ser mantidos em perfeitas condições. Os sistemas devem ser acionados antes das detonações de modo a garantir a segurança dos funcionários e da população;
10. As vias de acesso ao local de extração deverão ser umedecidas adequadamente sempre que necessário, para evitar a formação de poeiras;
11. A bacia de sedimentação e o sistema de drenagem, dimensionados conforme projeto, deverão ser desobstruídos periodicamente; 12. Os resíduos sólidos gerados no empreendimento deverão ser depositados em locais apropriados para posterior destinação final ambientalmente adequada, conforme Lei n° 12.305/10;
13. Os lançamentos dos efluentes líquidos devem atender a Resolução CONAMA 430/11 e Lei Estadual 14.675/09, art. 177;
14. O sistema de tratamento do esgoto sanitário deve atender as normas ABNT NBR 7229:1993 e ABNT NBR 13969:1997;
15. O sistema de armazenamento de combustíveis, óleos lubrificantes / hidráulicos e graxas devem estar situados em local devidamente protegido e sinalizado, dispondo de bacia de contenção.
16. Para o sistema Separador de Água e Óleo na existência de oficina, rampa de lavação ou de abastecimento, deve se observar o disposto na Resolução CONAMA 430/11 e na NBR 14063:1998 - Óleos e Graxas - Processos de Tratamento em Efluentes de Mineração. Os resíduos oriundos da limpeza de tais sistemas devem ser destinados como resíduo Classe I;
17. Pulverizadores devem ser usados na britagem de modo a formar uma nuvem de água, evitando a geração de poeira no processo;
18. A atividade deverá operar de modo a assegurar a estabilidade e segurança geotécnica;
19. As atividades de lavra e movimentação de maquinário deverão manter o afastamento dos limites de formações vegetais existentes, de modo a garantir estabilidade geotécnica, bem como impossibilitar intervenção nessas áreas;
20. Áreas de Preservação Permanente, fragmentos de vegetação nativa, bem como indivíduos arbóreos nativos constantes no empreendimento,deverão ser preservados e, ainda, caso se trate de indivíduos exóticos em APP, supressão não pode acontecer sem autorizaçãodo IMA. Ademais, todas as áreas recuperadas e em processo de recuperação devem ser monitoradas para fins de controle de exóticas, replantio e substituição de mudas mortas ou debilitadas e garantia do sucesso da recuperação ambiental.
21. O não cumprimento a Legislação Ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes as sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6514/08;
22. Relatórios técnicos de monitoramento e cumprimento dos controles, programas e condicionantes que constam nesta licença, bem como os demais documentos pertinentes ao processo MIN/28909/CMF, FCEI: 566035, deverão ser anexados ao SGPE IMA 10322/2021.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
V. De acordo com o artigo 40; Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital IMA por Daniel Vinicius Netto em 17/11/2021 14:17:15 conforme portaria FATMA Nº 135/2017.

232

Data: 22/12/99
Seção: 1
Pág'na: 33

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 497, de 21 de dezembro de 1999.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.256/97, resolve:

Art. 1º Outorgar à PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, concessão para lavrar DIORITO, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, numa área de 49,18ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 831m, no rumo verdadeiro de 22°41'NE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 26°11'32,9"S e Long. 49°23'41,3"W e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 572m-N, 950m-E, 572m-S, 530m-W, 58m-N, 30m-E, 40m-N, 30m-W, 34m-N, 140m-W, 40m-N, 150m-W, 40m-S, 20m-W, 34m-S, 20m-W, 40m-S, 20m-W, 40m-S, 20m-W, 18m-S, 50m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

RODOLPHO TOURINHO NETO

(Empenho 286/97)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
O presente título minerário encontra-se transcrito no Livro C-43 fl. 114, em 14/01/2000. Lourdes

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE -COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL/SC - Fabiola Schaffer Brunquell - Escrivã de Paz
Rua Benjamin Constant, 744, Centro - CEP 89294-000
— (47) 3632-1955 - atendimento@cartorionocampoalegre.com.br —
AUTENTICAÇÃO 047301 - Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento original e com a qual confere e dou fé.
Campo Alegre/SC, 03 de maio de 2021.
Em test. da verdade ANA PAULA MEY ...
SCHIESSL
Emolumentos: R$ 4,02 + selo: R$ 2,82 – Total: R$6,84-Selo Digital de Fiscalização - Selo normal GCQ34173-ALJN
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

D.O.U. 22/12/99
Seção: 1
Página: 33

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 498, de 21 de dezembro de 1999.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.413/84, resolve:

Art. 1º Outorgar à PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, concessão para lavrar DIORITO, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, numa área de 7,30ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 852m, no rumo verdadeiro de 25°48'NE, do ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 26°11'32,9"S e Long. 49°23'41,3"W e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 18m-N, 20m-E, 40m-N, 20m-E, 40m-N, 20m-E, 34m-N, 20m-E, 40m-N, 150m-E, 40m-S, 140m-E, 34m-S, 30m-E, 40m-S, 30m-W, 130m-S, 260m-W, 30m-N, 50m-W, 28m-N, 40m-W, 14m-N, 20m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

RODOLPHO TOURINHO NETO

(Empenho 286/97)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
O presente título minerário encontra-se
transcrito no Livro C-019 fl. 225
em 12/04/2000. Lourdes

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE - COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL/SC - Fabiola Schaffer Brunetta - Escrivã de Paz
Rua Benjamin Constant, 744, Centro - CEP 89294-000
— (47) 3632-1955 - atendimento@cartonocampoalegre.com.br —
AUTENTICAÇÃO 047301 - Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento original e com a qual confere e dou fé.
Campo Alegre/SC, 03 de maio de 2021.
Em test. ( ) da verdade ANA PAULA MEY SCHIESSL
Emolumentos: R$ 4,04 - selo: R$ 2,60 - Total R$6,84 Selo Digital de Fiscalização - Selo normal GCQ34177-OWEA
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

MINERAÇÃO GAI LTDA

CNPJ 22.444.413/0001-06 – NIRE 412.111.0229-0

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento de alteração de contrato social, Karine Aparecida Senra Gai, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheira, natural de Curitiba, PR, nascida em 19/08/1991, residente à Rua Angelo Gai nº 90, Umbará, Curitiba, PR, CEP 81940-340, portadora da carteira de identidade nº 8.498.687-9-SSP/PR, e CPF nº 048.912.779-71, única sócia da sociedade empresaria limitada unipessoal registrada sob o nome empresarial de Mineração Gai Ltda, com sede e foro a Rua Julia Huga Maria Negrello nº 141, casa 01, Umbará, Curitiba, PR, CEP 81930-576, com contrato social registrado na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.111.0229-0 em 25/10/2022, CNPJ nº 22.444.413/0001-06, resolve alterar seu contrato social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente instrumento de alteração de contrato social, todos os sócios e administradores dispensam a elaboração de assembléia ou reunião para a deliberação das modificações de contrato social ora registradas, bem como sua convocação e registro, por serem todas as alterações previamente discutidas de comum acordo entre todos os contratantes, inclusive das opções ao direito de preferência, prazos e valores na subscrição e transferencia de quotas de capital, e nomeação de administradores, cumprindo este instrumento de alteração contratual devidamente registrado no órgão competente, sua função comercial e societária.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ingressa pelo presente instrumento na sociedade, Eduardo Gai, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresario, natural de Mandirituba, PR, nascido em 03/07/1992, residente à Rua Julia Huga Maria Negrello nº 141, sobrado 02, Umbará, Curitiba, PR, CEP 81930-576, portador da carteira de identidade nº 8.720.623-8-SSP/PR e CPF nº 059.200.019-25.

Parágrafo primeiro: O sócio Karine Aparecida Senra Gai, que possuía 100,00% do capital social da sociedade, equivalente a 80.000 (oitenta mil) quotas de capital, no valor unitário de R$ 1,00 (hum real) cada uma, perfazendo o valor total de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), retira-se da sociedade, transferindo suas quotas de capital pela venda pelo seu valor original ao sócio ingressante Eduardo Gai.

Parágrafo segundo: Pelo presente instrumento, o sócio cedente Karine Aparecida Senra Gai, transmite toda a posse, direito e ação sobre as quotas ora transferidas ao sócio ingressante, do que, o sócio cedente da entre si, ao sócio ingressante, e a sociedade, plena, geral e rasa quitação das quotas ora transferidas, para nada mais reclamar um do outro, a qualquer título, de valores e demais disposições com fundamento no contrato social e suas alterações, com o cumprimento incondicional de todas as condições de transferência, pagamento, valores e demais disposições complementares, estipuladas conforme instrumento particular de compra e venda específico para esta operação.

CLAUSULA TERCEIRA: O capital social da sociedade no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fica a partir desta data elevado para R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentos mil) quotas de capital, no valor unitário de R$ 1,00 (hum real) cada uma, sendo o aumento de capital no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), ora subscrito e integralizado pelo sócio quotista com créditos registrados na conta "lucros acumulados", conforme balanco patrimonial encerrado em 31/12/2023.

Paragrafo unico: O capital social da sociedade empresaria limitada, totalmente subscrito e integralizado, no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentos mil) quotas de capital, no valor unitário de R$ 1,00 (hum real) cada uma, reservado unicamente ao sócio Eduardo Gai.

CLÁUSULA QUARTA: A administração da sociedade fica a cargo do sócio Eduardo Gai, na qualidade de sócio administrador, já qualificado e ora investido na função por este instrumento, com os poderes e atribuições de representar a sociedade em quaisquer atos necessários para administrar e gerir todas as suas atividades e negócios, autorizado o uso do nome empresarial ao administrador de forma individual, inclusive de assumir obrigações sejam em seu nome, em favor do titular ou de terceiros, vedado no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social.

CLÁUSULA QUINTA: O sócio ingressante e administrador, declara conhecer a situação economico-financeira da sociedade, assumindo de forma plena e irrestrita seu ativo e passivo, ficando desta forma, sub-rogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento. O sócio e administrador declara sob as penas da Lei que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividade mercantil, ou impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos

MINERAÇÃO GAI LTDA
CNPJ 22.444.413/0001-06 – NIRE 412.111.0229-0
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, de relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA: O endereço da sociedade que era a Rua Julia Huga Maria Negrello nº 141, casa 01, Umbará, Curitiba, PR, CEP 81930-576, fica alterado psara a Estrada rural s/n°, bairro Pinhal da Rocinha, Mandirituba, PR, CEP 83800-000.

CLAUSULA SETIMA: O objeto social da sociedade que tinham por atividade o "comércio varejista de materiais de construção", fica alterado para a extração de granito e saibro e benefiamento associado, extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado, comercio de material de construção em geral, aluguel de máquinas e equipamentos para construção e terraplanagem, locação de caminhões, e transporte rodoviário de carga municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

CLAUSULA OITAVA: Para tanto, em ato contínuo com as demais alterações neste instrumento, passa a transcrever, na integra, o contrato social, da sociedade empresaria de responsabilidade limitada, com o teor seguinte:

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MINERAÇÃO GAI LTDA
CNPJ 22.444.413/0001-06
CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento de contrato social, Eduardo Gai, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresario, natural de Mandirituba, PR, nascido em 03/07/1992, residente e domiciliado à Rua Julia Huga Maria Negrello nº 141, sobrado 02, Umbará, Curitiba, PR, CEP 81930-576, portador da carteira de identidade nº 8.720.623-8-SSP/PR e CPF nº 059.200.019-25, único sócio da sociedade empresaria limitada unipessoal registrada sob o nome empresarial de Mineração Gai Ltda, com sede e foro a Estrada rural s/n°, bairro Pinhal da Rocinha, Mandirituba, PR, CEP 83800-000, com contrato social registrado na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.111.0229-0 em 25/10/2022, originado da alteração pela transformação da empresa individual de responsabilidade limitada, CNPJ nº 22.444.413/0001-06, e ultima alteração contratual registrada na Junta Comercial do Paraná conforme numero e data constante neste instrumento que consolida seu contrato social original, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresaria limitada, de acordo com seu tipo jurídico, é regida pelas cláusulas e condições expressas no presente contrato social, bem como pela Lei 10.406/2002 aplicáveis às sociedade limitadas, e de forma supletiva pelas normas e dispositivos legais pertinentes às sociedade anônimas, não obstante a regência supletiva da lei das sociedades anônimas, ora instituída, a sociedade fica dispensada de todas e quaisquer obrigações de publicar atas, convocações, demonstrações financeiras, contabeis e outras publicações estabelecidas nessas leis.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade gira sob o nome empresarial de Mineração Gai Ltda, com sede e foro a Estrada rural s/n°, bairro Pinhal da Rocinha, Mandirituba, PR, CEP 83800-000, tendo inicio de suas atividades advinda da transformação da empresa individual de responsabilidade limitada em sociedade empresária limitada, em 01 de abril de 2015, e com prazo de duração indeterminado.

CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social da sociedade tem por atividade a extração de granito e saibro e benefiamento associado, extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado, comercio de material de construção em geral, aluguel de máquinas e equipamentos para construção e terraplanagem, locação de caminhões, e transporte rodoviário de carga municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social da sociedade empresaria limitada, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas de capital no valor de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, fica reservado unicamente ao sócio Eduardo Gai.

Parágrafo primeiro: A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas respondendo solidariamente pela integralização do capital social (artigo 1052 da Lei 10.406/2002), sem responder subsiariamente pelas obrigações sociais (inciso VIII, do artigo 997, da Lei 10.406/2002).

MINERAÇÃO GAI LTDA

CNPJ 22.444.413/0001-06 – NIRE 412.111.0229-0

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Parágrafo segundo: Em caso de aumento de capital social, recomposição de quadro societário com alteração do tipo jurídico, o sócio Eduardo Gai, tera direito de preferência na subscrição das novas quotas proporcionalmente ao número das que já possuam no capital da sociedade empresaria limitada unipessoal, tendo um prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência.

Parágrafo terceiro: As quotas de capital da sociedade, estendida às futuras bonificações, bem como às quotas distribuídas em decorrência da capitalização de lucros ou reservas, são indivisíveis, inalienáveis, incomunicaveis, impenhoraveis, e não sujeitas à execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares, sendo vedada a sua transferência ou alienação sob qualquer título a quem quer que seja, sem a anuência expressa do unico sócio quotista. O sócio quotista, seus herdeiros e sucessores, inclusive seus cessionários, tem assegurando o direito de preferência em igualdade de condições estabelecidas por terceiro interessado, quando situação de transferencia, seja a que titulo for as quotas das quais for titular.Todo e qualquer gravame sobre as quotas somente podem ser efetuadas sob prévia e expressa autorização do titular ou da totalidade dos sócios quotistas, podendo esse fato ser formalizado deliberação simples do titular do próprio sócio da sociedade empresaria limitada unipessoal, sem necessidade de reunião ou assembleia, em acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade empresaria limitada, fica a cargo do sócio Eduardo Gai, já qualificado neste instrumento, devidamente investido na função com os poderes e atribuições de representar a sociedade, autorizado o uso do nome empresarial de forma individual, em quaisquer atos necessários para administrar e gerir todas as atividades e negócios da pessoa juridica, inclusive de assumir obrigações sejam em seu nome, em favor do titular ou de terceiros, vedado no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social.

Parágrafo primeiro: A posição de administrador da sociedade empresaria limitada não será estendida automaticamente aqueles que posteriormente venham a assumir essa condição, no caso de substituição desse administrador, será necessário nova nomeação por deliberação dos demais novos sócios quotistas, herdeiros e sucessores, via registro de instrumento de alteração contratual, reunião ou assembléia, conforme decisão dos novos sócios quotistas, herdeiros e sucessores, de acordo com a legislação pertinente.

Parágrafo segundo: Fica facultado aos sócios e administradores, nos limites de seus poderes, constituir e delegar procurador com amplos e plenos poderes para administrar ou gerir a sociedade, afim de possibilitar o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais, inclusive movimentações financeiras, contratação de financiamentos e dividas, oferecimento de garantias, penhor, hipotecas, alienação fiduciaria, assinatura de contratos de mutuo, empréstimos de qualquer natureza, cédulas de crédito, transferencias de dominio, posse, propriedade, direitos de ação, bem como de todos e quaisquer atos que envolvam direito real, alienação de bens moveis e imoveis do ativo patrimonial.

CLÁUSULA SEXTA: O sócio e administrador declara sob as penas da Lei que não esta incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividade mercantil; ou impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, pelta ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SETIMA: Poderá ser fixado uma retirada mensal a título de "pró labore", facultativa tanto ao sócio como aos administradores da presente sociedade empresaria limitada, observadas as disposições regulamentares pertinentes. O valor da retirada pode ser variável sem a necessidade de equiparação de valor entre os mesmos, podendo a qualquer época ser alterado seu valor. Os administradores estão dispensados de caução.

CLAUSULA OITAVA: Ao término da cada exercido social em 31 de dezembro, o administrador prestara contas de sua administração procedendo à elaboração do balanço patrimonial e do resultado econômico. Os resultados, sejam os valores totais ou parciais da conta de lucros ou perdas acumulados, reservas de lucros e lucros apurados referente exercícios não encerrados, poderão ser distribuídos ao socio com base em balancetes levantados para apuração e distribuição de resultados, em periodicidade a ser fixado pelos socios e de acordo com a legislação pertinente, ou mantidos em reserva, por deliberação simples do próprio sócio quotista sem necessidade de reunião ou assembleia.

Parágrafo único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o socio pode deliberar sobre as contas e designação de administradores. Quando as deliberações sociais e contas forem decididas e transcritas pelo socio e

MINERAÇÃO GAI LTDA

CNPJ 22.444.413/0001-06 – NIRE 412.111.0229-0

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

administradores, a reunião ou assembléia não precisa se realizar, dispensada sua publicação. As atas das reuniões ou assembléias, se realizadas, somente serão publicadas se exigido pela legislação pertinente, que podem ser substituídas pela simples lavratura da ata da reunião ou assembléia sem a necessidade de arquivamento, ou pelo instrumento de alteração que formalizar as decisões, este arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis. Em caso de realização de reunião ou assembléia, sua convocação pode ser dispensada se houver o comparecimento do socio e administradores ou declaração dos mesmos da ciencia do local, data e ordem do dia, concordando com as deliberações, em caso de convocação, pode ser por qualquer meio com aviso de recebimento que cumpra sua finalidade.

CLÁUSULA NONA: A sociedade declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de microempresa, nos termos do artigo 3°, caput e parágrafos da Lei Complementar n° 123 de 14/12/2006.

CLÁUSULA DECIMA: O falecimento, declaração de ausência ou incapacidade do único socio, não acarretará necessariamente a dissolução da sociedade, a qual poderá continua a operar com os herdeiros, sucessores, ou representante legal. Não sendo possível a continuidade da sociedade, os haveres do único sócio serão apurados pôr balanço patrimonial e liquidados na data da resolução dos herdeiros, sucessores ou representante legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento.
Curitiba, 01 de março de 2024

Karine Aparecida Senra Gai - socio cedente **(assinatura digital)**	Eduardo Gai - socio e administrador **(assinatura digital)**

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MINERACAO GAI LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04891277971	KARINE APARECIDA SENRA GAI
05920001925	EDUARDO GAI

JUCEPAR

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2024 17:06 SOB Nº 20240787439.
PROTOCOLO: 240787439 DE 15/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12403825841. CNPJ DA SEDE: 22444413000106.
NIRE: 41211102290. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/03/2024.
MINERACAO GAI LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

239

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: MINERACAO GAI LTDA **NIRE :** 41211102290 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2500702729
NIRE (Sede) 41211102290	**CNPJ** 22.444.413/0001-06	**Data de Ato Constitutivo** 04/05/2015	**Início de Atividade** 01/04/2015
Endereço Completo Estrada RURAL, Nº 00, PINHAL DA ROCINHA - Mandirituba/PR - CEP 83800-000			
Objeto Social EXTRACAO DE GRANITO E SAIBRO E BENEFIAMENTO ASSOCIADO, EXTRACAO E BRITAMENTO DE PEDRAS E OUTROS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EM GERAL, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO E TERRAPLANAGEM, LOCACAO DE CAMINHOES, E TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL			
Capital Social R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
EDUARDO GAI	059.200.019-25	R$ 300.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
EDUARDO GAI	059.200.019-25	Indeterminado

Último Arquivamento			Situação
Data 18/03/2024	**Número** 20240787439	**Ato/eventos** 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/02/2025, às 10:50:38 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **OKVSXBD9**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

SEBASTIÃO MOTA
Secretário-Geral

240

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.444.413/0001-06
Razão Social: MODULOR INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME
Endereço: R JULIA HUGA MARIA NEGRELLO 141 CASA 01 / UMBARA / CURITIBA / PR / 81930-576

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:10/03/2025 a 08/04/2025

Certificação Número: 2025031021502283838050

Informação obtida em 20/03/2025 17:46:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MINERACAO GAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 22.444.413/0001-06
Certidão nº: 9423478/2025
Expedição: 19/02/2025, às 09:27:47
Validade: 18/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MINERACAO GAI LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.444.413/0001-06, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MINERACAO GAI LTDA
CNPJ: 22.444.413/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:41:12 do dia 04/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/08/2025.
Código de controle da certidão: **FF9B.32A7.1EAA.E1C7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

243

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035587942-82

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **22.444.413/0001-06**
Nome: **MINERACAO GAI LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 15/04/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (16/12/2024 16:20:13)

Data: 20/03/2025 17h52min

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
SECRETARIA DE FINANÇAS

Número	Validade
1105	19/04/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

MINERACAO GAI LTDA CNPJ: 22444413000106

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CW1NWNQI5IWRZ3S1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
https://www.mandirituba.pr.gov.br/

Mandirituba (PR), 20 de Março de 2025

245

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA FORO REGIONAL FAZENDA RIO GRANDE

OFICIO DISTRIBUIDOR
RUA INGLATERRA Nº545 - NAÇÕES I
FORO DE FAZENDA R. GRANDE/PR - 83820008

TITULAR
MARCOS VINICIUS TROIANO
JURAMENTADOS
JANAINA CRISTINA DE LIMA GURANDA
DÉBORA FREIRE DA SILVA PELENTIER

Certidão Negativa

Para efeitos Civis

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória), FAMÍLIA (Família, Carta Precatória), EXECUTIVO FISCAL, CRIMINAL (Criminal, Carta Precatória), INFÂNCIA E JUVENTUDE (Infância e Juventude, Carta Precatória, Socioeducativa, Socioeducativa Precatoria), EXECUÇÕES PENAIS (Execucoes Penais, Carta Precatória), REGISTROS PUBLICOS, Acidentes de Trabalho, Competencia Delegada, Corregedoria de Presidios, Plenario Tribunal do Juri, Ações: CONCORDATA PREVENTIVA, FALENCIA, RECUPERACAO JUDICIAL, FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AUTOFALÊNCIA sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

MINERACAO GAI LTDA

CNPJ 22.444.413/0001-06, no período compreendido desde 26/01/1999, data de instalação deste cartório, até a presente data.

FORO DE FAZENDA R. GRANDE/PR, 18 de Fevereiro de 2025, 11:04:20

Certificação

DÉBORA FREIRE DA SILVA PELENTIER

DEBORA FREIRE DA SILVA PELENTIER:10551299959
Assinado de forma digital por DEBORA FREIRE DA SILVA PELENTIER:10551299959
Dados: 2025.02.18 12:03:47 -03'00'

Custas = R$ 42,95
Página 0001/0001
CERTIFICO CONFORME REQUERIDO PELA PARTE, ESTA E PARCIAL

MAMN
TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, com sede na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 490, bairro Santa Terezinha, na cidade de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 18.115.589/0001-39, vem através do presente, ***ATESTAR***, a pedido da parte interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de fornecimento, que a empresa **MINERAÇÃO GAI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.444.413/0001-06, estabelecida na Estrada Rural, nº 00, Pinhal da Rocinha, município de Mandirituba, Estado do Paraná, forneceu o materiais minerais de origem da substancia "Granito", apresentando boa qualidade e atendendo as normas técnicas vigentes tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data, conforme material e quantidades abaixo:

Material	Quantidade (ton)
Saibro Grosso	4.556
Saibro Médio	6.894
Saibro Britado 4A	11.626
Pedra Brita Rachão	7.861
Brita 4A	6.937
Pedra Brita Graduada	763
Pedra Brita 01	1.311
Pedrisco / Brita 0	1.960
Pó de Pedra	2.580
Pedregulho de Areia	1.663

Locais de Entrega: Obras em Mandirituba, Fazenda Rio Grande e Quitandinha/PR.

Curitiba/PR, 19 de fevereiro de 2025.

TABELIONATO DE NOTAS
FIRMA RECONHECIDA
FAZ. RIO GRANDE

MAMN TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ nº 18.115.589/0001-39
Representante: Micheli Araujo Martha
Cargo: Socia administradora
Contato: 41- 99681 9350

André Luis I. do Vale
Eng. Civil
CREA/PR 204850/D

247

Tabellionato de Notas Fazenda Rio Grande
Marcelo Rodrigo Martins Silverio, Tabeliao
Avenida Paraná 1408, 63, Pioneiros Cep 83833-012 Tel: (41)36271364
Reconheco por SEMELHANÇA e(s)firma(s) de:
MICHELI DE ARAUJO MARTHA.
Fazenda Rio Grande, PR, 20/02/2026.
Em test. da verdade.
KATIA EDUARDA CRUZ Escrevente.
SFTN1. 8Gq7b. MV1LY.
P8Xep. F465q
selo.funarpen.com.br

MARCA DE FAZ. RIO GRANDE - TABELIONATO DE NOTAS DA

GAI

MINERAÇÃO GAI LTDA

DECLARAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 014/2025.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;

c)não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

e)até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Mandirituba/PR, 20 de março de 2025.

MINERAÇÃO GAI LTDA.
CNPJ: 22.444.413/0001-06
EDUARDO GAI - SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 059.200.019-25

EDUARDO GAI:05920001925
Assinado de forma digital por EDUARDO GAI:05920001925
Dados: 2025.03.20 18:13:37 -03'00'

GAI

MINERAÇÃO GAI LTDA

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Pregão Eletrônico nº 014/2025.

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaramos que a empresa MINERAÇÃO GAI LTDA, Inscrita no CNPJ sob nº 22.444.413/0001-06 cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO Nº 014/2025, cujo objeto é Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Mandirituba/PR, 20 de março de 2025.

MINERAÇÃO GAI LTDA.
CNPJ: 22.444.413/0001-06
EDUARDO GAI - SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 059.200.019-25

EDUARDO GAI:05920001925

Assinado de forma digital por EDUARDO GAI:05920001925
Dados: 2025.03.20 18:18:19 -03'00'

GAI

MINERAÇÃO GAI LTDA

DECLARAÇÃO

Ao pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

MINERAÇÃO GAI LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.444.413/0001-06, por intermédio de seu representante legal Sr. Eduardo Gai, portador do RG 8.720.623-8 e inscrito no CPF sob nº 059.200.019-25, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico **nº 14/2025**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

1. (X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Mandirituba/PR, 20 de março de 2025.

MINERAÇÃO GAI LTDA.
CNPJ: 22.444.413/0001-06
EDUARDO GAI - SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 059.200.019-25

EDUARDO GAI:05920001925
Assinado de forma digital por EDUARDO GAI:05920001925
Dados: 2025.03.20 18:14:25 -03'00'

251

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 32187/2025 — Validade: 18/09/2025

Razão social:
J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA

CNPJ:
02.065.702/0001-89

Num. Registro:
60599

Data do Registro:
07/03/2016

Capital Social:
R$ 535.000,00

Endereço:
RUA DIRCEU MACHADO, 1031, CAMPO DE SANTANA

CEP:
81490-620

Cidade:
CURITIBA-PR

Nº da Alteração Contratual:
7

Data da última alteração:
26/06/2020

Objetivo Social:
Extração e comércio de areia, argila, cascalho e pedregulho e beneficiamento associado, extração de granito e beneficiamento associado, extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado, extração de saibro e beneficiamento associado, o comércio varejista de materiais de construção , o transporte rodoviário de carga, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, e o aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador.
Parágrafo primeiro: o estabelecimento matriz tem por atividade econômica a extração e comércio de areia, argila, cascalho e pedregulho e beneficiamento associado, extração de granito e beneficiamento associado e o comércio varejista de materiais de construção, (de cujas descrição exata das atividades deste estabelecimento inclusive para fins de regularização dos respectivos álvaras de funcionamento e demais licenças vinculadas).

Restrição de atividade:
Atividades da empresa circunscritas às atribuições da profissional responsável técnico.

Encontra-se quite com o exercício 2025
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Filial(is):

1 - CNPJ: 02065702000260 — Situação: Bloqueado

Endreço: ESTRADA DE GUAJUVIRA, S/Nº

Bairro: GUAJUVIRA — Cidade: GUAJUVIRA (ARAUCARIA)-PR — CEP: 83725000

2 - CNPJ: 02065702000421 — Situação: Restrição

Endreço: RUA GETULIO VARGAS, S/N KM 04 ROD BR 116

Bairro: CAMPESTRINHO — Cidade: MANDIRITUBA-PR — CEP: 83800000

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 02.065.702/0001-89

NOME CIVIL: MARCELA CHINEN MACHADO

Carteira: PR-144695/D - Data de expedição: 04/03/2015

Desde 06/11/2023 - Carga horária: 8h
Desde 07/03/2016 até 20/09/2023 - Carga horária: 8h

Situação: Ativo

TÍTULO: GEOLOGA - Situação: Regular

Lei Federal N.º 4.076/1962 - Art. 6º

Obs.: São da competência do geólogo ou engenheiro geólogo:
a) trabalhos topográficos e geodésicos;
b) levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos;
c) estudos relativos às ciências da terra;
d) trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico;
e) ensino das ciências geológicas nos estabelecimentos de ensino secundário e superior;
f) assuntos legais relacionados com suas especialidades;
g) perícias e arbitramentos referentes às matérias das alíneas anteriores.
Parágrafo único - É também da competência do geólogo ou engenheiro-geólogo o disposto no item IX, artigo 16, do Decreto-Lei nº1.985, de 29 JAN 1940 (Código de Minas).(*)
(*) IX - Na conclusão dos trabalhos, dentro do prazo da autorização, e sem prejuízo de quaisquer informações pedidas pelo D.N.P.M. no curso deles, o concessionário apresentará um relatório circunstanciado, sob a responsabilidade do profissional legalmente habilitado ao exercício de Engenharia de Minas com dados informativos que habilitem o Governo a formar juízo seguro sobre a reserva mineral da jazida, qualidade do minério e possibilidade de lavra.
Nomeadamente:
a) situação, vias de acesso e comunicação;
b) planta topográfica da área pesquisada, na qual figurem as exposições naturais de minério e as que forem descobertas pela pesquisa;
c) perfis geológicos-estruturais;
d) descrições detalhada da jazida;
e) quadro demonstrativo de quantidade e da qualidade do minério;
f) resultado dos ensaios de beneficiamento;
g) demonstração da possibilidade de lavra;
h) estudo analítico das águas, do ponto de vista de suas qualidades químicas, físicas e físico químicas, além das exigências supra-referidas que lhes forem aplicáveis.

TÍTULO: ENGENHEIRA DE MINAS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea-MG.

Responsáveis técnicos pela Filial - CNPJ: 02.065.702/0004-21

NOME CIVIL: MARCELA CHINEN MACHADO

Carteira: PR-144695/D - Data de expedição: 04/03/2015

Desde 10/05/2024 - Carga horária: 16h
Desde 06/04/2022 até 04/05/2022 - Carga horária: 8h

Situação: Ativo

TÍTULO: GEOLOGA - Situação: Regular

Lei Federal N.º 4.076/1962 - Art. 6º

Obs.: São da competência do geólogo ou engenheiro geólogo:
a) trabalhos topográficos e geodésicos;
b) levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos;
c) estudos relativos às ciências da terra;
d) trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico;
e) ensino das ciências geológicas nos estabelecimentos de ensino secundário e superior;
f) assuntos legais relacionados com suas especialidades;
g) perícias e arbitramentos referentes às matérias das alíneas anteriores.
Parágrafo único - É também da competência do geólogo ou engenheiro-geólogo o disposto no item IX, artigo 16, do Decreto-Lei nº1.985, de 29 JAN 1940 (Código de Minas).(*)
(*) IX - Na conclusão dos trabalhos, dentro do prazo da autorização, e sem prejuízo de quaisquer informações pedidas pelo D.N.P.M. no curso deles, o concessionário apresentará um relatório circunstanciado, sob a responsabilidade do profissional legalmente habilitado ao exercício de Engenharia de Minas com dados informativos que habilitem o Governo a formar juízo seguro sobre a reserva mineral da jazida, qualidade do minério e possibilidade de lavra.
Nomeadamente:
a) situação, vias de acesso e comunicação;
b) planta topográfica da área pesquisada, na qual figurem as exposições naturais de minério e as que forem descobertas pela pesquisa;
c) perfis geológicos-estruturais;
d) descrições detalhada da jazida;
e) quadro demonstrativo de quantidade e da qualidade do minério;
f) resultado dos ensaios de beneficiamento;
g) demonstração da possibilidade de lavra;
h) estudo analítico das águas, do ponto de vista de suas qualidades químicas, físicas e físico químicas, além das exigências supra-referidas que lhes forem aplicáveis.

TÍTULO: ENGENHEIRA DE MINAS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea-MG.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 83109/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 20/03/2025 17:18:02

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 32192/2025 — Validade: 18/09/2025

Nome civil:
MARCELA CHINEN MACHADO

CPF:
084.276.569-71

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-144695/D

Documento de Identidade:
04824035070

Registro Nacional:
1714100235

Órgão emissor:
DETRAN/PR/PR

Registrado(a) desde:
04/03/2015

Filiação:
PAI: ROSINEY GANDOLFI MACHADO
MÃE: NEILA CHINEN

Naturalidade:
CURITIBA/PR

Encontra-se quite com o exercício 2025.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRA DE MINAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Data da Colação de Grau: 14/09/2022 - Diplomação: 22/03/2023

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 14º de 29/06/1973

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea-MG.

Título: GEOLOGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data da Colação de Grau: 04/02/2015 - Diplomação: 04/02/2015

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Lei Federal N.º 4.076/1962 - Art. 6º de 23/06/1962

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

Obs.: São da competência do geólogo ou engenheiro geólogo:
a) trabalhos topográficos e geodésicos;
b) levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos;
c) estudos relativos às ciências da terra;
d) trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico;
e) ensino das ciências geológicas nos estabelecimentos de ensino secundário e superior;
f) assuntos legais relacionados com suas especialidades;
g) perícias e arbitramentos referentes às matérias das alíneas anteriores.
Parágrafo único - É também da competência do geólogo ou engenheiro-geólogo o disposto no item IX, artigo 16, do Decreto-Lei nº1.985, de 29 JAN 1940 (Código de Minas).(*)
(*) IX - Na conclusão dos trabalhos, dentro do prazo da autorização, e sem prejuízo de quaisquer informações pedidas pelo D.N.P.M. no curso deles, o concessionário apresentará um relatório circunstanciado, sob a responsabilidade do profissional legalmente habilitado ao exercício de Engenharia de Minas com dados informativos que habilitem o Governo a formar juízo seguro sobre a reserva mineral da jazida, qualidade do minério e possibilidade de lavra.
Nomeadamente:
a) situação, vias de acesso e comunicação;
b) planta topográfica da área pesquisada, na qual figurem as exposições naturais de minério e as que forem descobertas pela pesquisa;
c) perfis geológicos-estruturais;
d) descrições detalhada da jazida;
e) quadro demonstrativo de quantidade e da qualidade do minério;
f) resultado dos ensaios de beneficiamento;
g) demonstração da possibilidade de lavra;
h) estudo analítico das águas, do ponto de vista de suas qualidades químicas, físicas e físico químicas, além das exigências supra-referidas que lhes forem aplicáveis.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

CHINEN E MACHADO LTDA

CNPJ: 00622778000132

Desde: 04/11/2015 Carga Horária: 8h

PEDREIRA GUARAVERA LTDA

CNPJ: 04144773000100

Desde: 08/08/2023 Carga Horária: 8h

TRÊS RIOS MINERAÇÃO LTDA

CNPJ: 82329103000164

Desde: 11/10/2023 Carga Horária: 8h

J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA

CNPJ: 02065702000189

Desde: 06/11/2023 Carga Horária: 8h

J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA

CNPJ: 02065702000421

Desde: 10/05/2024 Carga Horária: 16h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 83116/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 20/03/2025 17:21:47

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
8811439	18/03/2025	18/03/2025	18/06/2025

Dados básicos:

CNPJ : 02.065.702/0004-21
Razão Social : J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
Nome fantasia : J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
Data de abertura : 10/02/2020

Endereço:

logradouro: LOCALIDADE DE CAMPESTRINHO
N.º: 00 Complemento: ZONA RURAL
Bairro: CAMPESTRINHO Município: MANDIRITUBA
CEP: 83800-000 UF: PR

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
1-2	Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	PRJYNC1375EVK87Y

257

RECEBEMOS DE T Duarte Costa da Silva - Balanças OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

Data de recebimento	Identificação e assinatura do recebedor

NF-e
Nº 001326
Série 1

Sul Balanças

T Duarte Costa da Silva - Balanças
Rua João Bettega, 1986, Barracão, Portão
81.070-001 - Curitiba - PR
Fone (41) 3501-5605 www.sulbalancas.com.br
administrativo@sulbalancas.com.br

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0-Entrada
1-Saída 1
Nº 001326
SERIE: 1
Página: 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
4122 0221 5349 7800 0103 5500 1000 0013 2615 4962 0037

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação	Protocolo de autorização de uso
Venda de mercadorias	141220033177107 10/02/2022 17:23:02

Inscrição Estadual	Inscr. est. do subst.trib.	CNPJ
90688775761		21.534.978/0001-03

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
J.A'GAI COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE AREIA LTDA	02.065.702/0001-89	9014398853	10/02/2022
Endereço	**Bairro**	**CEP**	**Data saída**
DIRCEU MACHADO, 1031	CAMPO DE SANTANA	81.490-620	10/02/2022
Município	**Fone/Fax**	**UF**	**Hora saída**
Curitiba	(41) 3265-6919	PR	17:23:02

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor

Cálculo do Imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.485,50

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.485,50

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta (0 - Contratação do Frete por conta do Remetente (CIF))	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
0				0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UN	Qtde.	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
CFOP5102	BALANCA RODOVIARIA SB80 80000kg 21-MTS	90160080	0400	5.102	un	1,0000	13.485,5000	13.485,50	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Total aproximado de tributos: R$ 4.241,19 (31,45%) Federais R$ 1.813,80 (13,45%) Estaduais R$ 2.427,39 (18,00%) - Fonte IBPT. Empresa sob regime de arrecadação Simples Nacional. N° serie do instrumento: 009/2021	

10/02/2022 17:23:11

Sul Balanças

CERTIFICADO Nº SB6965A

1) Dados do Cliente

Cliente:	J.A Gai Comércio e Exportação de Areia Ltda - Mandirituba	*C.N.P.J.:*	02.065.702/0004-21		
Endereço:	Estrada Rural Getúlio Vargas Km 4 - Campestrinho	*Cidade:*	Mandirituba	*Estado:*	PR
Responsável:	Marcos	*Unidade:*	Matriz		

2) Informações Técnicas

Tipo de Balança	*Marca*	*Modelo*	*Número de Série*		*Faixa de Indicação*	*Resolução*	*Unidade*
Balança Rodoviária	Sul Balanças	SB60	SB-009/2021	1ª	80.000	10	kg
Local da Calibração	*Etiqueta IPEM*	*TAG*	*Tipo de Plataforma*	2ª	–	–	–
Entrada	29.773.238-9	Bal. Rodoviária	Rodoviária	3ª	–	–	–

3) Padrões de Referência

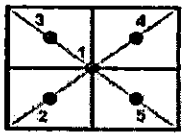
Número do Certificado	*Data de Calibração*	*Data de Validade*	*Rastreabilidade*	*Número do Certificado*	*Data de Calibração*	*Data de Validade*	*Rastreabilidade*
P-004/24	20/02/24	20/02/26	CAL 0654				

4) Ensaio de Excentricidade

	Valores Obtidos	
	Valor Aplicado	*22840 kg*
	-	Resultados
1	-- --	22.840 kg
2	-- --	22.840 kg
3	-- --	22.840 kg
4	-- --	22.840 kg
5	-- --	22.840 kg
1	-- --	22.840 kg

Tipos de Plataforma

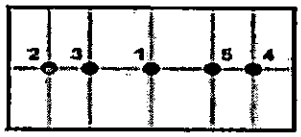
● Local na plataforma onde foi aplicado a carga



Plataforma Retangular ou Quadrada



Plataforma Redonda



Plataforma Rodoviária

5) Ensaio de Repetibilidade

Não foi realizado o ajuste da balança

Resultados Obtidos

Valor de Referência	Leitura Obtida	Erro de Indicação	Incerteza Expandida	Veff	k
500 kg	500 kg	0 kg	10 kg	∞	2,00
1.000 kg	1000 kg	0 kg	10 kg	∞	2,00
5.000 kg	5000 kg	0 kg	10 kg	∞	2,00
9.000 kg	9000 kg	0 kg	10 kg	∞	2,00
11.000 kg	11000 kg	0 kg	10 kg	∞	2,00

Alessandro Alves da Silva
SIGNATÁRIO

Data da calibração: 25/01/2025
Data da emissão do Certificado: 29/01/2025

6) Observações:

1 - A calibração foi realizada nas instalações do Cliente. Este certificado é válido apenas para a balança calibrada. Uma cópia deste certificado será arquivada por cinco anos.
2 - Este certificado só poderá ser usado para fins publicitários e/ou promocionais quando autorizado pela Sul Balanças.
3 - A incerteza expandida de medição relatada é declarada como a incerteza padrão da medição multiplicada pelo fator de abrangência k,o qual para uma distribuição t com Veff igual ao respectivo número de graus de liberdade efetivos que corresponde a uma probabilidade de abrangência de 95,45%. A incerteza padrão de medição foi determinada de acordo com a publicação EA-4/02. A calibração foi realizada utilizando peso padrão de propriedade da Sul Balanças rastreáveis ao Sistema Internacional de Unidades.
4 - Este Certificado de Calibração atende aos requisitos da NBR ISO/IEC 17025:2017.
5 - A calibração foi realizada pelo método de comparação direta, conforme procedimento interno.
6 - Esta calibração não isenta a balança do controle estabelecido da Regulamentação Metrológica.

Sul Balanças
Estrada do Ganchinho, 249 - Umbará - Curitiba - PR
(41) 3501-5605 / suprimentos@sulbalancas.com.br

259

BRASIL

-------- Site do Inmetro --------

Sites de Interesse | Mapa do Site | Ouvidoria | Fale com o Inmetro

RBC Rede Brasileira de Calibração

Listar Laboratórios | Consulta Laboratórios | Consulta Serviços

Voltar

Consulta

Acreditação Nº	818
Data da Acreditação	14/09/2023
ACREDITAÇÃO VIGENTE	Clique aqui para mais informações.
Última Revisão do Escopo	05/12/2024
Razão Social	SUL BALANÇAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / SUL BALANÇAS
Nome do Laboratório	SUL BALANÇAS
Situação	Ativo
Endereço	Estrada do Ganchinho, 249 - LD
Bairro	Sítio Cercado
CEP	81935006
Cidade	Curitiba
UF	PR
Telefone	(41) 3501.5605
Fax	(41) 3501.5605

Grupo de Serviço de Calibração	MASSA
Gerente Técnico	Alessandro Alves da Silva
Email	alessandro@sulbalancas.com.br

ESCOPO DA ACREDITAÇÃO - ABNT NBR ISO/IEC 17025 - CALIBRAÇÃO

Descrição do Serviço	Parâmetro, Faixa e Método	Capacidade de Medição e Calibração (CMC)
(Realizados nas instalações do cliente)		
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE MASSA		
Balança	1 mg até 20 g	De 0,1 mg até 0,2 mg
	> 20 g até 220 g	0,2 mg até 0,8 mg
	> 220 g até 5000 g	0,0008 g até 0,3 g
	> 5 kg até 20 kg	0,3 g até 0,5 g
	> 20 kg até 100 kg	0,0005 kg até 0,006 kg
	> 100 kg até 300 kg	0,006 kg até 0,009 kg
	> 300 kg até 500 kg	0,009 kg até 0,04 kg
	> 500 kg até 1000 kg	0,04 kg até 0,08 kg
	> 1000 kg até 2000 kg	0,08 kg até 0,2 kg
	> 2000 kg até 3000 kg	0,2 kg até 0,3 kg
	> 3000 kg até 5000 kg	0,3 kg até 0,7 kg
	> 5000 kg até 10000 kg	0,7 kg até 1 kg
	> 10000 kg até 50000 kg	1 kg até 10 kg
	Comparação direta entre o peso padrão e a balança	
	> 50000 kg até 100000 kg	> 10 kg até 20 kg

260

Observações:

1. A capacidade de medição e calibração (CMC) refere-se á menor incerteza que o Laboratório é capaz de obter, com uma probabilidade de abrangência ou nível da confiança de aproximadamente 95%. Caso o laboratório utilize mais de um método para realizar uma determinada calibração ou medição, a CMC se referirá ao método pelo qual o laboratório obtém a menor incerteza de medição. (Ver NIT-Dicla-021)
2. A CMC identificada por um asterisco (*) não inclui todas as contribuições oriundas do instrumento ou padrão calibrado ou do dispositivo medido.
3. O Laboratório poderá declarar em seus certificados de calibração, incertezas de medição maiores que a sua CMC, devido às contribuições relativas ás propriedades ou características do padrão ou instrumento de medição calibrado.

Topo

Foto e Localização da Balança na Pedreira



https://www.google.com.br/maps/place/25%C2%B047'59.2%22S+49%C2%B018'24.1%22W/@-25.7997818,-49.3073477,254m/data=!3m2!1e3!4b1!4m4!3m3!8m2!3d-25.799783!4d-49.306704?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDMxOC4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo

Instituto Água e Terra
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 14540
Validade 28/05/2025
Protocolo 162955403

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 162955403, expede a presente Licença de Operação à:

01 IDENTIFICACAO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física
J.A.GAI COMERCIO E EXTRAÇAO DE AREIA-EPP

C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física: 02065702000189
Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física: 9014398853

Endereço: R. DIRCEU MACHADO, 1031

Bairro: CAMPO DO SANTANA | Município: CURITIBA | UF: PR | Cep: 81480000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento:
J.A.GAI COMERCIO E EXTRAÇAO DE AREIA LTDA

Tipo de empreendimento/atividade:
EXTRAÇÃO MINERAL DE SAIBRO E GRANITO

Endereço: LOCALIDADE DE CAMPESTRINHO | Bairro: ZONA RURAL

Município: Mandirituba | Cep: 83100000

Corpo Hídrico do Entorno: Iguaçu | Bacia Hidrográfica: Iguaçu

Destino do Esgoto Sanitário: ********** | Destino do Efluente Final: **********

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- Publicação desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86;
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAT com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias;
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciadas pelo IAT;
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento:

- A presente Licença de Operação refere-se às atividades de explotação e beneficiamento físico de saibro e granito, desenvolvidas nos limites dos direitos minerários ANM nos 826.318/2005 e 826.466/2004, contando com quatro frentes de lavras contíguas localizada sob coordenadas centrais aproximadas UTM 22J N 7.145.415 / E 669.875 e com bota fora em N 7.145.590 / E 670.030;
- Os avanços das frentes de lavra deverão priorizar a reconformação dos taludes, de modo a possibilitar a formação de bancadas com alturas mais reduzidas e inclinações adequadas, permitindo assim sua futura recuperação;
- Os desmontes com uso de materiais explosivos deverão obrigatoriamente ser realizados por empresa habilitadas, devendo ser realizado o monitoramento sísmico e acústico a cada detonação, contemplando minimamente a instalação de geofones nas edificações mais próximas;
- As operações do empreendimento deverão seguir rigorosamente o planejamento apresentado no Plano de Controle Ambiental (PCA) e na Avaliação de Impacto de Vizinhança (AIV), com atenção especial às medidas de controle e monitoramento dos desmontes com a utilização de explosivos;
- Quando da retomada das atividades de lavra, deverá ser implementado um sistema de drenagem de águas pluviais, o qual deverá contar com bacias de decantação adequadamente dimensionadas, conforme propugnado no PCA apresentado;
- Os avanços da frente de lavra deverão ocorrer conforme propugnado nos planos apresentados pela requerente e aprovados por este Instituto;
- A lavra deverá se desenvolver através de bancadas regulares e estáveis, com inclinações e alturas atendendo ao informado nos estudos apresentados;
- A unidade de beneficiamento deverá contar com sistema de aspersão de água visando minimizar a emissão de

263

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo	Instituto Água e Terra Diretoria do Controle de Recursos Ambientais	**Licença de Operação** Nº 14540 Validade 28/05/2025 Protocolo 162955403

riculados;
- Em períodos de estiagem deverá ser efetuada a umectação das vias de acesso e do pátio de lavra;
- Durante a vigência da presente Licença de Operação, deverá ser implementada uma cortina vegetal entre o empreendimento e a estrada que o contorna, de modo a mitigar os impactos inerentes à atividade;
- Os taludes finais do bota fora deverão apresentar alturas e inclinações que garantam sua estabilidade geotécnica, não sendo permitida a disposição de rejeitos encosta abaixo. Os referidos taludes deverão ser devidamente recuperados através de ações de reconformação topográfica e revegetação;
- Na ocasião da renovação da Licença de Operação deverá ser apresentado um Relatório de Atividades com acervo fotográfico, descrevendo as atividades executadas durante o período de vigência da presente Licença, com atenção especial às ações de recuperação ambiental e voltadas ao cumprimento das condicionantes de licenciamento;
- Quando da renovação da Licença de Operação, deverá ser apresentado um Relatório de interpretação dos dados sísmicos e acústicos, obtidos durante o monitoramento dos desmontes, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável técnico;
- Não estão permitidas intervenções nas Áreas de Preservação Permanente (APP) decorrentes dos cursos hídricos que margeiam a porção oeste do empreendimento;
- Não está autorizada a supressão de vegetação nativa, independente de seu estágio de regeneração;
- A presente Licença foi concedida com base nas informações prestadas pela requerente, podendo a qualquer momento ser revista no caso de não conformidades.

[redacted]

Local e data
CURITIBA, 28 de maio de 2020

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP

Luiz Fornazzari Neto
Chefe Regional de Curitiba
INSTITUTO ÁGUA E TERRA
ERCRA

264

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 1
Mov. 1

Folha 1

ESTADO DO PARANÁ

ePROTOCOLO

Órgão Cadastro:	CIDADAO
Em:	28/01/2025 17:17
Protocolo:	**23.405.045-1**
Interessado 1:	(CNPJ: XX.XXX.702/0001-89) J. A. GAI COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA LTDA
Interessado 2:	
Assunto:	MEIO AMBIENTE
Cidade:	MANDIRITUBA / PR
Palavras-chave:	CIDADAO
Nº/Ano	-
Detalhamento:	SOLICITAÇÃO
Código TTD:	-

Para informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo

265

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 2
Mod. 2

Assunto: MEIO AMBIENTE
Protocolo: 23.405.045-1
Interessado: J. A. GAI COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA LTDA

Solicitação

Ao IAT/ERCBA.

Requerimento de Renovação da Licença de Operação 14.540, referente à atividade de extração de saibro e extração com uso de explosivos e beneficiamento de granitono município de Mandirituba/PR. ANM 826.466/2004 e 826.318/2005.

Inserido ao protocolo **23.405.045-1** por: **Janaina Maria Wolnarovicz** em: **28/01/2025 17:17.** A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **60d07d19da48b0fc6076164108aa2f7.**

CONTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E ENTREGA DE MATERIAL MINERAL

Pelo presente instrumento, a empresa J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.065.702/0001-89, com sede na Rua Dirceu Machado, 1.031, Campo de Santana, Curitiba/PR e sua filial inscrita no CNPJ sob nº 02.065.702/0004-21, estabelecida na Estrada Rural Getúlio Vargas, km 4 da Rodovia BR 116, FILIAL PEDREIRA *(unidade de extração e britagem)* , aqui como MINERADORA firma o Contrato de Compromisso de Fornecimento e Entrega de Material Mineral como Saibros e Pedra graduadas conforme Edital de Licitação nº 014/2025 da Prefeitura Municipal de Piên com a Empresa MINERAÇÃO GAI LTDA, portadora do C.N.P.J. nº 22.444.413/0001-06, com sede na Estrada Rural, S/N, Pinhal da Rocinha, Mandirituba.

Por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato.

Curitiba/PR, 20 de marco de 2025.

J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.
CNPJ: 02.065.702/0001-89 - Matriz
CNPJ: 02.065.702/0004-21 – Filial Pedreira
JORGE ARLINDO GAI - SÓCIO ADMINISTRADOR
RG: 3.252.317-0
CPF: 478.742.879-91

JORGE ARLINDO GAI:47874287991
Assinado de forma digital por JORGE ARLINDO GAI:47874287991
Dados: 2025.03.20 18:27:37 -03'00'

MINERAÇÃO GAI LTDA.
CNPJ: 22.444.413/0001-06
EDUARDO GAI - SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 059.200.019-25
RG: 8.20.623-4

EDUARDO GAI:05920001925
Assinado de forma digital por EDUARDO GAI:05920001925
Dados: 2025.03.20 18:27:51 -03'00'

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000014/2025
Processo Administrativo Nº 00000000000000000066
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Data de Publicação: 05/03/2025 09:19:57

MOVIMENTOS DO PROCESSO

17/03/2025 13:36:13	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
17/03/2025 13:37:37	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
19/03/2025 09:55:27	**CADASTRO DE PROPOSTA**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
20/03/2025 18:55:26	**CADASTRO DE PROPOSTA**	MINERAÇÃO GAI LTDA
20/03/2025 18:57:45	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	MINERAÇÃO GAI LTDA
21/03/2025 08:47:20	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
21/03/2025 10:50:13	**MENSAGEM**	PREGOEIRO

Obrigado pela participação.

LOTE 1 - ADJUDICADO
1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: TN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIO
Descrição: RACHÃOZINHO, (AMPLA CONCORRÊNCIA)
Quantidade: 15.000 **Valor Unit.:** 47,20 **Valor Total:** 708.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	515	79.390.530/0001-43	48,14	47,20		Não
2	MINERAÇÃO GAI LTDA	646	22.444.413/0001-06	48,14	47,60	0,85	Sim
3	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	440	76.378.793/0001-49	48,14	47,84	0,50	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 09:19:56	**PUBLICADO**		
05/03/2025 09:25:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/03/2025 09:29:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/03/2025 09:30:53	**DISPUTA**		
21/03/2025 09:30:53	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 515)	**48,14**
21/03/2025 09:30:53	**LANCE**	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 646)	**48,14**
21/03/2025 09:30:53	**LANCE**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 440)	**48,14**
21/03/2025 09:32:26	**LANCE**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 440)	**48,04**
21/03/2025 09:33:27	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 515)	**47,94**
21/03/2025 09:36:16	**LANCE**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 440)	**47,84**

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

21/03/2025 09:36:26	**LANCE**	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 646)	**47,80**
21/03/2025 09:36:53	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 515)	**47,70**
21/03/2025 09:40:24	**LANCE**	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 646)	**47,60**
21/03/2025 09:40:24	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
21/03/2025 09:40:33	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 515)	**47,50**
21/03/2025 09:42:08	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 515)	**47,40**
21/03/2025 09:43:29	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 515)	**47,30**
21/03/2025 09:44:44	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 515)	**47,20**
21/03/2025 09:46:44	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
PARTICIPANTE 646 possui direito de desempate conforme Lei Complementar nº 123/2006.			
21/03/2025 09:46:45	**DESEMPATE**		
21/03/2025 09:51:49	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA			
21/03/2025 09:51:49	**HABILITAÇÃO**		
21/03/2025 10:16:44	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
21/03/2025 10:46:44	**EM ADJUDICAÇÃO**		
24/03/2025 10:13:05	**ADJUDICADO**		

LOTE 2 - ADJUDICADO
2

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: TN Marca: PROPRIA Modelo: PROPRIO
Descrição: SAIBRO BRITADO, (AMPLA CONCORRÊNCIA)
Quantidade: 15.000 **Valor Unit.:** 38,15 **Valor Total:** 572.250,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	767	79.390.530/0001-43	39,07	38,15		Não
2	MINERAÇÃO GAI LTDA	898	22.444.413/0001-06	39,07	38,55	1,05	Sim
3	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	563	76.378.793/0001-49	39,07	38,77	0,57	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 09:19:56	**PUBLICADO**		
05/03/2025 09:25:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/03/2025 09:29:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/03/2025 09:31:45	**DISPUTA**		
21/03/2025 09:31:45	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 767)	**39,07**
21/03/2025 09:31:45	**LANCE**	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 898)	**39,07**
21/03/2025 09:31:45	**LANCE**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 563)	**39,07**
21/03/2025 09:32:49	**LANCE**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 563)	**38,97**
21/03/2025 09:33:33	**LANCE**	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 767)	**38,87**
21/03/2025 09:36:26	**LANCE**	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 563)	**38,77**

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

21/03/2025 09:36:33	LANCE	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 898)	38,70
21/03/2025 09:36:59	LANCE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 767)	38,60
21/03/2025 09:41:07	LANCE	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 898)	38,55
21/03/2025 09:41:07	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
21/03/2025 09:41:16	LANCE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 767)	38,45
21/03/2025 09:42:21	LANCE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 767)	38,35
21/03/2025 09:43:40	LANCE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 767)	38,25
21/03/2025 09:44:51	LANCE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 767)	38,15
21/03/2025 09:46:51	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
PARTICIPANTE 898 possui direito de desempate conforme Lei Complementar nº 123/2006.			
21/03/2025 09:46:51	DESEMPATE		
21/03/2025 09:51:58	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA			
21/03/2025 09:51:58	HABILITAÇÃO		
21/03/2025 10:16:31	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
21/03/2025 10:46:32	EM ADJUDICAÇÃO		
24/03/2025 10:12:59	ADJUDICADO		

LOTE 3 - ADJUDICADO
3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: TN Marca: PRÓPRIA Modelo: PRÓPRIO
Descrição: PEDRISCO, (AMPLA CONCORRÊNCIA)
Quantidade: 3.750 **Valor Unit.:** 56,10 **Valor Total:** 210.375,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	468	76.378.793/0001-49	56,45	56,10		Não
2	MINERAÇÃO GAI LTDA	756	22.444.413/0001-06	56,45	56,20	0,18	Sim
3	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	105	79.390.530/0001-43	56,45	56,35	0,27	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 09:19:56	PUBLICADO		
05/03/2025 09:25:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
21/03/2025 09:29:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
21/03/2025 09:31:51	DISPUTA		
21/03/2025 09:31:51	LANCE	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 468)	56,45
21/03/2025 09:31:51	LANCE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 105)	56,45
21/03/2025 09:31:51	LANCE	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 756)	56,45
21/03/2025 09:33:41	LANCE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA (PARTICIPANTE 105)	56,35
21/03/2025 09:35:17	LANCE	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 468)	56,25
21/03/2025 09:36:39	LANCE	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 756)	56,20

270

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

21/03/2025 09:37:00	**LANCE** PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA (PARTICIPANTE 468)	**56,10**
21/03/2025 09:41:51	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA	
PARTICIPANTE 756 possui direito de desempate conforme Lei Complementar nº 123/2006.		
21/03/2025 09:41:51	**DESEMPATE**	
21/03/2025 09:46:52	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA		
21/03/2025 09:46:52	**HABILITAÇÃO**	
21/03/2025 10:16:46	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
21/03/2025 10:46:46	**EM ADJUDICAÇÃO**	
24/03/2025 10:12:58	**ADJUDICADO**	

LOTE 4 - ADJUDICADO
4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: TN Marca: Rachãozinho Modelo: Rachãozinho
Descrição: RACHÃOZINHO, (COTA DO ITEM 01, EXCLUSIVO ME, EPP)
Quantidade: 5.000 **Valor Unit.:** 48,00 **Valor Total:** 240.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	MINERAÇÃO GAI LTDA	028	22.444.413/0001-06	48,14	48,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 09:19:56	**PUBLICADO**	
05/03/2025 09:25:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**	
21/03/2025 09:29:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**	
21/03/2025 09:31:53	**DISPUTA**	
21/03/2025 09:31:53	**LANCE** MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 028)	**48,14**
21/03/2025 09:35:33	**LANCE** MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 028)	**48,00**
21/03/2025 09:41:20	**MENSAGEM** PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 028: o valor deve ser o mesmo que esta oferecendo no lance dos itens de ampla concorrencia.		
21/03/2025 09:41:53	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é MINERAÇÃO GAI LTDA		
21/03/2025 09:41:53	**HABILITAÇÃO**	
21/03/2025 10:16:45	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
21/03/2025 10:46:46	**EM ADJUDICAÇÃO**	
24/03/2025 10:12:58	**ADJUDICADO**	

LOTE 5 - ADJUDICADO
5

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

Item: 1 Unidade: TN Marca: Saibro Britado Modelo: Saibro Britado
Descrição: SAIBRO BRITADO, (COTA DO ITEM 02, EXCLUSIVO ME, EPP)
Quantidade: 5.000 **Valor Unit.:** 39,00 **Valor Total:** 195.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	MINERAÇÃO GAI LTDA	370	22.444.413/0001-06	39,07	39,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 09:19:56	**PUBLICADO**		
05/03/2025 09:25:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
21/03/2025 09:29:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**		
21/03/2025 09:31:53	**DISPUTA**		
21/03/2025 09:31:53	**LANCE**	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 370)	**39,07**
21/03/2025 09:35:39	**LANCE**	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 370)	**39,00**
21/03/2025 09:41:31	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 370: o valor deve ser o mesmo que esta oferecendo no lance dos itens de ampla concorrencia.			
21/03/2025 09:41:53	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é MINERAÇÃO GAI LTDA			
21/03/2025 09:41:53	**HABILITAÇÃO**		
21/03/2025 09:44:53	**MENSAGEM**	PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 370: qual a distancia do local até piên?			
21/03/2025 09:46:06	**MENSAGEM**	MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 370)	
Boa tarde, aproximadamente 44 km			
21/03/2025 10:16:46	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
21/03/2025 10:46:47	**EM ADJUDICAÇÃO**		
24/03/2025 10:12:59	**ADJUDICADO**		

LOTE 6 - ADJUDICADO
6

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: TN Marca: Pedrisco Modelo: Pedrisco
Descrição: PEDRISCO, (COTA DO ITEM 03, EXCLUSIVO ME, EPP)
Quantidade: 1.250 **Valor Unit.:** 56,00 **Valor Total:** 70.000,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	MINERAÇÃO GAI LTDA	976	22.444.413/0001-06	56,45	56,00		Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

272

MUNICIPIO DE PIEN
PIÊN-PR

MOVIMENTOS DO LOTE

05/03/2025 09:19:56	**PUBLICADO**	
05/03/2025 09:25:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**	
21/03/2025 09:29:00	**ANÁLISE DE PROPOSTAS**	
21/03/2025 09:31:55	**DISPUTA**	
21/03/2025 09:31:55	**LANCE** MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 976)	**56,45**
21/03/2025 09:35:47	**LANCE** MINERAÇÃO GAI LTDA (PARTICIPANTE 976)	**56,00**
21/03/2025 09:41:41	**MENSAGEM** PREGOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 976: o valor deve ser o mesmo que esta oferecendo no lance dos itens de ampla concorrencia.		
21/03/2025 09:41:55	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é MINERAÇÃO GAI LTDA		
21/03/2025 09:41:55	**HABILITAÇÃO**	
21/03/2025 10:16:36	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
21/03/2025 10:46:37	**EM ADJUDICAÇÃO**	
24/03/2025 10:12:59	**ADJUDICADO**	

PREGOEIRO: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

MEMBRO DE APOIO BERNADETE MAGUEROVSKI DOS SANTOS

Protocolo Nº 2383/2025

Requerente: Licitações e compras.

Requisitante: Secretarias municipais.

Objetivo: Homologação de licitação.

Ao Jurídico,

Encaminho ao departamento, os documentos de habilitação, ata da disputa e demais documentos juntados neste processo para verificação e parecer para homologação, considerando que não houve recursos.

Piên, 24 de Março de 2025.

Eduardo D. Scheivaraski

Licitações e compras

PIÊN
PREFEITURA
PROCURADORIA JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Protocolo: 2383/2025
Objeto: "registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção de vias públicas municipais".
Modalidade: Pregão eletrônico nº 014/2025
Requerente: Secretarias Municipais

Parecer Jurídico

1. Relatório

Apresenta-se para parecer derradeiro desta procuradoria jurídica, o processo licitatório na modalidade **pregão na forma eletrônica nº 014/2025**, cujo objeto é "registro de preços para eventual aquisição de saibro e pedras graduadas para manutenção de vias públicas municipais", conforme requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, declaração de existência de dotação orçamentária e recursos financeiros.

O Decreto de n.º 47/2025 efetuou a nomeação do Pregoeiro e Equipe de Apoio e, na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame.

Realizado a sessão do pregão na forma eletrônica em 21 de março de 2025, através da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, conforme ata anexada.

Não houve apresentação de recurso, e, após o julgamento pelo pregoeiro e pelo prefeito municipal, o objeto da licitação foi adjudicado pelo Pregoeiro aos vencedores do certame.

Recebo o processo para análise de cumprimento de requisitos legais.

2. Parecer Jurídico

Inicialmente vislumbramos que a modalidade licitatória utilizada no presente processo pela Comissão de Licitações é a mesma que foi orientada no parecer jurídico.

Vislumbra-se o atendimento à obrigatoriedade da publicação de aviso do certame licitatório em Diário Oficial, igualmente, houve ainda a obediência ao prazo mínimo de publicação entre a disponibilização do edital e a abertura do certame (mínimo de 08 dias úteis, como estabelecido na alínea "a", inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

Ademais, cumpre ressaltar que, cabe tão somente a Comissão de Licitações a condução do procedimento licitatório em todos os seus atos, tendo os seus membros a responsabilidade de examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e análise de certidões quanto a veracidade e vigência.

PIÊN
PREFEITURA
PROCURADORIA
JURÍDICA

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Também compete à Comissão de Licitações o julgamento das propostas conforme a regra do edital de convocação, a verificação da adequação do preço ao valor praticado no mercado, o registro de todos os acontecimentos em ata, a desclassificação de propostas desconformes ou incompatíveis, bem como, coibir qualquer conduta antijurídica ou ilegal no processo, conforme o art. 8 da Lei 14.133/2021, podendo a qualquer tempo realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar o processo.

Nesta toada, não houve apresentação de recurso, e, portanto o pregoeiro adjudicou o objeto da licitação aos vencedores do certame.

Destarte, não havendo a Comissão de Licitações noticiado qualquer irregularidade no decorrer de seus trabalhos nesta licitação, não resta outra providência senão opinar pela regularidade do processo em apreço, podendo o mesmo ser encaminhado para os atos de homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Recomendo, apenas, a fiscalização designada para acompanhar os trabalhos contratados que se atente para o recebimento dos itens conforme dispõe o edital de licitação, a fim de cumprir com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

No que tangencia a emissão de parecer proferido por advogado no processo administrativo, cabe destacar que possui natureza apenas opinativa, verdadeiro controle preventivo de legalidade, sendo o Administrador/gestor, destinatário da consulta jurídica, responsável pela edição do ato decisório final.

É o parecer. S.M.J

Piên, 24 de março de 2025.

Naiany Caroline de Araujo
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2025**, o qual tem como objeto a "Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas;

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001-43, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.280.250,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil e duzentos e cinquenta reais).

MINERAÇÃO GAI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.444.413/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais).

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 210.375,00 (duzentos e dez mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Piên/PR, 26 de março de 2025.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

apresentar Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste Edital, nos autos do Processo Administrativo Apuratório nº 002/2025, que decidiu:
*"Por tudo o que consta no Processo Administrativo e do mais ora exposto, acolho o relatório da Comissão Processante e decido aplicar as penalidades de: a) **MULTA** de 20% (vinte por cento) da ata de registro de preços (R$ 54.780,40), o que perfaz o valor de R$ 10.956,08 (dez mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oito centavos), com base na alínea "c" do inciso II do item 8.2.4 da Ata de Registro de Preços nº 068/2024; b) **SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR COM O MUNICÍPIO DE PIÊN** pelo prazo de 03 (três) anos; conforme prevê o item 8.2.2 da Ata de Registro de Preços nº 068/2024 c/c art. 156 § 4º da Lei nº 14.133/2021; c) **CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com amparo no item 9.1 da Ata de Registro de Preços nº 068/2024 c/c artigo 28, IV do Decreto Federal nº 11.462/23".*

Ressalta-se que nos termos do art. 18 da Instrução Normativa nº 9, de 3 de agosto de 2015, o recurso não tem efeito suspensivo.

Piên/PR, 26 de março de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:4E1EB014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 012/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 012/2025

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 039/2025

CONTRATADO: CONGREGA MINERAIS LTDA
CNPJ: 48.009.762/0001-85
OBJETO: Locação de Pedreira para Exploração e Extração de Materiais, localizado na Estrada Principal, s/n, Campina dos Crespin em Piên/PR, conforme licença prévia devidamente registrada no DNPM.
VALOR MENSAL: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
FISCAL: Aldecir Cavalheiro
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação podendo ser prorrogado dentro dos limites da Lei

DATA DE ASSINATURA: 26 de março de 2025.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:7F2E2534

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 014/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2025**, o qual tem como objeto a "Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001-43, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.280.250,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil e duzentos e cinquenta reais).

MINERAÇÃO GAI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.444.413/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais).
PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 210.375,00 (duzentos e dez mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Piên/PR, 26 de março de 2025.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:486F52C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 044/2025

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 044/2025

PROTOCOLO: 2584/2025

Objeto: Assinatura anual do jornal diário A Gazeta.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA

CNPJ: 00.506.497/0001-14

VALOR: R$ 5.566,00 (Cinco mil e quinhentos e sessenta e seis reais)

AUTORIZAÇÃO 26/03/2025

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:A2E7C303

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 043/2025

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2025

PROTOCOLO: 2713/2025

Objeto Celebração de parceria, por meio de termo de fomento, para o repasse de recursos para Educação Inclusiva – pessoas portadoras de transtorno do espectro do autismo (TEA).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PIEN - AMA

CNPJ: 34.696.848/0001-19

VALOR: R$ 45.551,24 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos)

AUTORIZAÇÃO 26/03/2025

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:70C7E10C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2024

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025
PROTOCOLO 2383/2025

No dia vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR e em conjunto com o Secretário de Viação e Serviços Rodoviários Sr. Cleiton das Neves, inscrito no CPF sob nº 060.xxx.xxx-02 e o DETENTOR DA ATA **EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.390.530/0001-43, Inscrição Estadual nº 251.353.362, com endereço na Rodovia Municipal 100, nº 3983, Corredeiras, em Campo Alegre/SC, CEP 89294-000, fone (47) 3635 1348, e-mail fabiane@extracaodeareia.com.br; neste ato representado por Marcos Heinz Maahs, inscrito no CPF sob nº 005.xxx.xxx-16.

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO:

2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025.**

2.2. A entrega será realizada conforme necessidade da secretaria onde a mesma enviará até a licitante um veículo próprio para carregar o produto.

2.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo

acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

2.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.0 DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;

h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
i) Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;
j) Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.
K) Todos os materiais devem ser entregues em perfeitas condições para uso.

3.2. A Contratante obriga-se a:

a) Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;
d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
e) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
g) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Daison Rodrigues Morcelli
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Guilherme Cruz

4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

4.3 O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução
dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como
pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços
registrados;

6.3 A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação
inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

6.4 Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da
álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.

6.5 Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro
processo licitatório.

6.6 Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e
definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)

6.7. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

I – **Moratória**:

a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória**:

a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) da Ata de Registro de Preços.

b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "I"; "j"; "k"; e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025.**

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico 014/2025.**

Piên/PR, 27 de março de 2025.

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

Marcos Heinz Maahs:00516556916
Assinado digitalmente por Marcos Heinz Maahs:00516556916
ND: CN=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Presencial, OU=33442145000100, OU=AC SyngularID Multipla, CN=Marcos Heinz Maahs:00516556916
Razão: Eu sou o autor deste documento.
Localização:
Data: 2025.03.27 10:26:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA EPP
Detentor da Ata de Registro de Preços

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

Cleiton das Neves
Secretário de Viação e Serviços Rodoviários
Decreto nº 134/2023

Testemunhas:

Nome: Aldecir Cavalheiro Assinatura:

Nome: Guilherme Cruz Assinatura:

equiplano

Prefeitura Municipal de Piên - 2025

Classificação por Fornecedor

Pregão 14/2025

Item	Produto/Serviço	UN	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 11779-0 EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA			CNPJ: 79.390.530/0001-43		Telefone: 47999795010			Status: Classificado	
Email: fabiane@extracaodeareia.com.br									
Representante: 41008-0 MARCOS HEINZ MAAHS								1.280.250,00	
1								708.000,00	
1	22554 RACHÃOZINHO	TN	15000,0000	Classificado	PROPRIA	PROPRIO	47,20	708.000,00	*
2								572.250,00	
1	22556 SAIBRO BRITADO	TN	15000,0000	Classificado	PROPRIA	PROPRIO	38,15	572.250,00	*

VALOR TOTAL: 1.280.250,00

inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 36.658.639/0001-06, sediado(a) na Rua Corifeu de Azevedo Marques, nº 900 B, Bairro Jardim Itapuã na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, CEP 14.140-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Farhan ali, conforme atos constitutivos da empresa. **M.H.M. DO COUTO – COMERCIAL LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 97.533.241/0001-38, sediado(a) na Rua Rio Branco, nº439, Centro, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, CEP 86.800-120, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pela Sra. Maria Helena Mori Do Couto, conforme atos constitutivos da empresa. **ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.860.907/0001-50, sediado(a) na Rua Maria Delfina, nº 236, Bairro Cinquentenário, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.570-030, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Cristiano Henrique rodrigues Cury, conforme atos constitutivos da empresa e o Sr. Daniel Desidério por procuração apresentada nos autos. **ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 43.794.816/0001-47, sediado(a) na Rua Cruz das Almas, nº301, Bairro Vila Campestre na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.330-900, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Anderson Ribeiro Dos Santos, conforme atos constitutivos da empresa. **NIPSE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 46.287.656/0001-38, sediado(a) na Av. Juraci Antunes Cruz, nº 669, Bairro Santa Claudia, na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais, CEP 39.510-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Cassio Ribeiro Batista, conforme atos constitutivos da empresa.

Valor Total:
R$ 124.644,39 (Cento e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

Pérola D'Oeste/PR, 28 de março de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:08E8753D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 045/2025

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025

PROTOCOLO: 2773/2025

Objeto: Pagamento de 03 (três) inscrições para o congresso "Licita Expo" a ser realizado nos dias 01, 02, 03 e 04 de abril de 2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA

CNPJ: 55.930.096/0001-89

VALOR: R$ 7.890,00 (Sete mil, oitocentos e noventa reais)

AUTORIZAÇÃO 28/03/2025

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:DDD331BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 090/25 A 091/2025

EXTRATO DE ATAS

ATAS 090/25 a 091/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 012/2025
Objeto: Registro de preço para aquisição de tubos de concreto para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata 090/25: BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM - EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.859.451/0001-28, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 167.550,00 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais).
Ata 091/25: FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 83.483.990/0001-93, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 77.290,00 (setenta e sete mil e duzentos e noventa reais).

Fiscal Administrativo: Daison Rodrigues Morcelli, Aldecir Cavalheiro e Guilherme Cruz
Prazo de Vigência: 12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 26 de março de 2025.

Coordenação de Contratos. Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E42C29A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 092/25 A 094/2025

EXTRATO DE ATAS

ATAS 092/25 a 094/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 014/2025
Objeto: Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata 092/25: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001-43, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.280.250,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil e duzentos e cinquenta reais).
Ata 093/25: MINERAÇÃO GAI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.444.413/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais).
Ata 094/25: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 210.375,00 (duzentos e dez mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Fiscal Administrativo: Daison Rodrigues Morcelli, Aldecir Cavalheiro e Guilherme Cruz
Prazo de Vigência: 12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 27 de março de 2025.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F53DC955

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 RESULTADO 002

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025
PROTOCOLO 2383/2025

No dia vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Nalany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR e em conjunto com o Secretário de Viação e Serviços Rodoviários Sr. Cleiton das Neves, inscrito no CPF sob nº 060.xxx.xxx-02 e o DETENTOR DA ATA **MINERAÇÃO GAI LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.444.413/0001-06, com endereço na Estrada Rural, S/N – Pinhal da Rocinha – Mandirituba/PR - CEP 83800-000, fone (41) 3265-6919, 41 99144-6919, e-mail vendas@gai.com.br; neste ato representado por Eduardo Gai, inscrito no CPF sob nº 059.xxx.xxx-25.

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO:

2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025.**

2.2. A entrega será realizada conforme necessidade da secretaria onde a mesma enviará até a licitante um veículo próprio para carregar o produto.

2.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

2.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.0 DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

i) Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;
j) Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.
K) Todos os materiais devem ser entregues em perfeitas condições para uso.

3.2. A Contratante obriga-se a:

a) Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;
d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
e) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
g) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Daison Rodrigues Morcelli
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Guilherme Cruz

4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

4.3 O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos

Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução
dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como
pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços
registrados;
6.3 A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado

desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação
inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
6.4 Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da
álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.
6.5 Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro
processo licitatório.
6.6 Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e
definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)
6.7. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

I – **Moratória:**

a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória:**

a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) da Ata de Registro de Preços.

b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025.**

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico 014/2025.**

Piên/PR, 27 de março de 2025.

EDUARDO GAI:05920001925

Assinado de forma digital por EDUARDO GAI:05920001925
Dados: 2025.03.27 15:41:43 -03'00'

Maicon Grosskopf
Prefeito
Orgão Gerenciador

MINERAÇÃO GAI LTDA
Detentor da Ata de Registro de Preços

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

Cleiton das Neves
Secretário de Viação e Serviços Rodoviários
Decreto nº 134/2023

Testemunhas:

Nome: Aldecir Cavalheiro

Assinatura:

Nome: Guilherme Cruz

Assinatura:

equiplano

Prefeitura Municipal de Piên - 2025

Classificação por Fornecedor

Pregão 14/2025

Item	Produto/Serviço	UN	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor 41010-1 MINERAÇÃO GAI LTDA			CNPJ: 22.444.413/0001-08		Telefone: 4132656819			Status: Classificado	
Email: Vendas@gai.com.br									
Representante: 41009-3 EDUARDO GAI								505.000,00	
4								240.000,00	
1	22554 RACHÃOZINHO	TN	5000.0000	Classificado	Rachãozinho	Rachãozinho	48,00	240.000,00	*
5								195.000,00	
1	22556 SAIBRO BRITADO	TN	5000.0000	Classificado	Saibro Britado	Saibro Britado	39,00	195.000,00	*
6								70.000,00	
1	22555 PEDRISCO	TN	1250.0000	Classificado	Pedrisco	Pedrisco	56,00	70.000,00	*

VALOR TOTAL: 505.000,00

inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 36.658.639/0001-06, sediado(a) na Rua Corifeu de Azevedo Marques, nº 900 B, Bairro Jardim Itapuã na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, CEP 14.140-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Farhan ali, conforme atos constitutivos da empresa. **M.H.M. DO COUTO – COMERCIAL LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 97.533.241/0001-38, sediado(a) na Rua Rio Branco, nº439, Centro, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, CEP 86.800-120, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pela Sra. Maria Helena Mori Do Couto, conforme atos constitutivos da empresa. **ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.860.907/0001-50, sediado(a) na Rua Maria Delfina, nº 236, Bairro Cinquentenário, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.570-030, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Cristiano Henrique rodrigues Cury, conforme atos constitutivos da empresa e o Sr. Daniel Desidério por procuração apresentada nos autos. **ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 43.794.816/0001-47, sediado(a) na Rua Cruz das Almas, nº301, Bairro Vila Campestre na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.330-900, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Anderson Ribeiro Dos Santos, conforme atos constitutivos da empresa. **NIPSE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 46.287.656/0001-38, sediado(a) na Av. Juraci Antunes Cruz, nº 669, Bairro Santa Claudia, na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais, CEP 39.510-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Cassio Ribeiro Batista, conforme atos constitutivos da empresa.

Valor Total:
R$ 124.644,39 (Cento e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

Pérola D'Oeste/PR, 28 de março de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:08E8753D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 045/2025

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025

PROTOCOLO: 2773/2025

Objeto: Pagamento de 03 (três) inscrições para o congresso "Licita Expo" a ser realizado nos dias 01, 02, 03 e 04 de abril de 2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA

CNPJ: 55.930.096/0001-89

VALOR: R$ 7.890,00 (Sete mil, oitocentos e noventa reais)

AUTORIZAÇÃO 28/03/2025

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:DDD331BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 090/25 A 091/2025

EXTRATO DE ATAS

ATAS 090/25 a 091/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 012/2025
Objeto: Registro de preço para aquisição de tubos de concreto para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata 090/25: BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM - EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.859.451/0001-28, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 167.550,00 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais).
Ata 091/25: FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 83.483.990/0001-93, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 77.290,00 (setenta e sete mil e duzentos e noventa reais).

Fiscal Administrativo: Daison Rodrigues Morcelli, Aldecir Cavalheiro e Guilherme Cruz
Prazo de Vigência: 12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 26 de março de 2025.

Coordenação de Contratos. Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E42C29A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 092/25 A 094/2025

EXTRATO DE ATAS

ATAS 092/25 a 094/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 014/2025
Objeto: Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata 092/25: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001-43, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.280.250,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil e duzentos e cinquenta reais).
Ata 093/25: MINERAÇÃO GAI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.444.413/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais).
Ata 094/25: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 210.375,00 (duzentos e dez mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Fiscal Administrativo: Daison Rodrigues Morcelli, Aldecir Cavalheiro e Guilherme Cruz
Prazo de Vigência: 12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 27 de março de 2025.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F53DC955

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 RESULTADO 002

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025
PROTOCOLO 2383/2025

No dia vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, autorizado pelo **PREGÃO ELETRÔNICO 014/2025,** foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Piên, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.002.6660001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Maicon Grosskopf**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR e em conjunto com o Secretário de Viação e Serviços Rodoviários Sr. Cleiton das Neves, inscrito no CPF sob nº 060.xxx.xxx-02 e o DETENTOR DA ATA **PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.378.793/0001-49, com endereço na Rodovia SC-418, 3707 – Fragosos em Campo Alegre/SC, Cep: 89.294-000, fone (47) 3632-9665, (47) 98473-7656, e-mail administrativo@britadorfragosos.com.br; neste ato representado por Neimar Magus Wiggers, inscrito no CPF sob nº 003.xxx.xxx-93.

1. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

1.1. Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

1.2. Os itens adquiridos seguirão as especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pelas empresas classificadas no certame, conforme Tabela em anexo de Itens e valores extraídos a partir do sistema Equiplano.

1.3. Integra e completa à presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** e seus anexos, bem como o Termo de Referência, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ata de registro, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado.

2. DA ENTREGA E CONDIÇOES DE RECEBIMENTO:

2.1. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho pela qual ocorrerá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive, na forma descrita no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025.**

2.2. A entrega será realizada conforme necessidade da secretaria onde a mesma enviará até a licitante um veículo próprio para carregar o produto.

2.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.

2.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.6. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia subsequente ao do esgotamento do prazo.

2.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.0 DAS OBRIGAÇÕES

3.1. A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta de contrato;
h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

i) Substituir o item que se encontra com defeito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Termo de Referência;
j) Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata Registro de Preços.
K) Todos os materiais devem ser entregues em perfeitas condições para uso.

3.2. A Contratante obriga-se a:

a) Receber provisoriamente o material ou fiscalizar os serviços, disponibilizando local, data e horário;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Fiscalizar o perfeito funcionamento da execução da Ata Registro de Preços, podendo sustar, recusar no todo ou em parte, os produtos entregues/serviços executados fora das especificações e/ou condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;
d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que ele seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
e) Aplicar ao contratado quando descumprimento, as sanções previstas na lei e neste Contrato ou ata de registro de preços;
f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
g) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados na Ata de Registro de Preços.

4. DA FISCALIZAÇÃO:

4.1. São designados como fiscais da Ata de Registro de Preços:

SECRETARIA	FISCAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Daison Rodrigues Morcelli
SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	Aldecir Cavalheiro
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	Guilherme Cruz

4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

4.3 O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5. DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

5.1. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos

Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

5.6. Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

5.7. Nos termos do artigo 98 e seguintes do Código Tributário Municipal (Lei Municipal n.º 1.485/2022) também será possível a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços.

5.8. Será possível ainda, que a CONTRATANTE, nos casos legalmente previstos, efetue a retenção de INSS.

6. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que comprovado a vantajosidade, conforme Lei 14.133/21.

6.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução
dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo de bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como
pactuada nos termos do disposto "d" do inciso II do caput do art 124 da Lei 14.133/2021.
II – Em caso de criação, alteração e extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
III- na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços
registrados;
6.3 A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer revisão em decorrência do comprovado

desiquilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo revisão de preços em casos de variação
inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
6.4 Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da
álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art 124 da Lei 14.133/2021.
6.5 Mesmo comprovada à ocorrência prevista na alínea "d" do inciso I do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021, caberá a Administração se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro
processo licitatório.
6.6 Comprovado a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e
definido novo preço máximo, a beneficiária será convocada pela Administração para alteração por aditivo e equilíbrio econômico-financeiro. (art 130 e 134 lei 14133)
6.7. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE PIÊN – PR não será obrigado a firmar as aquisições/contratações que dela poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento dos itens/execução dos serviços em igualdade de condições, ou cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta dos códigos a seguir discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	04.001.04.121.0004.2007-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	05.001.15.452.0005.2010-3390300000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.002.20.606.0008.2017-3390300000

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" do item 8.1 dessa ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 8.1 dessa ata, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

I – **Moratória:**

a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite de 10 (dez) dias;

b) Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 20 (vinte) dias, e pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral da Ata de Registro de Preços, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, e pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória:**

a) Para a infração descrita na alínea "a" do item 8.1, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) da Ata de Registro de Preços.

b) Para a infração descrita na alínea "b" do item 8.1, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

c) Para a infração descrita na alínea "c" do item 8.1, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% da Ata de Registro de Preços.

d) Para a infração descrita na alínea "d" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" do item 8.1, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da Ata de Registro de Preços.

f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" do item 8.1, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) da Ata de Registro de Preços.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que comprovadas e justificadas, nas hipóteses previstas nos art 28 e 29 do decreto federal 11.462/23.

9.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, será formalizado pela autoridade competente, mediante registro em termo de cancelamento/revogação.

9.3. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

9.4. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

10. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025.**

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025**, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

13. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado bem como também cumprir todas as obrigações do termo de referência do **Pregão Eletrônico 014/2025.**

Piên/PR, 27 de março de 2025.

NEIMAR MAGUS WIGGERS:00368575993 Assinado de forma digital por NEIMAR MAGUS WIGGERS:00368575993 Dados: 2025.03.27 10:16:56 -03'00'

Maicon Grosskopf
Prefeito
Órgão Gerenciador

PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA
Detentor da Ata de Registro de Preços

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

Cleiton das Neves
Secretário de Viação e Serviços Rodoviários
Decreto nº 134/2023

Testemunhas:

Nome: Aldecir Cavalheiro

Assinatura:

Nome: Guilherme Cruz

Assinatura:

equiplano

Prefeitura Municipal de Piên - 2025

Classificação por Fornecedor

Pregão 14/2025

Item	Produto/Serviço	UN	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor:8-6 PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA			CNPJ: 76.378.793/0001-49		Telefone: 4736328685			Situtia: Classificado	
Email: administrativo@britadorfragosos.com.br									
Representante:3745-6 NEIMAR MAGUS WIGGERS								210.375,00	
3								210.375,00	
1	22555 PEDRISCO	TN	3750.0000	Classificado	PRÓPRIA	PRÓPRIO	56,10	210.375,00	*

VALOR TOTAL: 210.375,00

inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 36.658.639/0001-06, sediado(a) na Rua Corifeu de Azevedo Marques, nº 900 B, Bairro Jardim Itapuã na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, CEP 14.140-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Farhan ali, conforme atos constitutivos da empresa. **M.H.M. DO COUTO – COMERCIAL LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 97.533.241/0001-38, sediado(a) na Rua Rio Branco, nº439, Centro, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, CEP 86.800-120, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pela Sra. Maria Helena Mori Do Couto, conforme atos constitutivos da empresa. **ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.860.907/0001-50, sediado(a) na Rua Maria Delfina, nº 236, Bairro Cinquentenário, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.570-030, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Cristiano Henrique rodrigues Cury, conforme atos constitutivos da empresa e o Sr. Daniel Desidério por procuração apresentada nos autos. **ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 43.794.816/0001-47, sediado(a) na Rua Cruz das Almas, nº301, Bairro Vila Campestre na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.330-900, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Anderson Ribeiro Dos Santos, conforme atos constitutivos da empresa. **NIPSE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 46.287.656/0001-38, sediado(a) na Av. Juraci Antunes Cruz, nº 669, Bairro Santa Claudia, na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais, CEP 39.510-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. Cassio Ribeiro Batista, conforme atos constitutivos da empresa.

Valor Total:
R$ 124.644,39 (Cento e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

Pérola D'Oeste/PR, 28 de março de 2025.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:08E8753D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 045/2025

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2025

PROTOCOLO: 2773/2025

Objeto: Pagamento de 03 (três) inscrições para o congresso "Licita Expo" a ser realizado nos dias 01, 02, 03 e 04 de abril de 2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA

CNPJ: 55.930.096/0001-89

VALOR: R$ 7.890,00 (Sete mil, oitocentos e noventa reais)

AUTORIZAÇÃO 28/03/2025

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:DDD331BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 090/25 A 091/2025

EXTRATO DE ATAS

ATAS 090/25 a 091/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 012/2025
Objeto: Registro de preço para aquisição de tubos de concreto para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata 090/25: BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM - EIRELI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.859.451/0001-28, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 167.550,00 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais).
Ata 091/25: FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 83.483.990/0001-93, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 77.290,00 (setenta e sete mil e duzentos e noventa reais).

Fiscal Administrativo: Daison Rodrigues Morcelli, Aldecir Cavalheiro e Guilherme Cruz
Prazo de Vigência: 12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 26 de março de 2025.

Coordenação de Contratos. Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E42C29A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 092/25 A 094/2025

EXTRATO DE ATAS

ATAS 092/25 a 094/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 014/2025
Objeto: Registro de preço para aquisição de saibro e pedras graduadas para suprir as necessidades das Secretarias Municipais.

Ata 092/25: EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.390.530/0001-43, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.280.250,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil e duzentos e cinquenta reais).
Ata 093/25: MINERAÇÃO GAI LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.444.413/0001-06, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais).
Ata 094/25: PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.378.793/0001-49, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 210.375,00 (duzentos e dez mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Fiscal Administrativo: Daison Rodrigues Morcelli, Aldecir Cavalheiro e Guilherme Cruz
Prazo de Vigência: 12 (Doze) Meses.
Data de assinatura: 27 de março de 2025.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F53DC955

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 RESULTADO 002